

cadernos do

# terceiro mundo

entrevista com  
**NINO VIEIRA**  
FACIM-84

Revista Mensal • Agosto 1984 • Esc. 100\$ • Kz 65 • MT 80\$ • PG 80\$ • CV 80\$ • Cr\$ 1.800,00 • Ano VII • Nº 68

INFORMATICA  
INFORMÁTICA  
INFORMÁTICA  
INFORMÁTICA  
INFORMÁTICA

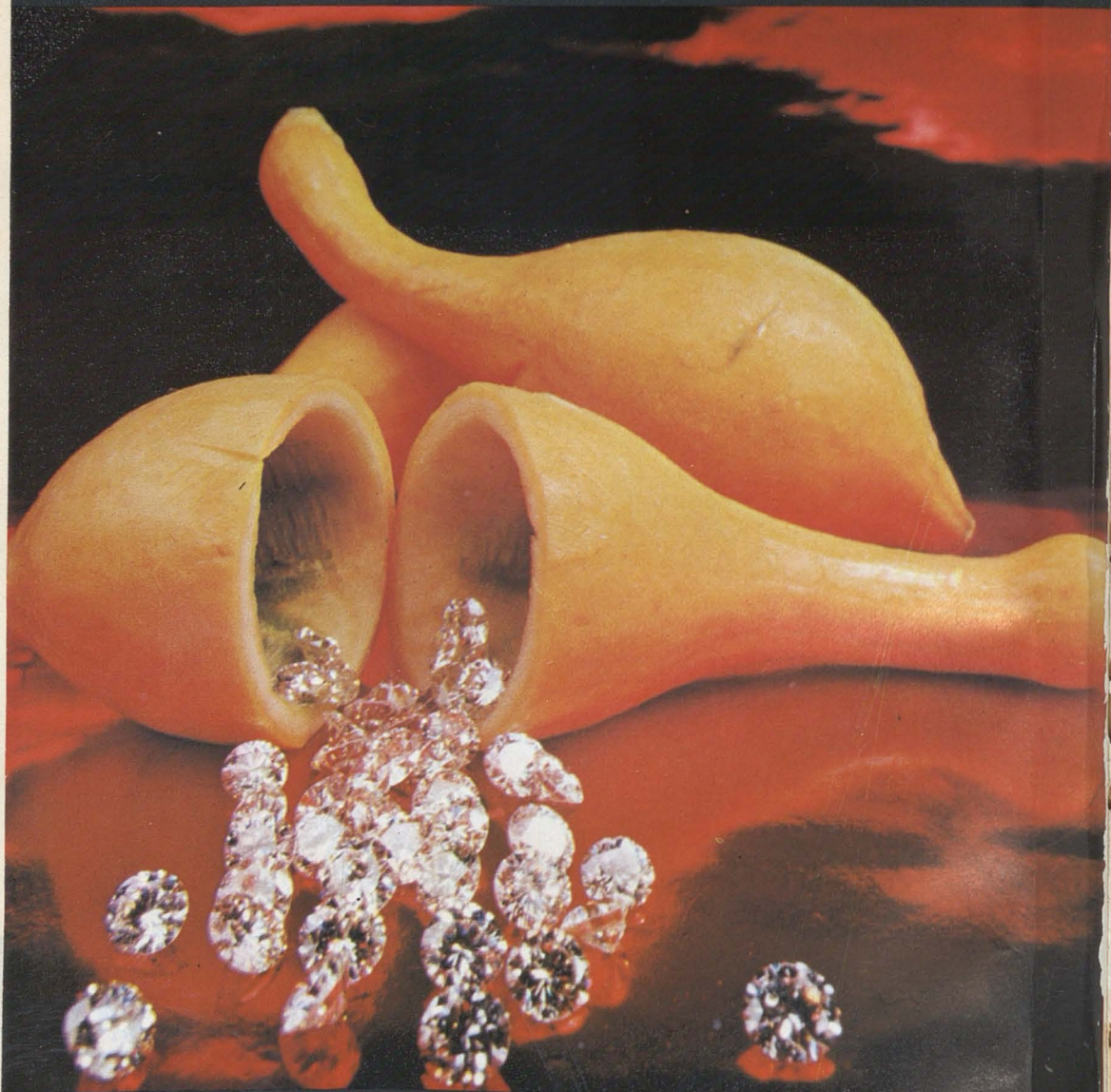
INFORMÁTICA

INFORMÁTICA

INFORMÁTICA

# NOVO JOGO DO PODER

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



**Diamantes de Angola**  
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

# Nacional

A QUALIDADE NA ALIMENTAÇÃO  
QUALITY FOOD

Bolachas  
Massas  
Corn Flakes  
Arroz

Farinhas usos culinários  
Farinhas industriais  
Rações

Biscuits  
Paste Goods  
Corn Flakes  
Rice

Wheat Flour

Livestock Feed



O Troféu Internacional  
à la Espalmanin - 1984



COMPANHIA INDUSTRIAL DE PORTUGAL E COLÓNIAS, S.A.R.L.

Rua do Beato, 44 - 1900 LISBOA - Portugal Telef. 386171 - Telex: 14172 CIPC P

# O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO  
ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO  
- BRASIL



## **BD-Rio**

**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.**

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

# O computador: a quem serve?

As novas descobertas sempre exerceram um fascínio quase irresistível sobre a humanidade. Particularmente agora, quando começam a sair dos laboratórios máquinas fantásticas cujas dimensões ficaram reduzidas a um nível quase molecular e são capazes de fazer cálculos ou tarefas que até há pouco figuravam apenas no campo da ficção científica. Trata-se de descobertas apresentadas pelos países industrializados como maravilhosas e capazes de alterar radicalmente a estrutura da produção económica da humanidade.

Mas por detrás das fantásticas virtudes atribuídas à nova tecnologia e ao novo campo do conhecimento humano chamado de Informática, existe uma realidade nada maravilhosa. As novas descobertas colocaram nas mãos das grandes empresas transnacionais um poder jamais imaginado nos tempos modernos. Além disso, a busca de conquistas cada vez mais avançadas no campo da microelectrónica gerou um processo de concentração económica também inédito na história humana.

A corrida pelo controlo da Informática segue as leis do "darwinismo" económico transformado em dogma pela

administração Reagan. Assim, as esperanças dos países do Terceiro Mundo de alcançarem até ao final do século uma distribuição mais justa das riquezas económicas parecem hoje seriamente ameaçadas. Alguns já acham este objectivo impossível, caso os países subdesenvolvidos não decidam criar barreiras para o expansionismo das transnacionais da electrónica.

A reportagem de capa deste número tenta explicar como ocorre este processo de gigantismo e como é possível resistir a ele, partindo dos exemplos de alguns países como Brasil, Cuba, Índia e Congo, entre outros. Procuramos mostrar como a Informática pode ajudar o Terceiro Mundo, desde que adaptada às necessidades e condições regionais, para que as transformações se dêem, acima de tudo, de forma democrática. Destacamos também nesta edição, a entrevista exclusiva que o presidente da Guiné-Bissau nos concedeu durante a sua recente visita ao Brasil. Nas declarações do general Nino são, entre outros temas, abordados aspectos da cooperação internacional, com particular incidência nas relações do seu país com Portugal e Brasil.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

**Editor Geral**  
Neiva Moreira  
**Editores Associados**  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

**Conselho Editorial Internacional**  
Darcy Ribeiro – Juan Somavia  
Henry Pease Garcia  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett (1911-1983)

**Editor e Director:** Artur Baptista  
**Propriedade:**  
Tricontinental Editora Lda  
**Redacção e Sede da Administração:**  
Calçada do Combro, 10-1º  
tel. 320650 1200 Lisboa  
telex 42720 CTM TE P  
Tiragem desta edição: 21.000 exemplares  
Número de registo do Serviço de Depósito  
Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA – CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU – MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL – S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção

Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Alice Nicolau  
Guimar Belo Marques

Revisão

Estevam Reis

Paginação

Samaral (editor de arte)  
Sonia Freitas, Miguel Efe  
Documentação e Arquivo  
Cristina Assis

Serviços Comerciais

José C. Figueiredo

Publicidade

José Ferreira

Cristina Campos

Maria João Macedo

Composição e Impressão

Gráfica Europam

Representantes

Angola

Luís Henriques, C. P. 3593, Luanda

Moçambique

Etevaldo Hipólito

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

BRASIL

Director e Editor

Neiva Moreira

Administração

Marinete Silva

Secretário de Redacção

José C. Gondim

Revisão

Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo

Lídia Freitas

Eunice H. Senna

Composição

Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas

Inácio D. Santos

Macário Costa

Divulgação

Henrique Menezes

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)

Caixa Postal 60086 – CEP 05033

Telex: (011) – 23059

Horacio Verbitsky

Uruguay, 560/59/55

Buenos Aires, Argentina

Fernando Reyes Matta

Casilla 16637 – Correo 9

Providencia – Santiago, Chile

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda.

Rua Gal. Bruce, 799

Tels.: 580-4476/580-4326

editora terceiro mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 – grupo 105/106

Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMBR/BR

CEP. 20.241 – Rio de Janeiro – RJ

Registo na Junta Comercial do Estado

do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291

C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual nº 81.341.400

Registo no INPI nº 013.539

Registo no SCDP/SR/DPF

nº 2.195 – P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.

calle California, 98A – Coyoacán

México, 21 DF – telefone: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal 20 572

México, 20 DF

BOLÍVIA – CHILE – COLOMBIA  
EQUADOR – PERU – VENEZUELA

(Edição andina)

Publicada por DESCO: centro de Estudios

y Promoción del Desarrollo

Avenida Salavery, 1945

Lima, 14 Peru – Telefone: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS – CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage

Apartado Postal 20.572 b – México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora  
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,  
Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center,  
Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L.,  
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:  
Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da  
Silva, 907 – Rio de Janeiro. CABO VERDE:  
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de  
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books  
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto –  
The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St.  
West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Sur-  
américa Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.  
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,  
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.  
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,  
Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Cór-  
dova 601 y Menduburo, Guayaquil – RAYD  
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.  
205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-  
590, Reg. Sendip Tex. 1258. EL SALVA-  
DOR: Librería Perex Mundo, Primera Calle  
Poniente 1030, San Salvador – El Quijote,  
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS  
UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-  
mitage Ave., Chicago, Illinois – New World  
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chica-  
go, Illinois – Librería Las Américas, 152  
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 –  
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-  
ton, Mass 02118 – Librería del Pueblo,  
2121 St. New Orleans, LA 70130 – Papyrus  
Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,  
New York, N. Y. 10025 – Tom Mooney  
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-  
co, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia  
St., San Francisco, CA – Red and Black,  
4736 University Way, Seattle – Groundwork  
Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,  
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de  
Langue Espagnole et Portugaise, 18 Rue des  
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: La-  
tin American Book Shop, 29 Islington Park  
Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departa-  
mento de Edição-Difusão do Livro e Disco,  
Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA:  
Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-  
dam. HONDURAS: Librería Universitaria  
“José Trinidad Reyes”, Universidad Autó-  
noma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA:  
Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60,  
Roma – Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-  
ma – Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4 A Ro-  
ma – Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma –  
Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXI-  
CO: Unión de Expendedores y Vendedores  
de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.  
F. – Distribuidora Sayrots de Publicaciones,  
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,  
D. F. – Librerías México Cultural, Mier y  
Pesado No. 128, México 12, D. F. – Metropoli-  
tana de Publicaciones, Librería de Cristal e  
100 livrarias em todo o país. MOÇAMBI-  
QUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave.,  
Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA:  
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicará-  
gua. PANAMÁ: Librería Cultural Parameña,  
S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Dis-  
tribuidora Runamarka, Carmaná 878, Lima 1.  
PORTO RICO: Librerías La Terulita, Amalia  
Marín Esq. Ave González, Río Piedras – Pen-  
samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf.  
Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚ-  
BLICA DOMINICANA: Centro de Estudios  
de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,  
Santo Domingo – DESVIGNE, S. A., Ave  
Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA  
FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien  
und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bre-  
men. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de  
Informação e Cultura Popular. SUÉCIA:  
Wenngren-Williams AB, S-10425, Stock-  
holm. VENEZUELA: Publicaciones España-  
olas, S. A., Ave. México Lechosa a Pte. Brion,  
Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-  
vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

**Circulação em 70 países**

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

5 Cartas

9 Panorama Tricontinental

18 Editorial: Conferência de Londres — Uma vitória do candidato Reagan

23 Matéria de capa — A nova ordem da Informática

24 Transnacionais: A lei do mais forte, *Carlos Castilho*

36 A luta pela sobrevivência

43 Brasil: A reserva de mercado, *Cláudio Z. Mammama e Edson Fregni*

53 Portugal: Ausência de política definida, *Helder Coelho*

56 Cuba: Desafiando o bloqueio

59 Congo: Do petróleo ao computador

Médio Oriente

62 Kuwait: Entrevista com o vice-primeiro-ministro, *Alberto B. Marantoni*

África

65 Guiné-Bissau: "Desejamos cooperação privilegiada com Portugal e Brasil", entrevista com o presidente Nino Vieira, *Carlos Pinto Santos*

69 S. Tomé e Príncipe: Ganhar a batalha do futuro, *Carlos Benigno da Cruz*

73 África do Sul: "O apartheid não tem reabilitação", *Francisco C. Gomes*

77 Moçambique: A Feira de maior prestígio na África Austral, *Baptista da Silva*

80 SADCC apoia Feira Internacional, *Etevaldo Hipólito*

América Latina

81 Guatemala: Consolida-se o processo unitário, *Pedro Sosa*

Comunicação

87 Um livro oportuno e útil

89 Notas

Norte/Sul

91 Reunião de Cartagena: Nada de novo, *Maluza Stein*

96 Humor: Mariano



O Terceiro Mundo face ao poder da Informática



João Bernardo Vieira



Cartagena: a questão da dívida

- **BENGUELA**  
Livraria 10 de Fevereiro
- **BIÉ**  
Livraria 11 de Fevereiro
- **CABINDA**  
Livraria Lunda  
Quiosque Maiombé
- **CALULO**  
Livraria 17 de Setembro
- **DONDO**  
Livraria 2 de Março
- **GANDA**  
Livraria 1.º de Maio
- **HUAMBO**  
Livraria 8 de Fevereiro  
Quiosque Albano Machado
- **HUÍLA**  
Livraria 27 de Março
- **K. KUBANGO**  
Livraria Kilamba
- **KUANZA-NORTE**  
Livraria 10 de Dezembro
- **KUANZA-SUL**  
Livraria Anibal de Melo
- **LOBITO**  
Livraria 11 de Novembro
- **LUANDA**  
Casa da Venda  
Armazém Venda Grosso  
Quiosque 4 de Fevereiro  
Livraria Centro do Livro  
Livraria Augusto N'Gangula  
Livraria 4 de Fevereiro
- **LUNDA-NORTE**  
Posto de Venda
- **LUNDA-SUL**  
Livraria Deolinda Rodrigues
- **MALANGE**  
Livraria 1.º de Agosto  
Quiosque N'Dongo
- **MOXICO**  
Livraria 14 de Fevereiro
- **NAMIBE**  
Livraria Lutuima
- **NEGAGE**  
Livraria Saidy Mingas
- **SOYO**  
Livraria Lundogi
- **UÍGE**  
Livraria 10 de Dezembro
- **ZAIRE**  
Livraria Sagrada Esperança

**LEVAR:  
INFORMAÇÃO  
CULTURA  
CIÊNCIA  
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL

Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

**EDIL** Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111  
Luanda - República Popular de Angola



## Cartas do Mês

## Salvar a vida de Malisela Moloise I

Mr. Pieter W. Botha  
Parliament Building  
Cape Town, South Africa

Respeitosamente, dirigimo-nos a Vossa Excelência na esperança de que o governo e os magistrados do seu país poupem a vida de alguém, a vida de MALISELA BENJAMIN MOLOISE, que se encontra numa prisão de Pretória aguardando uma ordem de execução.

Esta nossa atitude de solidariedade tem como motivação o nosso profundo amor pela vida e pela liberdade da pessoa humana.

Somos jovens estudantes, da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus "Dom Duarte Leopoldo e Silva", da cidade de São Paulo, Brasil, que, voluntariamente, incluímos nos nossos cursos de História e Geografia, durante este último semestre, alguns estudos sobre a África Meridional e, muito especialmente, sobre alguns dos problemas da Namíbia.

Consideramos que, como brasileiros que somos, não podemos deixar de nos interessar pelos actuais problemas africanos e, muito menos, deixar de expressar a nossa solidariedade aos nossos irmãos da África, quando esta se faz necessária.

Neste momento difícil para os povos da Namíbia e para o povo sul-africano, mais uma vez, solicitamos de

Vossas Excelências que não tirem a vida de MALISELA BENJAMIN MOLOISE.

Antecipadamente gratos pela atenção de Vossa Excelência,  
*Simone Gomes Antunes, 15 anos*  
*Katia Cardoso, 15 anos.*  
*Seguem-se mais 47 assinaturas de jovens entre os 14 e 18 anos.*

## II

Eu gostaria de fazer certas observações, sobre o comportamento estranho da grande imprensa internacional. Acho um enorme paradoxo a ênfase com que são dadas as notícias sobre o físico soviético Andrei Sakharov e nem uma linha sobre o patriota sul-africano Malisela Moloise. O soviético nem condenado a morte está, enquanto Moloise está, e nenhum Mitterrand da vida se preocupa com a sua saúde. O que indica que a imprensa ocidental usa com os dois presos, duas medidas.

Eu queria dar uma ideia às pessoas que leram o apelo do ANC em favor da vida de Moloise, que fizessem documentos com assinaturas e entregassem na embaixada da África do Sul, a fim de pressionar as autoridades de Pretória.

Esta revista é um meio de comunicação do mais alto nível, pois mostra as coisas como elas são. Continuem assim que será uma grande contribuição aos nossos povos oprimidos.

*Júlio César Lobo — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.*

## "cadernos" nos Estados Unidos

(...) Gosto muito da informação e da perspectiva dos *cadernos*. Além de me manter informada sobre os acontecimentos do Terceiro Mundo, que às vezes são difíceis de serem encontrados na imprensa daqui dos Estados Unidos, me ajuda a melhorar o meu português, e como podem ver, isso eu preciso! Vou viajar ao Brasil em Outubro e vou ter que melhorar o meu português.

*Lisa Kokin — Oakland — Estados Unidos.*

## Permuta

Recentemente, tivemos oportunidade de conhecer *cadernos*. Nos interessaria muito receber a sua revista regularmente, em intercâmbio com a nossa publicação *Homines*. A nossa revista estuda problemas e correntes de pensamento da actualidade portorriquenha, caribianas, continental e internacional no campo das Ciências Sociais.

*Aline F. de Alzárreca (directora revista Homines) — Universidade Interamericana de Porto Rico.*

## Consciencialização

Sou leitor assíduo dessa revista há muito tempo e quero dar-vos as minhas congratulações pelas entrevistas fabulosas e de alto nível que *cadernos* têm feito, e que vocês continuam com essa mesma força de levar ao povo esses ensinamentos. É disso que o povo precisa, de consciencialização!

*Luiz Antonio C. Cassola — São Paulo — SP — Brasil.*

## Cabo Verde

Sou um leitor assíduo da vossa revista e é extremamente difícil encontrá-la aqui em Lisboa, nas bancas. Em Cabo Verde (sou coboverdeano) encontra-se facilmente. Gostaria de fazer uma pergunta: quando farão uma reportagem de fundo sobre Cabo Verde? Mas façam-no retratando tudo, abrangendo a maneira de viver do povo de todas as ilhas de Cabo Verde.

*Paulo J. C. de Figueiredo Silva — Lisboa — Portugal.*

*n.d.r — As últimas matérias sobre Cabo Verde publicadas na edição portuguesa de "cadernos" saíram nos números 49 (Dezembro 82) e 55 (Agosto 83).*

## Ditaduras do 3º Mundo

Sou escritor e estou sempre preocupado com o Terceiro Mundo. Gostaria de sugerir um tema ainda não abordado por essa revista: quantos países do Terceiro Mundo vivem sob regime militar? Será que é a maioria? Gostaria de ver uma matéria tratando esse assunto globalmente.

*Jeremias Brasileiro — Uberlândia — MG — Brasil.*

## Protesto

Venho através desta exprimir o meu protesto pela omissão do nome de Luiz Inácio da Silva na reportagem "O avanço da sociedade e a crise do Estado" (*cadernos* nº 66, Maio 84). Quando se fala em movimento sindical no Brasil e principalmente sobre as greves de 1978 no ABC paulista, torna-se obrigatória a citação do nome de Lula como o grande líder da classe operária.

*Luiz Antonio Cabral — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.*

## Reafirmação do regime militar

A ditadura que os militares implantaram no Brasil em 1964 responde hoje a 20 anos de genocídio. De norte a sul do país, nos campos e nas cidades, centenas e centenas de camponeses, homens e mulheres, foram assassinados por pistoleiros acobertados pela polícia, a mando dos grandes fazendeiros. Na década de 70, às margens do rio Araguaia, cabeças de jovens que queriam um país livre foram decepadas e exibidas em slides, como exemplo àqueles que tentassem de novo lutar pela libertação do país. Nas cadeias de São Paulo, do Rio e outras cidades, corpos humanos contorciam-se nas sessões de tortura: choques eléctricos, pau-de-arara... muitos não resistiram. (...) Podemos ainda lembrar a invasão da Amazônia: grandes grupos internacionais, com o apoio e incentivo do governo tomam conta da mata e instalam ali projectos faraónicos. Mas em 1974 uma coisa interessante aconteceu: a oposição obteve 47% dos votos para o Senado, e 39% dos votos para a Câmara Federal. O MDB (actual PMDB) conquistou também a maioria nas Assembléias Legislativas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. (...) A

Igreja, sob a liderança de D. Paulo Evaristo Arns, estava também na vanguarda, oferecendo cobertura e lutando pelos Direitos Humanos. Os sindicatos, inclusive o dos jornalistas, derrotam os pelegos que os dirigiam há anos.

Diante disso, o governo acha-se com o poder ameaçado (...) e em 17 de Dezembro de 1978, para revigorar a ditadura, decreta a lei 6.620, a chamada "Lei de Segurança Nacional". Uma lei arbitrária, que veio, nada mais nada menos, restabelecer a "prosperidade" dos dominantes e reprimir as iniciativas de luta pela liberdade política, económica e de associação do povo. Uma lei copiada dos Estados Unidos, com o objectivo de garantir o "desenvolvimento e segurança" no qual se baseiam os governos militares.

Hoje, o governo mais uma vez, vergonhosamente, demonstra a sua prepotência, confirma a ditadura militar. Hoje, um governo rachado, encastelado dentro do palácio (que chega até a sair pelos fundos com medo do povo) é incapaz de escutar o brado das multidões que grita por eleições directas já. Diante dessas multidões, esse governo que fala de "democracia" virou as costas ao povo,

decretando as medidas de emergência, botou o seu exército nas ruas e foi refugiar-se na "granja do Torto".

Ficou confirmado, mais uma vez, que ou os oprimidos se unem para lutar juntos pela sua liberdade, ou todos ficarão para sempre debaixo do chicote.

**Francisca Santos — Itapuranga — GO — Brasil.**

## Sugestões

(...) Congratulo a equipe dos *cadernos* pelas óptimas reportagens, mas se me permitem gostaria que abordassem a fundo todos os lados interessados, tanto de um lado como de outro, dos acontecimentos mundiais. Gostaria de ver uma reportagem sobre a situação do Líbano com as recentes mudanças no seu quadro político, o papel das potências ocidentais e da ONU (assim como sobre a participação da URSS no mundo árabe), a posição do grupo xiita AMAL. Outro assunto de interesse muito grande é em relação às divergências do actual director da Unesco com os governos de alguns países ocidentais, em especial a Inglaterra e os Estados Unidos.

**Inigo Suarez Asensio — São Paulo — SP — Brasil.**

## Intercâmbio

- **Saturnino Ernesto Manuel**  
Bairro Alvalade — Rua Ramalho Ortigão, 39 — Luanda — Angola
- **Daniel Bengui Atévie**  
Caixa Postal 249  
Udalatando — Kuanza Norte — Angola
- **Bartolomeu J. Gonçalves de Paiva**  
Caixa Postal 262  
Waco — Kungo — Angola
- **João Brito Pires**  
Rua Bento Banha Cardoso, 25  
Luanda — Angola
- **Joaquim Ângelo Pacheco**  
Caixa Postal 1487  
Benguela — Angola
- **Emílio Alfredo**  
Caixa Postal 247  
Lubango-Huila — Angola

- **Tony Barbosa**  
Caixa Postal 10378  
Luanda — Angola
- **Luvila Mateus Mdombas**  
Caixa Postal 6142  
Luanda — Angola
- **António Domingos Vicente**  
Rua Major Marcelino Dias, 51 — 3B  
Luanda — Angola
- **Lucamba Magalhães (Rafael)**  
Caixa Postal 318  
Naku Kungo — Cela — Angola
- **Roque Fernando**  
A/C Caixa Postal 2991  
Induve — Estrada de Kacuaco  
Luanda — Angola
- **Luis Júnior**  
Bairro Nelito (Terra Nova)  
Rua do Douro, 176  
Luanda — Angola
- **Florenço Miguel Ferreira**  
Rua 110 — Caixa Postal 2155  
Luanda — Angola

- **Tony Santos**  
Caixa Postal 780  
Lubango-Huila — Angola
- **Marcelino das Neves A. Royhiwa**  
Av. 24 de Julho, 1274  
Maputo — Moçambique
- **Damásio Sobiesiak**  
Caixa Postal 167  
Passo Fundo — RS — CEP: 99.100  
Brasil
- **Bruno Mattos e Silva**  
Al. dos Sombrios — quadra 15  
Lote 13 — Caminho das Árvores  
Pituba — Salvador — BA — Brasil
- **José Augusto Souza**  
Rua São Judas Tadeu, 86/ap. 2  
Santos — SP — CEP: 11.100 — Brasil
- **Antonio A. de Castro Paes**  
Rua Bolívia, 50/ap. 22 — Santos  
SP — CEP: 11.100 — Brasil
- **Ivo José Soccol**  
Caixa Postal 167 — Passo Fundo — RS  
CEP: 99.100 — Brasil

# Em mais de 50 países



SOC. VINHOS BORGES & IRMÃO SARL

# No extremo ocidental da Europa mas no centro de um mercado mundial



Portucel  
no centro do mercado mundial  
uma indústria ao serviço  
da nossa economia

Investimos no desenvolvimento  
exportamos qualidade  
criamos riqueza

Portucel  
pastas para papel  
papel  
embalagens

Portucel  
um fornecedor seguro  
para uma indústria sem fronteiras

 **PORTUCEL**

### A luta contra o deserto

☐ Quem se lembra realmente da luta contra a desertificação? Dos 15 mil milhões de dólares destinados ao Comité Interestatal de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) em dez anos, a ajuda oficial para o reflorestamento só representa 1,5% do montante.



Reflorestamento em Cabo Verde

“Quando se parte de zero, 1,5% representa um progresso considerável”, declararam fontes ligadas aos responsáveis pelos programas para o Sahel, onde se assegura que o reflorestamento é “de todas as ajudas sectoriais, a que avançou com mais rapidez”.

O deserto do Sara alastra-se anualmente sobre uns 128 mil quilómetros quadrados, ou seja, por exemplo, o equivalente a duas terças partes da superfície do Senegal.

Os estudos realizados a partir da grande seca, há dez anos, mostraram que a região sofria de desequilíbrios fundamentais, nenhum deles tendo sido resolvido no início desta década.

Um novo plano de luta contra a seca está sendo incrementado com a colaboração do Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), através da sua delegação para o Sahel. Com um custo superior a 100 mil milhões de dólares, o programa, iniciado em fins de Abril, e que compreenderá quatro etapas, fornece mais de 60 mil milhões de dólares para a ajuda alimentar, a aquisição de camiões e a salvação do gado. O resto do programa inclui medidas de médio e longo prazo para o desenvolvimento e manutenção da infraestrutura rodoviária, a busca e distribuição de água para os povoados e para intensificar a luta contra a desertificação.

Simultaneamente, uma grave desertificação afecta milhões de quilómetros quadrados na América Latina, segundo informação do Centro Regional do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA), por ocasião da comemoração do Dia Mundial do Meio-Ambiente. O Centro reiterou ainda os conceitos básicos de uma mensagem emitida com igual propósito na semana anterior por Mostafá K. Tolba, director executivo do PNUMA, onde este advertia que a desertificação converte a nível

mundial, todos os anos, seis milhões de hectares em terrenos arenosos.

O Dia Mundial do Meio-Ambiente foi dedicado ao problema da desertificação. Na sua dramática mensagem, Tolba calculou que durante o corrente ano cerca de 30 milhões de crianças morrerão de fome e cerca de 200 milhões de pessoas ficarão desnutridas, enquanto advertia que “raramente se relaciona a erosão dos solos com a fome e a pobreza”. “O número de pessoas que o mundo deve alimentar aumenta anualmente em 80 milhões enquanto diminuem as terras produtivas para os cultivos”, observou.

O fenómeno da desertificação ameaça tanto os países ricos como os pobres, explicou Tolba. Nos Estados Unidos, 40 milhões de hectares serão destruídos sem possibilidades práticas de recuperação e, na Índia, a perda da cobertura vegetal ameaça um-terço das terras, especificou a mensagem do director executivo do PNUMA. No caso da América Latina, sublinham os documentos do Centro Regional do PNUMA, dirigido pelo peruano José Lizárraga, a desertificação afecta de forma “grave” territórios onde vivem cerca de 24 milhões de pessoas, mas também ameaça zonas áridas e semi-áridas onde residem outros 44 milhões de latino-americanos.

A desarborização indiscriminada e a erosão não vigiada são as causas principais do processo que acarreta a desertificação. Em 1980, a América Latina tinha 63% do seu território coberto de bosques e selvas e representava 20% dos recursos florestais de todo o mundo.

Essas percentagens equivaliam em 1978 a 550 milhões de hectares de bosques. Segundo estimativas de peritos norte-americanos, o ritmo actual de desflorestamento significará para a região, diminuir essa riqueza florestal para 359 milhões de hectares no ano 2000, ou seja, uma perda de 191 milhões de hectares de bosques em 22 anos.

Em alguns países, o derrube de florestas apresenta altos níveis. No México, alcança 400 mil hectares anuais, no Paraguai 150 mil. As selvas densas da América Latina perdem-se à razão de 4,3 milhões de hectares anuais e as florestas abertas diminuem num milhão de hectares ao ano, assinala o cientista brasileiro Carlos Marx Carneiro. O problema será agravado se aos factores anteriores se somarem a sedimentação, a salinização, a alcalinização e a contaminação agrícola com herbicidas e pesticidas, observa o Centro Regional do PNUMA.

A alcalinização (qualidade oposta à acidez) deixou estereis 7,6% das terras da América do Sul, segundo o organismo.

Dentro das recentes actividades desenvolvidas pelo PNUMA na América Latina, o organismo destaca a realização de um encontro de peritos de alto nível de 18 países em Lima, Peru, (8-11 de Abril passado) e a terceira reunião intergovernamental de 16 nações (12 de Abril), também na capital peruana. Reiterando a preocupação geral pelo crescente avanço da deterioração do ambiente no subcontinente, a reunião intergovernamental de Lima aprovou quatro importantes resoluções: fomentar com urgência programas ambientais regionais de interesse comum, uma rede regional para a formação ambiental, um plano de acção do programa ambiental das Caraíbas e um plano de acção para o sudeste do Pacífico.

10 - terceiro mundo

## Mugabe: "A África do Sul pretende desestabilizar o país"

□ A África do Sul ainda mantém uma estratégia para desestabilizar o Zimbábue, afirmou o primeiro-ministro Robert Mugabe, em declarações publicadas em Harare. A estratégia consiste em atacar as linhas de transporte comercial com Moçambique e em dar apoio aos grupos armados que operam na província de Matabele, ao sul do país, explicou o primeiro-ministro.

"Os rebeldes moçambicanos do Movimento Nacional de Resistência (MNR, grupo de oposição apoiado pela África do Sul) efectuem ataques semanais contra a linha-de-ferro em Moçambique", afirmou Mugabe. Os portos moçambicanos de Maputo e Beira são os mais próximos do Zimbábue, mas devido aos ataques da RENAMO (nova sigla pela qual o movimento contra-revolucionário passou a denominar-se), o governo de Harare viu-se obrigado a continuar dependendo das rotas comerciais sul-africanas.

"Semanalmente produzem-se um ou dois incidentes que desorganizam totalmente o sistema de transporte que utilizamos", denunciou o primeiro-

ministro. "Isso tem um duplo propósito: em primeiro lugar, desestabilizar a economia, impedindo que as nossas importações e exportações fluam sem problema e portanto, prejudicar os nossos programas de desenvolvimento. Em segundo lugar, é uma tentativa de forçarmos a utilizar o sistema ferroviário sul-africano, para evitar que utilizemos o que nos liga a Moçambique", acrescentou.

"A África do Sul obteve o apoio de alguns países ocidentais, alegando que combate a expansão comunista na África Austral", assinalou Mugabe, criticando a política de "compromisso construtivo" dos Estados Unidos com o regime de Pretória. "Trata-se antes de um compromisso destrutivo", afirmou. As estratégias regionais da África do Sul são uma "fonte de grandes preocupações para nós", acrescentou. "Tivemos que destinar os nossos recursos para contar com melhores sistemas de defesa porque temos um vizinho que desconhece o direito internacional, um vizinho que, enfim, promove actividades subversivas desde o oceano Atlântico até ao oceano Índico".

### Membros da comitiva de Mobutu presos por droga em Lisboa

Dois membros da comitiva de cerca de 80 pessoas do presidente Mobutu foram presos, no dia 9 de Julho pela polícia portuguesa no aeroporto de Lisboa por estarem na posse de 36 quilos de haxixe.

Nyangy Lelo, secretário do ministro dos Negócios Estrangeiros e Dansi Kadima, elemen-

to da segurança da comitiva que acompanhavam o presidente zaireense nas suas férias no norte de Portugal, foram apresentados ao juiz de Instrução Criminal, o qual manteve as prisões.

Durante as últimas visitas de Mobutu a Portugal, a imprensa já tinha referido a possibilidade de membros da comitiva zaireense introduzirem droga no país tentando aproveitar as prerrogativas diplomáticas.

## África do Sul: denúncia de abusos psiquiátricos

Os serviços psiquiátricos na África do Sul "são utilizados com frequência crescente para controlar e moderar as consequências adversas da tortura a presos políticos", afirmou um documento elaborado pelo Centro das Nações Unidas contra o "Apartheid".

O relatório, publicado em Junho passado, deu pormenores das respectivas experiências de seis presos políticos na África do Sul a quem o organismo definiu como "baixas psiquiátricas" do "intenso abuso tanto psicológico como físico" a que foram submetidos.

O documento, elaborado para o Centro por Rachel Jewkes, integrante do Movimento Anti-"Apartheid" (AAM), da Grã-Bretanha, foi apresentado por médicos ingleses durante uma reunião de associações psiquiátricas, que se realizou no mês passado em Helsínquia (Finlândia), como parte de uma campanha internacional que advoga o isolamento do regime de minoria branca da África do Sul.

## Militante do ANC assassinada em Angola

O Congresso Nacional Africano, ANC, responsabilizou o regime racista de Pretória pelo assassinio de Jeanette Schoon, militante daquela organização, e de sua filha, Katryn, de seis anos de idade.

Jeanette Schoon foi vítima de uma bomba disfarçada numa encomenda que explodiu no seu apartamento, nos finais do passado mês de Junho, na cidade de Lubango. "O Congresso Nacional Africano não tem a mínima dúvida de que o assassinio imperdoável de Jeanette e de Katryn seja obra dos agentes do regime de Pretória",

refere em comunicado aquela organização.

Nascida em 1942, Jeanette Schoon iniciou a sua vida militante quando era ainda estudante das Universidades da Cidade do Cabo e de Witwatersrand (Joanesburgo) onde se licenciou. Detida em 1975, quando trabalhava como arquivista no Instituto Sul-Africano das Relações Raciais, acabou por se evadir, dois anos mais tarde, tendo pedido então asilo político ao Botswana, que abandonaria em 1983 na sequência de um alerta de que se encontrava em preparação um atentado contra seu marido, indo então para Angola.

"Estes actos de terrorismo internacional, sublinha o ANC, apenas aumentam a nossa determinação de intensificar a luta pela liquidação do criminoso regime do *apartheid*".

## Tráfico de diamantes angolanos

Segundo o jornal português *o diário*, o tráfico de diamantes angolanos que transita por Lisboa em direcção a países da Europa ocidental, Israel e Estados Unidos serve também como fonte de fundos para as organizações contra-revolucionárias angolanas.

Entre os portugueses e angolanos sediados em Portugal envolvidos no contrabando, actua um indivíduo de nome Robert que seria o responsável pela recepção dos diamantes e outras pedras preciosas. Robert, estreitamente ligado aos chefes da UNITA, tem o seu quartel-general em Cascais, cidade a trinta quilómetros de Lisboa. O matutino afirma também que a maioria dos cidadãos portugueses condenados à revelia em Luanda no processo "kamanga" continuam a agir impunemente em Portugal.

## Discutir Amílcar Cabral em Conferência Internacional

A vida política de Amílcar Cabral, primeiro secretário-geral do PAIGC, será tema de uma Conferência Internacional a realizar em Bissau de 3 a 6 de Dezembro do corrente ano, segundo decisão de uma reunião do CC do PAIGC. Recorde-se que Amílcar Cabral foi assassinado em Conacry, a 20 de Janeiro de 1973, por mercenários ao serviço do colonialismo português.

Inserindo-se nas comemorações do 60º aniversário do nascimento de Amílcar Cabral, foram já convidados para participar na Conferência a presidente em exercício do Movimento dos Países Não-Alinhados, Indira Gandhi e o primeiro-ministro sueco, Olof Palme. Entretanto, diversos organismos internacionais deram já o seu apoio a esta iniciativa.

## "FNLA" recruta mercenários em Portugal

Uma estação de rádio portuguesa (Rádio Comercial) anunciou em 13 de Julho que ex-comandos africanos do exército português estariam a ser recrutados em Lisboa pela "FNLA", organização contra-revolucionária angolana há muito desmantelada. Segundo a emissora, os eventuais mercenários, a serem enviados para o norte de Angola, estariam a ser contratados pelo tenente-coronel Ricardo de Almeida, representante da "FNLA" em Portugal, que para o efeito negociou em Paris com o mandatário de um grupo de 40 ex-comandos guineenses, Pailo Djau. Os salários mensais dos mercenários oscilariam entre os 500 dólares oferecidos pelo tenente-coronel e os 750 pretendidos pelos ex-comandos.

## Argentina: autocrítica do ERP

Militantes presos do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e do Exército Revolucionário do Povo (ERP) divulgaram uma auto-crítica na qual qualificam como "grave erro político" a decisão de continuar a luta armada durante o governo constitucional de 1973. Esse erro "conferiu aos golpistas de 1976 um pretexto para derrubar a democracia e desencadear uma sanguinária campanha repressiva contra todo o povo e não só contra as organizações armadas".

O texto considera que "a causa desse grave erro estava

na nossa inexperiência, no nosso escasso conhecimento da história e da estrutura da nossa sociedade, assim como na insuficiente inserção no movimento popular que nos permitisse compreender a fundo as aspirações do povo. Essa nossa limitação levou-nos também a uma opinião equivocada sobre a natureza das mudanças necessárias na nossa pátria. Isso isolou-nos dos nossos aliados naturais no campo nacional".

Referindo-se aos golpes militares anteriores, o documento recorda "que também em 30, em 55, em 62 e em 66 se teve que suportar o golpe autoritário

com as suas conseqüências de terror, cárcere, torturas e mortes, embora em nenhuma dessas ocasiões existisse um movimento guerrilheiro".

O ERP foi a segunda maior organização guerrilheira depois dos Montoneros. O seu líder, Roberto Santucho foi morto pelos militares em Junho de 1976 e a organização destruída poucos meses depois.

Explicando porque escolheram a via armada, os ex-militantes do PRT e do ERP sustentam que fazem parte de uma geração que desde 1955 "viu fechado o seu acesso à vida política por golpes militares cada vez mais repressivos", recordando "a época das proibições políticas, das intervenções nos sindicatos, da entrega das riquezas naturais e do fortalecimento político da oligarquia".

**sogui**pal



SOCIEDADE COMERCIAL LUSO-GUINEENSE, S.A.R.L.

R. Tomás Ribeiro, 50-4°  
1000 LISBOA  
PORTUGAL

Telex: 14238 ACTIME/P  
Telef. 54 00 19 54 83 16 54 82 69

### IMPORTAÇÃO:

*Amendoim, coconote, cera, couros, borracha, bagaço, etc.*

### EXPORTAÇÃO:

*Produtos alimentares, têxteis, materiais de construção e bens de equipamento.*

### ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

*Áreas administrativa e financeira*

### ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

*Larga experiência dos mercados africanos e europeus.*



## Nicarágua: misquitos têm novo organismo

□ O governo da Nicarágua está a promover a criação de um organismo representativo dos indígenas misquitos, sumos e ramas para que estes tenham novamente uma organização própria. A Nicarágua solicitou que a Comissão de Direitos Humanos levasse por diante esse projecto dentro do âmbito do fortalecimento dos direitos humanos dos indígenas.

Cerca de 100 mil indígenas, na sua maioria misquitos, estabelecidos em 30 mil hectares de selvas no norte da costa atlântica nicaraguense, ficaram sem a sua organização em 1981. Um dos dirigentes dos misquitos, sumos e ramas (*Misurasata*), Steadman Fagot, promoveu o separatismo das minorias étnicas do sector atlântico do Pacífico e incorporou-se na contra-revolução. Fagot e outros dirigentes da organização *Misurasata* manipularam os indígenas e mais de 5 mil fugiram para Honduras abandonando terras e casas. Este deslocamento de indígenas serviu de pre-

texto para os Estados Unidos promoverem uma campanha contra a Nicarágua, acusando o governo de perseguição aos indígenas e violação dos seus direitos humanos.

Como resposta a essa campanha, o governo da Nicarágua convidou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a visitar a zona de Zelaya Norte. A comissão apresentará no quadro da Organização dos Estados Americanos um relatório sobre o caso dos misquitos, o qual foi utilizado pelos Estados Unidos para reforçar o seu pedido ao Congresso de 21 milhões de dólares para os contra-revolucionários, apesar da oposição de congressistas e de sectores da opinião pública norte-americana.

"Os ex-guardas somozistas da FDN obrigam os indígenas a se incorporar nas suas fileiras e submetem-nos a maus tratos", afirmou em Abril último o matutino *Il Messaggero*, da Itália. E acrescenta que os contra-revolucionários "sequestram da

Nicarágua grupos inteiros de indígenas levando-os para as suas bases hondurenhas e quando se recusam a combater são eliminados".

Em Janeiro passado, o prémio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, denunciou a matança de 200 misquitos por soldados hondurenhas, quando estes fugiram de um acampamento de refugiados e tentavam alcançar o território nicaraguense. Esses factos são parte de uma cadeia de agressões contra os indígenas que começaram em 1982 com o incremento da actividade contra-revolucionária.

Face às acusações de violações dos direitos humanos dos misquitos, o governo da Nicarágua declarou que "qualquer um pode constatar nas comunidades indígenas os esforços que se fazem para prosseguir com os programas de saúde, habitação, educação, iniciados em 1979 a partir da vitória da revolução".

Um dos pretextos que utilizaram a contra-revolução e a administração Reagan para desprestigiar a Nicarágua e acusar o governo de violar os direitos humanos dos indígenas foi a transferência de mais de 10 mil misquitos para os povoados de *Tasba Pry*. Indígenas que estavam expostos aos ataques da *Misurasata* e FDN nas margens do rio Coco, nas imediações do povoado de Leimus, foram estabelecidos nas comunidades de Sumubila, Shasa, Wasmiona e Columbus, cerca de 40 quilómetros no interior da fronteira próximo de Siuna e Bonanza. Esta transferência foi manipulada pelos contra-revolucionários que provocaram um êxodo de indígenas para Honduras onde foram colocados em campos de refugiados sob condições sub-humanas. Outros foram incorporados nos grupos

Misquitos e sandinistas: regresso à convivência



contra-revolucionários por engano ou à força.

Apesar dos ataques contra-revolucionários e da comprovada participação de misquitos nestas operações, o governo decretou amnistia para 309 reús. O decreto favoreceu os capturados entre 1 de Dezembro de 1981 e Dezembro de 1983. Na política de perdão para os misquitos e na vigência dos seus direitos humanos, também foi criada em 1983 a comissão de repatriação.

Actualmente, segundo declarações do bispo John Wilson, há mais de 20 mil misquitos refugiados nas Honduras que querem regressar à Nicarágua. Eles estão em 26 acampamentos controlados por somozistas que os impedem de sair, declarou Wilson, que é membro do Comité de Repatriação criado em meados de Dezembro de 1983 pelo governo com apoio

do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), da Cruz Vermelha e do Comité Evangélico Pró-Ajuda ao Desenvolvimento (CEPAD) e outros organismos humanitários.

### Ex-membro da CIA nega existência de provas contra a Nicarágua

"A administração da CIA deu sistematicamente uma falsa imagem do papel da Nicarágua no fornecimento de armas à guerrilha salvadorenha, para justificar os esforços com vistas à queda do governo", referiu David MacMichel, ex-membro da CIA, em meados do passado mês de Junho. Após ter ingressado na Agência em 1981, foi incumbido de elaborar um estudo sobre a situação socio-polí-

Só no primeiro trimestre deste ano foram sequestrados 247 misquitos e 28 assassinados em diversas incursões de contra-revolucionários a Zelaya Norte, informou o Ministério do Interior.

tica em Manágua, após o qual concluiu não se poder considerar o Estado nicaraguense de "marxista-leninista bem estabelecido". Pouco depois, MacMichel participou numa reunião destinada ao apoio da contra-revolução e constatou, então, não existir qualquer prova do envio de armas nicaraguenses para a guerrilha salvadorenha. "É difícil acreditar, acrescentou, que nós não tivéssemos sido capazes de pôr a mão em cima de um navio ou de um avião se estes envios se tivessem verificado".

## Uruguai: O princípio do fim

□ Os militares uruguaios aceitaram, praticamente, todas as "condições prévias" impostas pelos partidos políticos e espera-se um rápido avanço nas negociações destinadas a pôr termo a dez anos de ditadura.

Durante uma reunião com delegados da Multipartidária (representando o Partido Colorado, a Frente Ampla e a União Cívica), a 17 de Julho passado, os comandantes-em-chefe das três armas anunciaram a legalização da Frente Ampla, a libertação dos presos políticos que já tenham cumprido a metade das suas penas e a próxima aprovação de uma lei de imprensa que termine com as actuais restrições à liberdade de

expressão. Abre-se, assim, o caminho para uma solução negociada que possibilite a realização de eleições no próximo mês de Novembro e a transmissão do poder para um governo constitucional em Março de 1985.

O Partido Nacional (Blanco) anunciou que não participará nas negociações enquanto continuar preso o seu candidato à presidência da República, Wilson Ferreira Aldunate. O veto militar às candidaturas de Ferreira Aldunate e do general Líber Seregni, presidente da Frente Ampla (a coligação de esquerda), a interdição do Partido Comunista e de outras organizações marxistas ou vinculadas à luta guerrilheira de dé-

cada passada, e a aspiração militar em institucionalizar o Conselho de Segurança Nacional são os principais obstáculos que deverão ser superados durante essas negociações.

Entretanto, a decisão militar de anunciar concessões importantes é avaliada com optimismo pelas direcções políticas numa altura em que cresce a campanha popular pela amnistia geral e irrestricta e depois que os sindicatos, em aliança com os partidos, paralisaram o país numa enorme "greve cívica".

Observadores internacionais salientam o fortalecimento da posição do general Seregni, que, depois de dez anos de prisão, reassumiu a condução da coligação de esquerda e jogou todo o seu prestígio em favor de uma linha que combina a mobilização popular com a negociação política.

## Pesticidas e suas consequências

□ As estatísticas sobre os casos de envenenamento de trabalhadores rurais pelo uso de insecticidas químicos não levam em conta outros casos menos manifestos, como o cancro, abortos prematuros, deformações genéticas, alterações sexuais e males hepáticos, segundo um relatório divulgado pela Organização Internacional de Uniões de Consumidores (IOCU). A IOCU divulgou no México recentemente um estudo que aprofunda as pesquisas anteriores da Organização Mundial da Saúde (OMS), que calculava em meio milhão o número de camponeses envenenados por ano devido ao mau emprego de pesticidas.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA), cerca de 60 mil produtos químicos de uso comum são venenos potenciais para os trabalhadores rurais. Porém, a maior parte da informação sobre eles está fechada no arquivo dos fabricantes e em alguns institutos académicos, mas não são conhecidos pelos trabalhadores expostos ao seu contacto.

Nenhum dos pesticidas é inofensivo, afirmam os peritos. O conhecido DDT, proibido nos Estados Unidos em 1970 e em outros países industrializados, é exportado ou produzido em nações do Terceiro Mundo. Foi comprovado que o DDT, fabricado pela *Union Carbide*, *Bayer*, *Shell* e *Hoechst*, entre outras empresas, produz leucemia, hepatite e alteração nas hormonas sexuais.

Por outro lado, o dióxido 245-T Orange, conhecido como "agente laranja", desfolhante utilizado pelos norte-americanos no Vietname, provoca cancro pulmonar, abortos em mu-

lheres e animais. Na Venezuela foi a causa directa do nascimento de crianças deformadas e no Brasil foi-lhe atribuída, em Dezembro passado, a morte de 17 pessoas.

*Aldrin*, *Clordano*, *Heptaclo-ro*, *Kepone*, *Paraguat*, *Nitrofe-no*, *Toxapehene*, *Mirexz*, *Lindano*, são outros nomes destas substâncias tóxicas que chegam ao consumidor em invólucros que não advertem sobre a sua periculosidade. Muitos desses produtos estão proibidos ou com uso muito restrito nos seus países de origem. Mais de uma centena deles estão proscritos nos Estados Unidos, país onde se comprovou uma dramática relação entre os nascimentos de crianças mentalmente retardadas e o aumento dos pesticidas e produtos químicos venenosos.

Estudos da IOCU afirmam que em 1952 nasceram 20 mil crianças retardadas nos Estados Unidos, cifra que se elevou para 60 mil em 1958, 126 mil em 1964 e meio milhão em 1968. Um especialista norte-americano, o doutor Roger Williams citado pela IOCU, sus-

tenta que actualmente nasce uma criança retardada mental para cada oito normais nesse país.

"Todos os trabalhadores nas plantações, inclusive aqueles que não manipulam directamente os insecticidas, deveriam estar em condições de reconhecer os primeiros sintomas de envenenamento", afirma o médico Luis Díaz Cuadros, assessor do Conselho Municipal de um distrito rural próximo a Lima (Peru). "Infelizmente, os sintomas de envenenamento pela acção de insecticidas são diferentes para cada grupo de produtos químicos, ou seja, atacam o corpo humano de diferentes maneiras", acrescentou.

Os primeiros sintomas de envenenamento são: dor de cabeça aguda, fadiga, fraqueza, enjoo, suor, náusea, diarreia, perda de apetite, diminuição injustificada de peso, inflamação das articulações, irritação na pele ou nos olhos, nariz e garganta. Mas outros sintomas mais graves, que obrigam a recorrer a cuidados médicos imediatos são: salivação excessiva, gastralgia, suor excessivo, tremores, falta de coordenação muscular, contrações, visão anuviada e pele avermelhada ou amarelada.

## Os vinte anos do Grupo dos 77

□ Em Junho de 1964, um grupo de países da Ásia, África e América Latina decidiu criar uma organização destinada a unificar os esforços para a defesa dos interesses comuns no campo do comércio e da economia mundial. Meses mais tarde, eles já eram 77, número que passou a identificar o movimento, embora ele inclua hoje 125 países.

Nestas duas décadas, os "77"

ainda não conseguiram alcançar o seu grande objectivo — um tratamento mais justo para as economias das nações menos desenvolvidas. Pelo contrário, eles estão mais pobres do que em 1964. Mas em compensação, foram conseguidos grandes avanços na tomada de consciência das causas da profunda desigualdade no comércio internacional.

Quando o grupo divulgou a

sua declaração conjunta na reunião da UNCTAD realizada em Genebra, expressões como planeamento, coordenação e desenvolvimento ainda se encontravam no *index* das potências económicas da época. Planeamento era tido pelos países ricos como um sinónimo de marxismo, coordenação era o mesmo que boicote, e desenvolvimento significava subversão da ordem estabelecida. Hoje essas três expressões já foram incorporadas ao vocabulário diplomático internacional, depois de muito esforço e muita incompreensão.

Ao longo dos 20 anos de existência, o Grupo dos 77 consolidou-se como o principal

fórum de discussões económicas dos países da África, Ásia e América Latina, que no plano político estão organizados no Movimento dos Países Não-Alinhados. Os "77" têm delegações em todas as sedes das Nações Unidas em Nova Iorque, Genebra, Viena, Paris e Roma. Em 1981, na conferência do grupo em Caracas, foram institucionalizados os mecanismos permanentes de coordenação, controlo e avaliação dos esforços em busca da unidade de posições no plano económico. Apesar disso, os "77" não têm uma secretaria-geral, porque os seus membros preferem agir de forma menos convencional para aumentar a eficácia políti-

ca das suas acções. Se em 1964, os países membros pediam reformas, hoje eles passaram a exigir pura e simplesmente a mudança do sistema de comércio mundial. Já não se fala de adaptações, mas de uma transformação. E é esta mudança de posições assumida pelos "77" como um todo, que representa talvez a sua maior conquista desde a criação do grupo.

A ferrenha oposição dos países ricos, particularmente dos Estados Unidos, criou as condições para que houvesse uma harmonização e evolução das posições de países tão diferentes entre si, rumo a uma tomada de posição mais radical face aos países industrializados.

## Filipinas: Tribos guerreiras decretam a paz

□ Sem a mediação de leis ou documentos para garanti-la, duas tribos guerreiras concordaram em viver em paz em Bukidnon, no planalto de Mindanao, ao sul das Filipinas.

A tribo *omayamnon*, localizada ao norte de Bukidnon, e a tribo *magsulits* que habita na fronteira de Bukidnon e a província de Davao do Norte, puseram fim à sua guerra de dois anos com um *tampuda* (um tratado de paz nativo), em Robson, na cidade de Cagayan de Oro. O conflito entre as duas tribos custou a vida de mais de 60 homens dos dois lados.

Durante a cerimónia do *tampuda*, os chefes de ambas as tribos — Datu Bantulisan dos *omayamnon* e Datu Tapyana dos *magsulits* — quebraram um ramo de videira como símbolo de paz. Cada um conserva uma metade do ramo

como prova do convénio. Os dois chefes também mataram uma galinha como sinal de que não guardam ressentimentos. Depois fizeram o mesmo com um porco e parte do seu sangue foi vertido numa taça e enterrado. A outra parte foi espargida para manter afastados os maus espíritos. Prolongadas celebrações seguiram-se ao ritual e os membros dos dois grupos repartiram a galinha e o porco.

A guerra iniciou-se em 1982 depois do assassinato de um *omayamnon*, acção atribuída pela sua tribo a um membro dos *magsulits*. Nos combates ocorridos desde então, 38 *magsulits* e 22 *omayamnon* perderam a vida.

Embora ambos os grupos sejam guerreiros, os mais acessíveis são os *omayamnon*, transferidos pelo governo filipino para as zonas que agora ocu-

pam e cujos chefes dizem estar interessados nas vantagens que oferece a vida comunal pacífica.

Quando os tribunais civis iniciaram processos contra os guerreiros envolvidos nas lutas, os *magsulits* optaram por buscar a paz e enviaram emissários à tribo rival para informar-lhe das suas intenções.

O ritual do *tampuda* teve que efectuar-se na cidade de Cagayan de Oro porque ambas as tribos temiam que a guerra se reiniciasse se fosse feito em Bukidnon.

O acordo estabelece que os culpados devem indemnizar os herdeiros das suas vítimas com uma soma equivalente a 71 dólares e 41 centavos ou com um *carabao*, principal animal de tração das Filipinas, semelhante a um búfalo. Ambas as tribos se comprometeram a manter a paz e a ordem nas suas comunidades.

A cerimónia foi presenciada por oficiais militares e por directores de instituições governamentais encarregadas de trabalhar com minorias. (Antonio Maria Nieva)

neovox

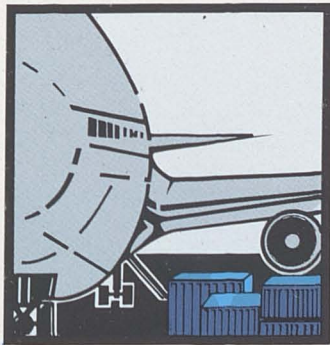
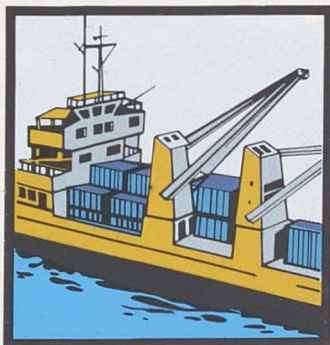


**arnaud**

desde 1870

**EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE**

**CARGA AÉREA • FRETAMENTOS • GRUPAGENS  
DESPACHOS • CONTENTORES • CAMIÕES TIR**



4000 PORTO Rua Infante D. Henrique, 83, 3.º Telef. 315511 (PPC) Telex 22200 ARNOPO - P  
1200 LISBOA Av. 24 de Julho, 2, 2.º Dt.º Telef. 361391 PPCA Telex 12704  
MARINHA GRANDE - LUANDA - MAPUTO

caixa postal 163 telex 6-530 e ou 6-409 pesca mo maputo moçambique

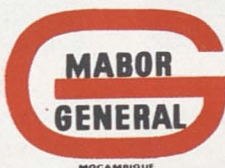
*EXPORTAÇÃO DE CAMARÃO LAGOSTA HOLOTÚRIA  
CARANGUEJO LAGOSTIM POLVO LULAS AMEIJOA  
OSTRAS MEXILHÃO CONCHAS BÚZIOS ALGAS*



**pescom  
internacional**

**REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE**

UMA INDÚSTRIA DE PNEUS



**AO SERVIÇO  
DO DESENVOLVIMENTO  
DE MOÇAMBIQUE**



10041 T. L. M. Moç. 6489 Moçambique

## Balanço sangrento da guerra Irão-Iraque

Entre Setembro de 1980 e Março de 1983, o Irão perdeu aproximadamente 163 mil milhões de dólares na guerra contra o Iraque. Esta quantia que equivale a metade da dívida externa total da América Latina, foi divulgada há pouco por uma comissão especial do parlamento iraniano encarregada de avaliar os prejuízos causados por quase quatro anos de combates ao longo da fronteira entre os dois países.

Os iraquianos por seu turno avaliam as perdas em apenas 100 mil milhões de dólares para os dois lados, mas superaram os iranianos na contagem

dos mortos. Segundo fontes de Bagdade as vítimas já totalizariam 680 mil mortos e 910 mil feridos, enquanto as fontes iranianas calculam que 150 mil adeptos do *ayatollah* Khomeini perderam a vida em combates contra os iraquianos. Para o governo de Teerão os prejuízos sofridos pela sua indústria petrolífera alcançam 59,7 mil milhões de dólares, ao passo que na agricultura as perdas são calculadas em 40,7 mil milhões e na indústria 8,2 mil milhões de dólares.

O Iraque alega que metade da frota naval iraniana já foi destruída em combates no Gol-

fo Arábico, e que a outra metade está sem condições de operar por falta de peças ou escassez de tripulantes. Mas apesar das informações optimistas do governo de Bagdade, a luta tem condições de prosseguir indefinidamente, conforme revelaram especialistas do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos. Observadores ocidentais acham difícil uma avaliação correcta das perdas porque tanto o Irão como o Iraque exageram nas cifras fornecidas à imprensa, da mesma forma que ampliam os efeitos das suas vitórias ou minimizam os das derrotas. Mas de qualquer maneira, a guerra entre Irão e Iraque já é sem sombra de dúvida o conflito mais sangrento registado em todo o mundo desde o final da guerra no Vietname.

# SOPONATA



**SOCIEDADE PORTUGUESA DE NAVIOS TANQUES, LDA**

Rua do Açúcar, 86. 1900 LISBOA, PORTUGAL. Telegramas: SOPONATA. Telefone: 38 28 81 (27 Linhas).  
Télex: 12508 et 13015 TANK P. PO Box 2627. 1116 LISBOA CODEX New Boe Code.

# Conferência de Londres Uma vitória do candidato Reagan

As cimeiras que os chefes de governo das sete maiores potências ocidentais realizam todos os anos não se caracterizam pelos seus aspectos resolutivos, mas pela ambiguidade das suas deliberações. Porém, poucas vezes os acordos adoptados foram tão vagos e tão pouco em consonância com realidades prementes e patéticas como no último encontro de Londres, entre 7 e 9 de Junho.

O espectáculo oferecido consistiu num contraste chocante entre as fórmulas vazias e evasivas contidas no comunicado final e as perigosas situações a que se referiam, entre as quais duas se destacaram: primeiro, o diálogo Leste-Oeste interrompido no meio de um clima de guerra fria e de uma corrida armamentista que significam sérias ameaças à paz mundial. Segundo, o agravamento do já insustentável endividamento de numerosos países do Terceiro Mundo, devido precisamente à política económica dos Estados Unidos que elevou fortemente as taxas de juros bancários.

Estas conferências dos chamados "Sete Grandes" foram convocadas para deliberar sobre os assuntos económicos mundiais segundo as perspectivas e interesses das principais nações capitalistas, mas recentemente alargaram-se à esfera política. Contudo os aspectos económicos continuam a prevalecer.

Como este era o primeiro encontro efectuado depois do início da recuperação da crise recessiva mundial iniciada há quatro anos, era de esperar que a harmonização de políticas para assegurar a recuperação fosse o objectivo das discussões.

Cabe assinalar que a recuperação é por enquanto um processo limitado aos Estados Unidos, ao Japão e, em menor escala, à Alemanha Federal. A economia norte-americana, depois de haver experimentado a mais profunda recessão do pós-guerra e propagá-la ao resto do mundo, está a recuperar desde o ano passado, exibindo índices elevados de crescimento produtivo até ao primeiro trimestre de 1984.

Mas nas restantes potências capitalistas a recuperação é ainda bastante modesta, enquanto que os efeitos mais duros da recessão castigam ainda profundamente as frágeis economias do Terceiro Mundo.

Nesse contexto, generalizou-se o receio de que, a menos que se efectuem rectificações na política económica norte-americana, a recuperação se detenha na metade do caminho e a economia mundial mergulhe novamente numa crise recessiva. Se nos limitarmos à visão do problema a partir da perspectiva dos interlocutores do presidente Ronald Reagan em Londres, o processo que os inquietava pode sintetizar-se da seguinte maneira: os Estados Unidos suportam um enorme défice fiscal cujas causas principais são os gastos bélicos, orçamentais e sociais. Este problema acentuou-se durante a administração Reagan que, de acordo com a sua filosofia ultraliberal limitou as despesas sociais mas incentivou extremamente as bélicas, devido ao impulso que introduziu na corrida armamentista. Para enfrentar o défice fiscal o governo recorre ao endividamento, num processo que eleva as taxas de juros bancários. As altas taxas de juros norte-americanos atraíram vultuosos



capitais especulativos para os Estados Unidos, que por sua vez encareceram o dólar em relação às restantes moedas. Assim, os Estados Unidos — que tradicionalmente eram uma nação exportadora de capitais como o testemunha a penetração efectuada pelas suas empresas em todo o mundo — converteu-se num gigantesco importador de capitais e, pela primeira vez, o montante total destes últimos supera hoje o dos capitais norte-americanos investidos no exterior.

Esta monumental transferência de dinheiro devida aos altos juros, não só financia o défice fiscal como também presta financiamento a empresas da superpotência empenhadas numa nova fase expansiva.

Porém, por sua vez, o encarecimento do dólar diminui a competitividade dos produtos norte-americanos. Em consequência disso, o dólar caro restringiu as exportações dos Estados Unidos e incrementou as importações, dando origem a um crescente e imenso défice comercial. O mais que justificado temor dos interlocutores de Reagan — a quem se somam os numerosos críticos norte-americanos — consiste em que a montanha do défice acabe por esmagar o edifício de uma recuperação com fundamentos tão frágeis e sobrevenha uma nova recessão, com efeitos penosos para todo o mundo.

Mas a política norte-americana acarreta também graves projecções actuais sobre as outras potências capitalistas. As altas taxas de juros norte-americanas obrigam-nas a elevar as suas. Por sua vez isto implica, por exemplo, dinheiro muito caro para as indústrias e para a construção, que em consequência se vêem privadas ou muito limitadas para pedir créditos para expandir as suas actividades. Por isso os europeus lamentam, com razão, que as altas taxas de juros da superpotência os impedem de erguer-se da crise com vigor ou, dizendo de outra maneira, fazem com que se prolonguem na sua economia os efeitos da recessão. Insistimos que esta análise é meramente uma síntese resumida das críticas formuladas a Reagan pelos seus aliados ocidentais. O chanceler alemão,

o democrata-cristão Helmut Kohl, nas vésperas das conversações de Londres insistia na necessidade dos Estados Unidos rectificarem a sua política e que o presidente Reagan diminuísse com firmeza o défice federal.

A opinião pública mundial esperava que as discussões na capital britânica fossem, pelo menos, animadas, e que os seis interlocutores de Reagan lhe exigissem, em nome dos seus próprios interesses, as rectificações correspondentes. Mas isso teria sido talvez exigir muito, já que os Estados Unidos são a maior potência mundial e que os seus aliados, embora teoricamente pudessem opor-lhe represálias económicas, não têm poder para forçar Washington a uma mudança de rumo.

O realismo pode, pois, ter inspirado uma certa resignação, fazendo com que essas discordâncias de fundo só fossem abordadas de forma superficial nas discussões londrinas e apenas mencionadas no comunicado conjunto.

Mas surpreendentemente nem isto aconteceu. O ponto principal do documento exprimiu o acordo genérico dos sete em políticas tendentes a reduzir a inflação e as taxas de juros, assim como em controlar, onde fosse necessário, os défices orçamentais e a expansão monetária. Mas assim como não figurou nenhum compromisso de atacar o défice fiscal norte-americano, nem sequer o défice foi mencionado como causador das altas dos juros, nem transparece no texto uma só das críticas formuladas a Reagan pelos europeus antes do encontro.

Perante tanta brandura de governantes de países soberanos, cabe perguntar: porquê?

Responde o ministro de Finanças da França, Jacques Delors: "Em alguns aspectos, como as relações com o Terceiro Mundo e as taxas de juros, o desacordo continua sendo total, mas não era este o momento para nos enfrentarmos".

Com respeito ao "momento", explicou o chanceler Kohl: "Devíamos mostrar compreensão pelas exigências eleitorais de Reagan, não podíamos subscrever um comunicado que fosse semelhante a

uma acta de acusação." Estas são as razões. Os interesses da economia mundial foram submetidos às conveniências de um indivíduo, o actual presidente dos Estados Unidos, que aspira ser reeleito para o cargo em Novembro próximo. A imagem desse candidato beneficiará caso ele se apresente como o líder indiscutível do Ocidente e para tal consagração nada melhor do que ambíguas alusões sobre os aspectos controversos, enquanto que em outras passagens do comunicado apareciam elogios aos índices de recuperação da economia norte-americana.

Entre as desculpas para camuflar as suas críticas, os interlocutores de Reagan alegaram que se as tivessem manifestado não teriam observado a neutralidade devida face às eleições norte-americanas. Contudo não houve neutralidade mas, pelo contrário, uma submissão aos objectivos de Reagan que é claramente favorável às suas aspirações políticas. Para coroar a inconsequência do gesto dos europeus, estes deverão contar com a muito provável confirmação de Reagan na presidência e, como consequência, a manutenção de uma política que prejudica os seus próprios interesses.

Os males da programação económica norte-americana, como bem o sabiam os participantes da conferência cimeira de Londres, castigam particularmente as nações do Terceiro Mundo. Como resultado das antigas e recentes altas das taxas de juros o endividamento do Terceiro Mundo alcançou níveis insuportáveis.

Também neste caso se acumulou uma montanha que pode desmoronar e provocar uma crise de grandes proporções. Isso não só implicaria a declaração de moratória dos países mais endividados — alguns dos quais já interromperam o pagamento das suas dívidas — como também uma crise do sistema bancário norte-americano (que é o mais exposto ao risco com relação aos grandes devedores latino-americanos.) Por conseguinte, eram necessárias medidas drásticas e urgentes. Nesse caso, não só estava em jogo a

eliminação das causas do encarecimento das taxas de juros, como também a adopção de medidas de apoio financeiro para os países mais afectados por uma situação que não originaram.

Tanta ou maior ambiguidade se encontrará nesta esfera crítica. Chegou-se a fórmulas gerais que podem ser interpretadas de diversas maneiras e que de qualquer forma não envolvem compromisso algum e, como exígua concessão a este drama que aflige uma importante parte da população mundial, consta apenas uma recomendação de que se dilate o prazo do pagamento da dívida comercial para aqueles países que tenham aplicado os programas do Fundo Monetário Internacional. Há, sem dúvida, contradições políticas entre as maiores potências políticas ocidentais que sempre dificultarão a análise dos problemas e, mais ainda, a adopção de políticas comuns que levem em conta não só os interesses próprios mas também os dos países do Terceiro Mundo, economicamente dependentes daqueles. Neste conjunto de aliados coexistem um presidente francês de linha socialista e sensível a reformas monetárias e a programas que procuram harmonizar os interesses do "primeiro" e do Terceiro Mundo, com um Reagan que reprova terminantemente tais soluções. Dificilmente ocorrerá uma circunstância política que facilite a coincidência entre os governos capitalistas mais poderosos do mundo sobre as reformas e disposições necessárias para resolver os problemas mais agudos da economia mundial.

Mas estas inevitáveis discrepâncias não justificam que se dissimule a própria existência dos problemas e que se avalie de facto as causas do seu agravamento. Em resumo, e não obstante as fórmulas vazias encontradas pela diplomacia para tratar de temas controversos de modo que não pudessem ser apresentados como uma crítica a Reagan, o resultado é que o presidente norte-americano saiu de Londres com as mãos livres para persistir na sua política até Novembro. Saiu, assim, reforçado como candidato para prosseguir com tão nefasta orientação nos quatro próximos anos.



## **FORMAR TÉCNICOS TAMBÉM É TAREFA DE ESTALEIROS NAVAIS**

Reparar navios é a nossa principal tarefa: ficamos satisfeitos quando um novo País nos confia a reparação de navios da sua frota.

Mas formar pessoal técnico também é tarefa de estaleiro:

ficamos ainda mais satisfeitos quando somos solicitados para formar técnicos de outros países e quando nos pedem colaboração na instalação de novos estaleiros.

Podemos transmitir a experiência dos nossos 129 anos de actividade.



# **H. PARRY & SON**

ESTALEIROS NAVAIS. S.A.R.L.

Av. 24 de Julho, 6 Apartado 2441 - 1111 LISBOA CODEX Portugal  
Telefs 66 60 65 / 66 41 87 Telex: 12318 Parry P.

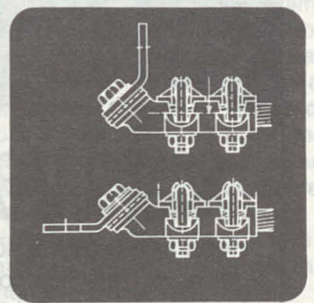
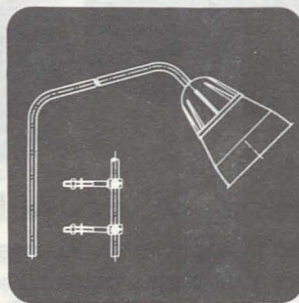
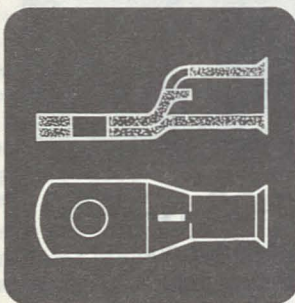


**EMPRESA INDUSTRIAL METALÚRGICA RAMOA, LDA.**

**Fábrica de acessórios para redes eléctricas BT e MT  
e aparelhos de iluminação pública.**

Accessories for copper and aluminium LT and MT cables  
(insulated and non insulated) and luminaires for external lighting.

**ACESSÓRIOS EM LATÃO, ALUMÍNIO E BIMETÁLICOS (bucins, uniões,  
concêntricos, ligadores, terminais) • APARELHOS DE ILUMINAÇÃO PÚ-  
BLICA • FERRAGENS • CAIXAS EM CHAPA E ALUMÍNIO FUNDIDO • ACES-  
SÓRIOS DE SUBESTAÇÃO**



**BRASS ACCESSORIES** (connectors, bus supports for bars, fittings, joints) •  
**ALUMINIUM/COPPER ACCESSORIES** (connectors, two-way connectors and termi-  
nals) • **ALUMINIUM ACCESSORIES** (connectors, joints, straight terminals) •  
**EXTERNAL LIGHTING LUMINAIRES** • **PIN-INSULATOR FITTINGS** • **CONNECTING  
BOXES** • **SUBSTATION ACCESSORIES**

**FÁBRICA:** Rua D. Pedro V  
**FACTORY:** 4700 BRAGA  
PORTUGAL  
TELEPHONE: 22568  
TELEX: 32114 RAMOA P

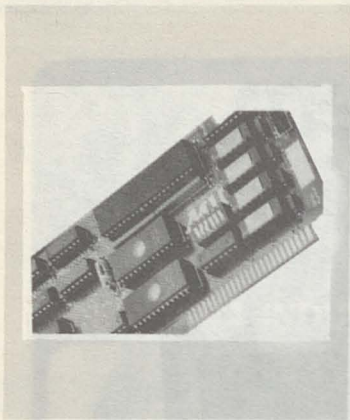
**DEPARTAMENTO DE EXPORTAÇÃO:** Av. General Roçadas, 93-B  
**EXPORT DEPARTMENT:** 1100 LISBOA  
PORTUGAL  
TELEPHONE: 827344/849539  
TELEX: 42428 AUÇO P

# A nova ordem da Informática



*Sem terem ainda conseguido acesso à plena industrialização, os países do Terceiro Mundo passam agora a enfrentar uma nova batalha contra a desigualdade económica. É a batalha da Informática, um campo do conhecimento humano desenvolvido a partir da chegada dos computadores electrónicos. Nunca na história recente da humanidade, tantos interesses económicos estiveram concentrados em tão poucas mãos. Noventa e cinco por cento da produção mundial dos novos equipamentos electrónicos é controlada pelos países ricos.*

*Este monopólio, quase sempre esmagador, estende-se agora também ao campo da informação, seja ela apenas notícias, dados pessoais ou estatísticas. Vários países do Terceiro Mundo já perceberam as ameaças que o novo sistema traz para a sua soberania nacional. Mas a grande maioria ainda não tomou consciência da gravidade do problema e da necessidade de uma acção conjunta, antes que seja tarde demais.*



## Transnacionais

# A lei do mais forte

A "trilionária" corrida dos grandes conglomerados económicos em busca de uma super-hegemonia

Carlos Castillo

A partir do final da década de 60, o mundo começou a ser inundado por maquininhas fantásticas capazes de fazer maravilhas nunca antes sonhadas, em espaços microscópicos e a uma velocidade quase inimaginável. Da noite para o dia, tarefas exaustivas tornaram-se coisa corriqueira, os limites da inteligência e da capacidade de interpretar dados da realidade quotidiana avançaram até fronteiras difíceis de serem concebidas pela mente humana. Os futurólogos começaram a falar numa nova revolução baptizada de tecnológica, capaz de produzir efeitos muitíssimo mais importantes do que os provocados pela industrialização (quando surgiram os teares na indústria têxtil no começo do século XVIII) ou da produção em série (linhas de montagem de veículos nos anos 20).

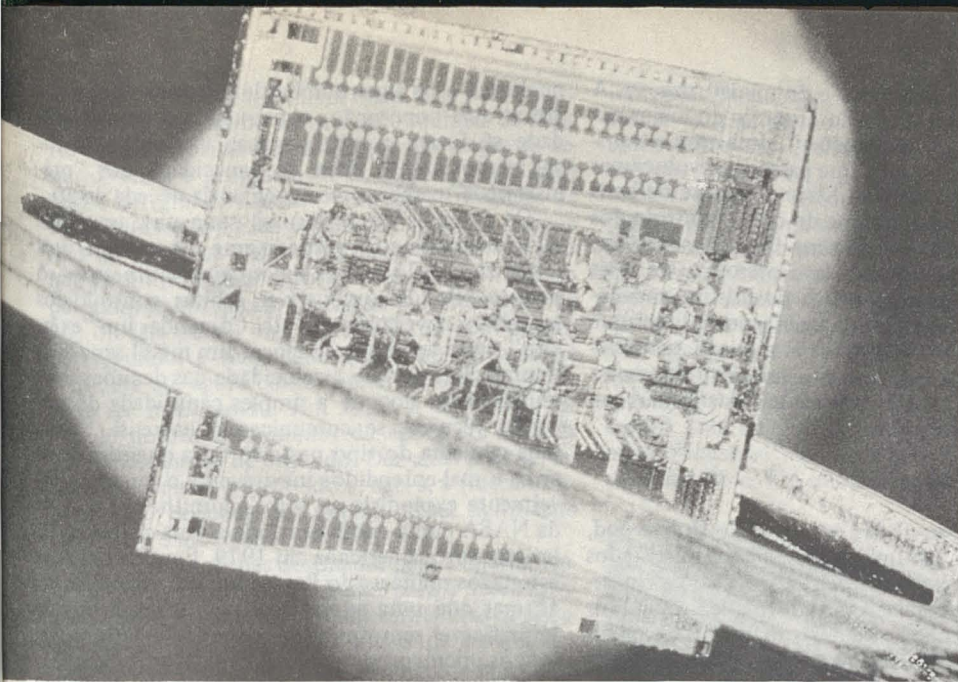
Por volta de 1950, quando surgiu o primeiro grande computador, na época conhecido como *cérebro electrónico*, um aparelho do género que teoricamente pudesse exercer todas as funções do órgão humano, teria o tamanho de toda a cidade de Paris e consumiria tanta energia eléctrica como a da rede de metropolitano da capital francesa. Em 1960, quando as válvulas electrónicas foram substituídas pelos transistores, o mesmo computador não seria maior do que o Teatro da Ópera de Paris e funcionaria com um gerador de 10 quilowatts. Dez anos mais tarde, surgiram os circuitos integrados (placas metálicas com conexões de cobre que substituíram os fios). E o computador-cérebro já não era maior que um autocarro vulgar podendo ser ligado à rede eléctrica comum. Em 1975, o mesmo aparelho com as funções equivalentes aos dez mil milhões de neurónios humanos (células responsáveis pela capacidade intelectual do homem) não seria maior do que um aparelho de televisão. Três anos mais tarde as dimensões reduziram-se às de uma máquina de escrever e a energia seria fornecida por uma simples bateria. Em 1980, o microprocessador e os fantásticos *chips* (ver Dicionário

de Informática) reduziram o cérebro electrónico a dimensões inferiores às do cérebro humano. Até 1990, calcula-se que a mastodónica máquina, que em 1950 era do tamanho de Paris, possa estar reduzida a uma caixa de fósforos, alimentada por uma pilha comum de lanterna.

Em quarenta anos, a engenharia conseguiu reduzir as dimensões do cérebro electrónico em quase cem mil milhões de vezes. Nunca em toda a história humana foi possível um processo de miniaturização tão grande em tão pouco tempo. E o mais impressionante é que este processo não terminou, havendo alguns técnicos que afirmam que nem chegámos ainda a metade do caminho, enquanto outros nem se arrisgam a dizer até onde se poderá ir. A busca de engenhos cada vez menores não é no entanto uma preocupação dileitante como a dos fantásticos artistas chineses que pintavam paisagens inteiras na cabeça de um alfinete. A micro-engenharia, que hoje alguns já situam a um nível verdadeiramente molecular, tem como objectivo básico a ampliação do controlo humano sobre a realidade externa tanto em quantidade como em qualidade. As novas micromáquinas, pela sua extraordinária virtude de memorizar e interpretar dados, não só simplificam tarefas quotidianas como multiplicam, em limites ainda inimagináveis, a capacidade do ser humano de penetrar e controlar o meio em que vive. Os detentores da nova tecnologia passaram portanto a ser os senhores de um novo poder, cujo alcance, os três mil milhões de seres que vivem no Terceiro Mundo começam lentamente a descobrir.

### O tripé de Reagan

A partir dos anos 60, as fantásticas possibilidades das inovações tecnológicas deixaram de ser apenas a obsessão de cientistas trancados em laboratórios para serem manuseadas por não menos maravilhados homens de negócios nas grandes po-



A miniaturização chegou a tal ponto que a unidade básica de um computador passa no furo de uma agulha

tências do mundo capitalista. E foi aí que as descobertas mirabolantes deixaram de ser uma atraente curiosidade para se transformarem em novos instrumentos de riqueza, poder e, conseqüentemente, também de dominação. No final da década de 60, os japoneses haviam desenvolvido em muito a sua pesquisa científica, com descobertas que começavam a ameaçar a hegemonia norte-americana no sector da tecnologia de ponta (a tecnologia mais avançada e sofisticada). No início dos anos 70, surgia ameaçador no horizonte económico de Washington, a possibilidade de perder a corrida científica.

#### A reacção norte-americana

Os cérebros humanos do Pentágono e de Wall Street trataram então de buscar uma recuperação ante a concorrência ameaçadora dos ex-adversários nipónicos derrotados na Segunda Guerra Mundial e, acima de tudo, neutralizar os efeitos do fracasso do Vietname. A reacção norte-americana, que sintomaticamente se aglutinou em torno da direita política e económica, descobriu então o tripé que permitiria a saída do atoleiro no qual estava submergindo a administração James Carter: restabelecer a "guerra fria" contra a União Soviética; reimplantar o liberalismo económico em larga escala e usar as possibilidades incríveis da Informática, um campo de conhecimento surgido em conseqüência da miniaturização.

Aquecer a "guerra fria" significaria assustar a classe média norte-americana com o espectro de uma hipotética agressão iminente da parte da União Soviética e do bloco socialista. O medo ser-

viria para lubrificar a enxurrada de encomendas militares junto aos grandes conglomerados industriais ávidos por uma injeção de novas verbas capazes de reactivar a pesquisa e o desenvolvimento de armas mais sofisticadas, onde a revolucionária tecnologia do microprocessador era uma peça fundamental. Em nome da defesa, o contribuinte norte-americano teria que pagar como preço um processo de compressão do consumo e corte generalizado nos gastos sociais. Além disso, os estrategos económicos apontaram para uma alta da taxa de juros como o mecanismo seguro para atrair de volta investimentos e poupança que se haviam deslocado para a Europa e Japão em busca de uma melhor remuneração, na época em que o dólar estava em baixa.

A liberalização económica significaria acabar com qualquer tipo de interferência do Estado no controlo da economia. Seria restabelecer ao pé da letra a "lei do mais forte", uma espécie de darwinismo económico, onde somente os mais preparados sobreviveriam, "devorando" os mais fracos através de um processo de absorção. Deixavam de importar as conseqüências negativas do gigantismo, desde que ele fosse suficientemente forte para enfrentar a concorrência estrangeira. Da mesma forma que o armamentismo e a "guerra fria" estavam voltados contra a União Soviética, o liberalismo era uma arma apontada contra o Japão e a Europa (em primeiro lugar), vindo depois o Terceiro Mundo. E os "mais fortes", vencedores da luta pela sobrevivência, seriam inevitavelmente aquelas empresas transnacionais que melhor utilizassem as possibilidades abertas pelo uso intensivo da nova tecno-

logia do microprocessador e da miniaturização. A eficiência seria medida pelo controlo do maior número possível de "informações", uma nova e transcendental matéria-prima que passou a revolucionar o funcionamento de Wall Street. A posse de bens tornou-se menos importante do que o controlo dos dados económicos ou políticos. O verbo *controlar*, um corolário do verbo *saber*, passou a ser mais conjugado do que o transitivo *possuir*, no vocabulário do *big business* norte-americano. E foi aí que surgiu a expressão Informática: a busca, processamento e uso da informação, num sentido muito mais amplo do que a "novidade" dos jornais, ou do "segredo" dos espões.

### Os "chips" na guerra fria

Em Janeiro de 1981, o ex-galã de Hollywood, Ronald Reagan, assumiu a presidência dos Estados Unidos como símbolo do tripé formado pelo armamentismo, liberalismo e informática. Construir armas em quantidade cada vez maior e com a mais alta sofisticação tecnológica foi apenas o ponto de partida. Os mísseis intercontinentais, a ampliação do confronto Leste-Oeste para a órbita espacial, os satélites espões, as ogivas múltiplas, as bombas de neutrões, os canhões *laser*, a rede de submarinos

nucleares e os superbombardeiros estratégicos são armas cuja concepção, construção e operacionalidade só foram possíveis graças a cálculos sofisticadíssimos muito além da capacidade dos "pré-históricos" cérebros electrónicos da década de 50.

Os disparos de um míssil seria uma operação complicadíssima e praticamente impossível pois mobilizaria pelo menos umas cinco mil pessoas só para cálculos de combustível, órbitas, controlo dos aparelhos, navegação etc, etc. Comandar um "exército" deste apenas para lançar um míssil seria algo impraticável porque a velocidade das decisões seria muito maior do que a simples capacidade dos diversos técnicos se comunicarem entre si. "Seria uma comédia do tipo pastelão tal a quantidade de erros e mal-entendidos inevitáveis e o míssil provavelmente explodiria no solo", admitiu um técnico da NASA numa entrevista dada a uma cadeia de televisão norte-americana em 1979. E quase todos os estrategos militares do Pentágono são unânimes em afirmar que uma guerra moderna é simplesmente impraticável sem um altíssimo grau de automação, sem os microcomputadores e sem a Informática.

Entre 1982 e 1984, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos gastou cem mil milhões de dólares para compra de equipamento electrónico como parte do seu programa C-3 (Comunicações,

## IBM e o seu exército de vendedores

No jargão dos operadores da bolsa de Nova Iorque, a *International Business Machine Corp.* (IBM) é mais conhecida como a "Branca de Neve", e as outras grandes companhias de electrónica dos EUA como "os sete anões". A inocência do apelido, no entanto, pouco tem a ver com os métodos da empresa norte-americana que mais cresceu desde a década de 60. Entre os seus 320 mil empregados espalhados por mais de 100 países, existe uma mística feroz pela concorrência. E os seus directores desenvolveram, ao longo dos 73 anos de existência da companhia, a mentalidade de verdadeiros chefes de um exército em permanente batalha: a batalha do lucro e da hegemonia.

A glorificação dos dirigentes vem desde a década de 30 quando o sucessor de Charles Flint, o fundador da IBM, compôs um hino de guerra que era cantado todos os dias pelos seus subordinados. A canção, de gosto artístico duvidoso, chamava-se "Sempre para a Frente" e era acompanhada de um pequeno versinho que dizia:

"Nossas vozes se enchem de orgulho,  
com a canção de T. J. Watson.  
Ele será sempre a nossa inspiração,  
nossas vozes se erguem para ele."

O *slogan* adoptado pelos primeiros dirigentes da empresa era uma ordem imperativa — PENSE! E foi com ele que a IBM se espalhou pelo mundo com 23 fábricas em 13 países. Só nos Estados Unidos, além da gigantesca sede na rua Old Orchard, na cidade Armonk, em New Jersey, ela tem uma área de 10 milhões de metros quadrados com 25 fábricas em vários estados norte-americanos. No ano passado, a facturação da empresa alcançou 40 mil milhões de dólares, período em que ela registou também um lucro líquido de mais de três mil milhões de dólares, um dos mais elevados entre todas as empresas do bloco capitalista.

Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, França, Índia, Itália, Japão, México, Holanda, Suécia, Reino Unido e Alemanha Federal são os países em que a IBM está solidamente implantada com gigantescos complexos de montagem de equipamentos electrónicos. A soma de toda a produção da empresa, que os norte-americanos também chamam de "Big Blue", é responsável pelo controlo de quase metade do mercado mundial de Informática, Microelectrónica. No sector dos



Controlo e Comando). Além disso, e só para exemplificar, o Pentágono fornece 800 milhões de dólares em cada dois anos para 12 grandes empresas desenvolverem o programa V. H. S. I. C. (*Very High Speed Integrated Circuit* – Circuito Integrado de Alta Velocidade). Este programa é uma das maravilhas da moderna técnica da microelectrónica porque permitirá que as informações circulem dentro do computador perto da fantástica velocidade da luz, ou seja pouco menos de 300 mil quilómetros por segundo, a velocidade que a ciência humana considera até agora como limite, ou seja, nada poderia ser mais rápido. Em 1970, a velocidade de cálculo de um computador da época era avaliada em milionésimos de segundo. Dez anos mais tarde, em bilionésimos de segundo e, agora, a fracção tornou-se tão pequena que deixou de ter significado real. É um dado apenas teórico.

As enormes verbas destinadas pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos para o desenvolvimento de armas cada vez mais mortíferas alcançaram cifras superiores a um trilhão de dólares nos últimos dez anos. Foi este dinheiro que as empresas usaram como ponto de partida para um processo de concentração inédito na história humana. Só quantias bilionárias poderiam financiar num curto espaço de tempo a pesquisa e desenvolvimento de

inovações tecnológicas revolucionárias, capazes de tornar o capitalismo norte-americano altamente competitivo em qualidade e preços dos bens ou serviços oferecidos.

“Os Estados Unidos estão envolvidos actualmente em duas guerras diferentes: uma contra a URSS no campo militar; e outra contra o Japão no terreno industrial. A URSS pôs o desenvolvimento industrial num segundo plano para beneficiar o sector militar. O Japão fez o contrário. Se os EUA querem ganhar ambas as batalhas, devem conquistar a liderança mundial no sector crítico da tecnologia da informação (Informática e Comunicação) para conquistar a supremacia tanto militar como industrial”. Esta é a frase chave do livro *The Amazing Race* (“A corrida fantástica”), de William

grandes computadores, a IBM domina 72% do mercado.

A construção deste império tornou-se mais acelerada depois da ascensão do presidente Reagan ao poder, quando a IBM reformulou a sua estratégia e resolveu investir também no sector dos minicomputadores e nos microprocessadores pessoais. Até então, ela tinha-se concentrado apenas na procura do monopólio quase absoluto dos grandes computadores. Ela foi também a que melhor usou o liberalismo económico na nova administração republicana, investindo contra os seus rivais japoneses usando um vasto arsenal legal. Ela passou incólume por todas as batalhas judiciais em que esteve envolvida sob a acusação de práticas monopolistas.

Além disso, a empresa lançou-se numa campanha agressiva de vendas, nomeadamente no exterior, onde cerca de 70% do seu pessoal se dedica a convencer clientes da necessidade de aderir ao “clã IBM”. O exército de vendedores, calculado pela revista *Time* em cerca de 40 mil pessoas (92% deles são homens) ainda é obrigado a usar fatos escuros embora a obrigatoriedade da camisa branca tenha sido abandonada. Podem beber álcool ao almoço, mas se fizerem isso não poderão fazer contactos comerciais à tarde. A sua vida diária é regulada por um código de ética de 32



A IBM tem 23 fábricas em 13 países do mundo

páginas, e todos os empregados são constantemente persuadidos a nunca pensarem trocar de emprego. Para isso, a empresa concede aos seus funcionários inúmeras vantagens salariais e assistenciais.

O culto da mística corporativa é talvez a mais longa tradição da companhia, que se orgulha de não pagar subornos nem adoptar métodos duvidosos para conseguir vantagens. “Nós simplesmente usamos o peso do nosso poderio e da nossa influência”, afirma John Opel, o *big boss* da IBM e presidente do Conselho Director de três membros. Ele ganhou em salários, só no ano passado, 1,5 milhões de dólares, e tem como um dos seus ídolos, o controverso T. J. Watson, que, enquanto era o director-geral da IBM em 1937, recebeu das mãos de Adolf Hitler a medalha da Ordem do Mérito da Águia Germânica, por “relevantes serviços prestados ao III Reich”.

Davidson, e que é hoje uma espécie de bíblia do *establishment* norte-americano.

### A corrida fantástica

Recheados de verbas militares, os gigantes da indústria norte-americana lançaram-se com armas e bagagens nesta "corrida fantástica" na conquista do *Eldorado* da Informática, um mercado que segundo o jornal francês *Le Monde* está avaliado em mais de 150 mil milhões de dólares e deve crescer a uma taxa anual de no mínimo 20% ao ano. Se esta previsão for confirmada, por volta do ano 2000 cerca de 40% dos lucros de toda a indústria norte-americana serão devidos apenas à Informática. Para o *big business* norte-americano trata-se de prognósticos extremamente atraentes que chegaram a ser saudados por alguns mais apressados como a "hegemonia definitiva do capitalismo".

Amparados pelo liberalismo económico implantado pela administração Reagan, os grandes da indústria norte-americana lançaram-se num gigantesco processo de absorção de firmas menores na tentativa de controlar todos os segmentos da Informática. Vários dos grandes conglomerados se fundiram na tentativa de se tornarem supergrandes, seguindo ao pé da letra os princípios do "darwinismo económico" oficializado na Casa Branca. Assim, firmas das mais diferentes actividades,

como a *IBM* (informática), *New York Times* (jornalismo), *American Express* (viagens), *General Telephone & Eletronics* (telefone), *ATT* (telefones e comunicação), *Warner Communications* (TV, discos e divertimentos), *Thyssen* (siderurgia), *ADP* (banco de dados) e outras, convergiram em massa para o novo *Eldorado*.

O terreno ficou livre para a grande batalha quando o governo norte-americano eliminou em 82 o virtual monopólio da *ATT* sobre as comunicações via cabo telefónico nos Estados Unidos, favorecendo principalmente a gigantesca *IBM*, a firma que mais cresceu no mundo desde 1980. Em 1981, a "*Big Blue*" (nome popular da *IBM* nos EUA) uniu-se às firmas *COMSAT* e *Aetna Life Insurance* para lançar o satélite *SBS* para comunicações intercontinentais ou de longa distância, invadindo um mercado até então da *ATT*, *RCA* e *Western*. O grupo *Thyssen* comprou a *Predicasts* e a *BRS*, ambas ligadas ao processamento de dados e fabricação de equipamentos electrónicos. O grupo editorial *Readers Digest* assumiu o controlo da empresa *Source*, um dos maiores bancos de dados dos EUA. A *Burroughs*, fabricante de equipamento de escritório e computadores, absorveu a *System Development Corporation*. Os grupos *Dun & Bradstreet* (informações económicas) e *TRW* (fabricante de equipamentos electrónicos para a força aérea dos

## MONTAGEM COMPLETA DE FÁBRICAS PARA CALÇADO



PLANIFICAÇÃO  
DE INSTALAÇÕES

FORNECIMENTO  
DE MATÉRIAS-PRIMAS  
E EQUIPAMENTOS

LANÇAMENTO  
DE PRODUÇÃO

TECNOLOGIAS AVANÇADAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
PERMANENTE



### Comércio Internacional, Lda.

RUA DOS ARNEIROS, 96-1.º DIR. — 1500 LISBOA

Telefone 708139/709220

Telex 42039 ZIMA P

Director Comercial: ANACLETO MARQUES.

Produtos - EQUIPAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS PARA A INDÚSTRIA DE CALÇADO

EUA) lançaram-se numa corrida pelo controlo do sector de dados para o sistema de vendas a crédito. A *American Express* associou-se ao grupo *Warner*, da mesma forma que a empresa *Knight Ridder* se juntou a *ATT* e o grupo editorial *McGraw Hill* absorveu a firma de informática *DRI*.

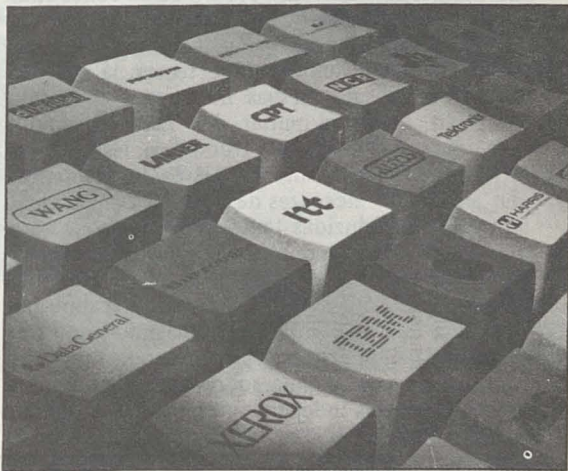
De todas as firmas, a que melhor usou a "lei do mais forte" foi a *IBM*, que em 81 era a 11ª maior empresa do mundo e, em 82, já era a 8ª, havendo a convicção entre especialistas como os editores da revista *Fortune*, de que a partir de 1990, a "*Big Blue*" derrubará a hegemonia mundial mantida há 20 anos pela *General Motors*, como a maior entre as maiores do mundo capitalista.<sup>1</sup> Neste processo centrífugo, as grandes firmas chegaram a pagar até 50 vezes mais pelo controlo de firmas pequenas. A *IBM* por exemplo chegou a gastar três milhões de dólares por uma empresa de fabricação de terminais de vídeo cuja facturação anual não passava de 60 mil dólares. A corrida pela conquista de fatias cada vez mais generosas do bolo da Informática fez com que a revista *Business Week* prognosticasse em Janeiro de 84 que até ao final da década de 80 apenas oito conglomerados gigantescos controlarão todo o mercado de colecta, processamento e distribuição de informações nos Estados Unidos.

O processo de desmantelamento da *ATT* e o "*laissez-faire*" económico norte-americano rapidamente saltaram sobre as fronteiras continentais, expandindo-se rumo à Europa e Japão com as grandes empresas dos EUA mostrando um apetite voraz. A *ATT* associou-se à *Philips* e assumiu o controlo de 25% das acções da *Olivetti* italiana, exemplo este seguido por dezenas de outras grandes firmas norte-americanas.

Paralelamente, a política de liberalização e fim de monopólios encontrou seguidores na Grã-Bretanha, onde surgiu a empresa *Mercury* para concorrer com a estatal *British Telecom*; no Japão, onde a associação de grandes empresários *Keidanren* abriu a batalha contra a empresa oficial *Nippon Telephone and Telegraph*. Fenómeno idêntico ocorre na França, Bélgica e Alemanha Ocidental onde as empresas estatais passaram a sofrer pressões fortíssimas de grupos privados em geral ligados a transnacionais e, organizados na forma de "sociedades de usuários". Estas sociedades transformaram-se em verdadeiros *lobbies* (grupos de pressão) contrários a empresas estabelecidas e detentoras de privilégios oficiais.

Os grupos de usuários já existem na Alemanha Federal (*Deutsche Telecom*), Bélgica (*Belgian Telecommunication Managers Association*), Austrália (*ATUG*), França (*AFUTT*). Onze destas associa-

ções organizaram-se a nível mundial na *INTUG*, que agrupa um total de dez mil grandes empresas ligadas ao ramo da Informática e Comunicações em todo o mundo. Trinta transnacionais norte-americanas têm interesses hegemónicos na *INTUG*, onde a *IBM* está representada em cada uma das 11 associações nacionais que compõem o organismo. No caso específico do Japão — paradoxalmente o maior concorrente da indústria norte-americana — nada menos de que 30% dos membros da associação nacional de usuários são assalariados da *IBM*.



### A batalha dos preços

O assalto em massa contra as empresas estatais de telecomunicação tem como principal cavalo de batalha a promessa de preços baixos feitas pelos grupos privados. Hoje, uma chamada telefónica entre Londres e Nova Iorque custa cem vezes menos do que em 1930. Em 1965, o aluguer de um circuito telefónico custava por hora 20 mil dólares no mesmo trajecto. Em 80, o custo baixou para 800 dólares e, em 85, o preço não será superior a 300 dólares. Há 15 anos, a montagem de uma estação terrestre para captar sinais de um satélite de comunicações custava dez milhões de dólares. Hoje, a mesma unidade entra em funcionamento por menos de 300 mil dólares e já existem modelos populares por menos de cinco mil dólares. A queda vertiginosa dos preços foi possível graças à ampliação da capacidade dos satélites. Em 1965, eles podiam operar 240 circuitos telefónicos simultaneamente. Em 80, a capacidade subiu para 10 mil circuitos e, em 85, prevê-se que uma nova geração de satélites poderá operar quase cem mil ligações telefónicas transoceânicas ao mesmo tempo.

Esta queda vertiginosa de preços, provocada pela sucessão de aparelhos electrónicos cada vez mais eficientes, ameaça derrubar as barreiras levan-

<sup>1</sup>Em 1982, a *IBM* já era a empresa capitalista que registou os lucros mais elevados em todo o mundo: 5,5 mil milhões de dólares.

tadas no mundo desenvolvido pelos interesses locais, em geral reunidos em torno da defesa da segurança nacional. Em quase todos os países da Europa e também no Japão, o sector das comunicações tanto domésticas como internacionais sempre esteve sob o controlo estatal, não só pelos altos custos de operação como principalmente porque o sistema estava associado directamente a questões de segurança nacional.

A partir de 1970, a revolução do *chip* acabou com o argumento do preço ao mesmo tempo em que a segurança nacional deixou de se concentrar no fluxo das comunicações mas na fabricação de equipamentos. E os europeus descobriram que estavam indefesos também neste sector, já que não tiveram as mesmas verbas militares e o mesmo complexo industrial-militar dos Estados Unidos para criarem a sua própria tecnologia. Havia, é claro, casos isolados como na Alemanha Ocidental, mas eles foram incapazes de resistir à avalanche de inovações introduzidas tanto pelos norte-americanos como pelos japoneses. A indústria europeia, encurralada diante do dilema entre manter uma custosa independência e o lucro fácil acabou por preferir a última alternativa, associando-se ou simplesmente sendo engolida pelos interesses privados norte-americanos. Ainda sobrevivem algumas empresas europeias independentes, mas elas operam

principalmente no sector intermediário, já que entre os grandes computadores e na tecnologia mais avançada, os japoneses e norte-americanos controlam 85% do mercado e 98% do total mundial de investimentos na Informática.

No processo de concentração através de fusões e absorções de empresas, os grandes conglomerados bancários norte-americanos tiveram um papel fundamental ao funcionarem como financiadores destas operações. Embora não existam dados precisos, o jornal *Le Monde Diplomatique* afirmou numa reportagem sobre a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, que dentro dos Estados Unidos, as empresas e indivíduos acumularam débitos globais que hoje somam quase três triliões de dólares, ou seja, três vezes mais que a dívida de todos os governos do Terceiro Mundo.

Para compensar esta soma maciça de dinheiro emprestado dentro dos EUA, os grandes bancos começaram desde 1975 a diversificar as suas operações no exterior, principalmente entre os países subdesenvolvidos onde os ganhos se mostraram maiores. Assim, segundo a revista inglesa *Economist* (Janeiro de 78), em 1970 os sete maiores bancos norte-americanos realizaram 78% dos seus lucros de operações domésticas e apenas 22% no exterior. Seis anos mais tarde, os mesmos sete bancos (*Bank of America, Citicorp, Chase, Manufacturers,*



## AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA  
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

### *Cooperar e desenvolver*

#### Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

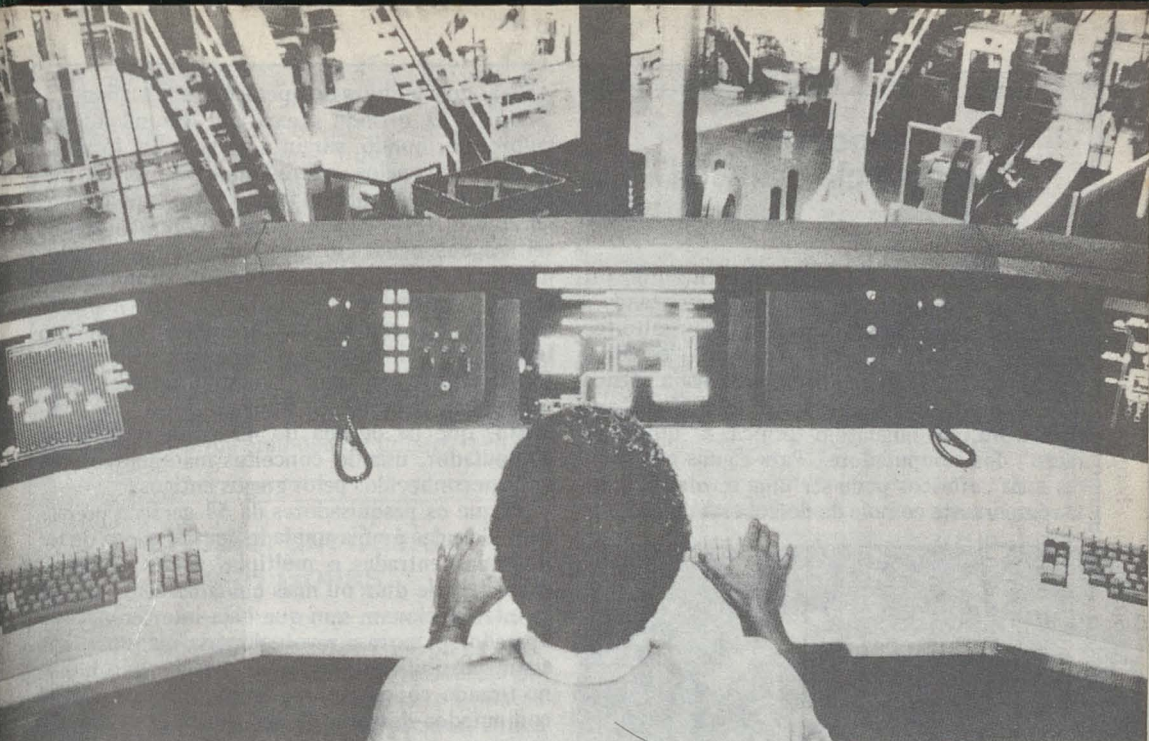
#### Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

#### Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

### *Projecta e implementa*



Na Europa e no Japão, milhares de operários perderam os seus empregos por causa dos robots electrónicos

*William Strouds*  
Morgan, Chemical e Bankers Trust) tiveram 42,4% dos seus lucros em operações domésticas e 57,6% no exterior. E a maior parte destes lucros externos foi obtida entre países do Terceiro Mundo que pagam juros até 20% sobre o dinheiro recebido.

Com estes ganhos é que os grandes bancos norte-americanos conseguiram manter a sua liquidez, já que, apesar da enorme soma emprestada dentro dos EUA, os devedores norte-americanos pagam juros muito abaixo da taxa internacional. Este mecanismo de buscar lucros no exterior para financiar os empréstimos internos levou o especialista económico da revista inglesa *South* a afirmar que, na verdade, os países subdesenvolvidos endividados financiam o processo de concentração industrial e, por tabela, toda a pesquisa sobre novas tecnologias na Informática e Microelectrónica.

### "A revolução informática"

Com estes recursos, foi possível aos empresários norte-americanos promoverem uma profunda reorganização da estrutura económica do país dentro da filosofia definida pela OCDE (organização económica dos países ricos), segundo a qual, "o complexo de indústrias electrónicas será nos próximos 25 anos o pólo principal de reorganização das estruturas da sociedade industrial avançada" (*OECD Interfutures*, 1979). Noutras palavras, a reorgani-

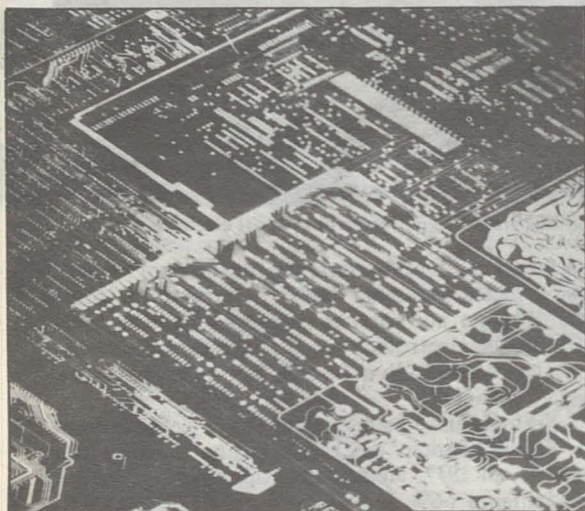
zação do capitalismo norte-americano para sobreviver à recessão surgida depois da crise do petróleo baseia-se na automatização provocada pela nova tecnologia electrónica e no controlo mais amplo possível sobre todo o tipo de informação disponível no planeta.

Segundo um relatório elaborado por Mark Porat e Edwin Parker da Universidade de Stanford (EUA) em 1977, até ao início dos anos 80, aproximadamente 66% do PNB (Produto Nacional Bruto) norte-americano tinha origem no sector de serviços, onde a Informática joga um papel fundamental. No mesmo período, a indústria dos EUA baixou a sua participação no PNB para 32%, enquanto a agricultura foi responsável por apenas 2%. E, em Maio de 1981, a manipulação e processamento de informações já era o principal produto de exportação do estado de Nova Iorque. O mesmo relatório Porat-Parker também revelou que 65% dos assalariados norte-americanos já exercem funções directa ou indirectamente dependentes da Informática.

Em 1978, os Estados Unidos possuíam 54% de todos os bancos de dados existentes no mundo e neles armazenavam 89% da informação computadorizada de carácter comercial e financeiro. Tudo isto foi possível graças à informatização das relações entre as 60 mil filiais de empresas norte-americanas espalhadas por cem países e suas respectivas sedes. Só a IBM tem, por exemplo, 27 centros

## A incrível "inteligência artificial"

□ Quarenta anos depois da construção do primeiro computador, os norte-americanos e japoneses preparam-se para dar o maior salto tecnológico de toda a curta história dos "cérebros-eletrônicos". Trata-se, nada mais nada menos, do que produzir em série uma "inteligência artificial", ou, em linguagem técnica, a "quinta geração" dos computadores. Para alguns especialistas mais eufóricos pode ser uma revolução quase tão importante como a da descoberta da roda.



Todos os computadores das quatro gerações anteriores são basicamente iguais porque no fundo usam uma unidade central que efectua as operações passo a passo. Isto é, existe apenas uma entrada de dados e uma saída. O primeiro computador construído em 1946 na Universidade da Pensilvânia com verbas do Departamento de Defesa efectuava cinco mil operações por segundo, tinha 18 mil válvulas, pesava 30 toneladas e ocupava uma área de 140 metros quadrados. Este modelo serviu de base para o famoso UNIVAC da IBM. Em 1958, surgiu a segunda geração de computadores usando transistores, o que aumentou a capacidade de cálculo para 200 mil operações por segundo. Em 1964 já existiam 20 mil computadores espalhados pelo mundo, quando surgiu a 3ª geração, baseada no modelo 360 da IBM que passava a usar circuitos integrados e que já podia

realizar dois milhões de operações por segundo.

Em 1979, quando já existiam 700 mil computadores no mundo, surgiu a 4ª geração, formada basicamente pelos microcomputadores de uso pessoal que se tornaram famosos em todo o mundo com o *Apple* e cujo número hoje é incalculável. Alguns falam em quase um milhão e meio, mas esta avaliação é provavelmente diminuta. Os avanços registados aumentaram a capacidade de memória e a rapidez das operações ao mesmo tempo que reduziram o volume. Mas, basicamente, continuou em vigor o mesmo sistema descoberto pelo matemático húngaro John von Neumann, que na década de 40 criou o primeiro computador, usando conceitos matemáticos que já eram conhecidos pelos gregos antigos.

O que os pesquisadores da 5ª geração pretendem alcançar é uma unidade central capaz de ter múltiplas entradas e múltiplas saídas, graças à existência de duas ou mais unidades centrais, que se interrelacionam sem que haja interferência do operador. A nova e revolucionária máquina teria assim possibilidade de imitar o raciocínio humano tirando conclusões ou fazendo associações. O computador deixaria de ser um imenso arquivo para ser o que os técnicos chamam de "máquina pensante".

Os japoneses partiram à frente na corrida pela "inteligência artificial" graças a uma associação dos seis maiores fabricantes de equipamentos eletrônicos que passaram a integrar o FGCS (Projecto de Sistemas do Computador da Quinta Geração). Um ano depois do surgimento da associação japonesa, os norte-americanos tomaram uma posição semelhante criando em 1982, a *Microelectronics and Computer Technology Research Corporation (MCC)* reunindo 16 fabricantes e um orçamento de 100 milhões de dólares. Em 1983, os europeus também entraram na disputa com o projecto *ESPRIT*, formado pelos países da Comunidade Económica Europeia (CEE). A preocupação destas três associações de carácter nacional ou continental está voltada para o enorme potencial económico da chamada "inteligência artificial".

Cálculos feitos hoje indicam que no momento haveria um mercado potencial de 128 milhões de dólares para o novo equipamento, havendo possibilidade de que em 1990, se tudo der certo, o número de compradores deva crescer 20 vezes, chegando à beira dos três mil milhões de dólares, só para este tipo de máquina que, por enquanto, ainda está na cabeça dos quase mil "génios" espalhados pelo mundo e que esperam em breve serem os descobridores da "nova roda" da humanidade.

de pesquisa apenas na Europa Ocidental, onde trabalham cerca de sete mil especialistas cujos estudos e trabalhos são transmitidos para os computadores centrais nos Estados Unidos a uma velocidade de 600 milhões de sinais electrónicos por segundo. E no Canadá, o governo estimou em 300 milhões de dólares as perdas anuais resultantes do fluxo de informações via computador para os Estados Unidos. Este fluxo foi responsável ainda pelo desemprego de 40 mil especialistas canadianos.

O estudioso holandês Cees Hamelink revelou num trabalho publicado em 1980 que 60 enormes empresas norte-americanas controlam quase 70% do comércio mundial de informações, cujo valor é avaliado em 200 mil milhões de dólares. Hoje, a

grande maioria dos países europeus depende basicamente de dados armazenados em memórias de computadores norte-americanos para organizar a sua vida económica. Esta dependência chega a ser quase total em vários países subdesenvolvidos, nomeadamente africanos, alguns dos quais têm que se basear em dados fornecidos por bancos de Nova Iorque para saberem quanto estão a dever a credores internacionais.

O "roubo de informações" é hoje uma prática quase que universalmente adoptada, salvo em quatro países (Noruega, Suécia, Japão e Brasil) do chamado bloco ocidental. Por serem extremamente sofisticados e velozes, os mecanismos de transmissão de informações estão hoje praticamente imu-

## A Apple, um David feito Golias

□ "1984 não será igual a 1984". Com este slogan, os jovens e audaciosos dirigentes da firma norte-americana Apple lançaram há poucos meses o seu mais novo microcomputador, com a promessa de manter a luta desigual contra o gigante IBM. Ao usar o título do livro de George Orwell para promover o computador MacIntosh, Steven Jobs, 24 anos, quis dar aos espectadores do anúncio na televisão a ideia de que não haverá um controlo de todo o mercado de Informática por uma grande empresa.

A pretensão de Jobs baseia-se na experiência recente da Apple, talvez a única firma de electrónica dos EUA que tenha conseguido roubar da toda poderosa IBM uma fatia considerável das vendas de equipamento electrónico. Na verdade, o grande segredo da empresa surgida numa garagem na Califórnia há nove anos, foi ter investido toda a sua criatividade no desenvolvimento dos microcomputadores. A Apple não descobriu nada, ela apenas juntou o que já existia em termos de know-how e resolveu fazer um computador que as pessoas pudessem comprar, já que na época, praticamente só existiam grandes computadores.

O computador Apple ganhou fama imediata nos Estados Unidos e depois em todo o mundo quando foi lançado no final dos anos 70. O sucesso fez com que os lucros da companhia disparassem para quase 22 milhões de dólares por ano. Mas em 83, quando a IBM lançou o seu Computador Pessoal (CP), a Apple sofreu uma forte queda. Os seus ganhos caíram em quase 73%, e muitos acreditaram que a fase da euforia estava a acabar. Foi quando Steven Jobs resolveu investir em

força no desenvolvimento de um novo micro, o MacIntosh, ao mesmo tempo que trocou a garagem por uma moderna fábrica automatizada, ainda no Silicon Valley, na Califórnia.

O MacIntosh é mais fácil de operar que o seu antecessor Apple II e a versão Plus, mas enfrenta agora a batalha do software, ou seja, os programas que a máquina usará. O CP da IBM invadiu o mercado e passou a ser o padrão para os consumidores dos modems microcomputadores. Os dois equivalem-se em preço e em habilidades. Depois de largar na frente, Steven Jobs perdeu agora a vantagem da descoberta de um terreno novo e terá que enfrentar todo o peso da "Big Blue", que com a facturação anual de 40 mil milhões de dólares, não será um osso fácil de roer. Mas independentemente do resultado desta luta de um "David contra Golias", ficará com a Apple o mérito de ter sido a primeira a mostrar que é possível desenvolver sistemas de computação fora da IBM. Uma experiência que poderá não resultar na selva do liberalismo económico de Reagan, mas pode servir de estímulo para outros países onde exista uma protecção para os fabricantes nacionais.

Steven Jobs chegou a ameaçar a liderança da IBM



nes à censura e ao controlo estatal. O controlo dos dados meteorológicos permite aos operadores das bolsas de cereais de Chicago, por exemplo, alterar preços e cotações muito antes dos próprios países exportadores de alimentos terem conhecimento de alterações climáticas capazes de afectar as safras. O mesmo acontece no terreno das riquezas minerais. E, em menos de meia hora, todo o arquivo de uma empresa que lida com crédito ao consumidor pode ser transferido para um computador nos EUA, onde especialistas podem detectar tendências com uma grande antecipação.

E todo esse processo pode ficar ainda mais amplo e mais intenso quando entrarem em funcionamento os sistemas intercontinentais de transmissão de dados via fibras ópticas guiadas por raios *laser* capazes de operar um milhão de mensagens telefónicas ao mesmo tempo. A transnacional petrolífera *Exxon* já opera desde 1977 um sistema como este.

### O "nirvana" económico

Os grandes ideólogos das maravilhas da Informática, como John Kenneth Galbraith, Arthur Clark, Alvin Toffler e Bernard Cox, afirmam que a introdução da nova tecnologia não criará problemas de desemprego. Chegam inclusive a afirmar que os novos meios vão criar novas oportunidades de trabalho e que permitirão que a humanidade entre numa nova fase, onde o lazer e as actividades intelectuais terão um lugar incomparavelmente mais importante do que na época dourada da Grécia antiga. Afirmam que as fantásticas máquinas microelectrónicas, que em 15 anos baixaram de preço duas mil vezes e se tornaram no mesmo período dois milhões de vezes mais eficientes, serão capazes de mudar a natureza do trabalho humano, tornando-o menos árduo e mais criativo. Mas, apesar da enorme rapidez com que as transformações se estão a operar, não existem ainda indícios concretos de que este "nirvana" será alcançado.

No Japão e na Suécia, já existem exemplos de firmas automobilísticas quase que inteiramente automatizadas, onde os operários se dedicam mais ao estudo e à diversão do que ao trabalho. Mas, em escala mundial e principalmente no Terceiro Mundo, ninguém pode garantir que surgirão da noite para o dia milhares de cópias das fábricas da *Toyota* ou da *Volvo*.

Pelo contrário, o "choque do futuro" parece que não será muito animador. O chileno Juan Rada, especialista da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garante que por volta de 1990, a Microelectrónica e a Informática eliminarão 65% dos empregos no sector de telecomunicações e 50% no sistema bancário, enquanto 30% dos empregados no sector de transporte ficarão sem tra-

balho. Nos escritórios, mais de 40% da mão-de-obra será substituída por máquinas automáticas, enquanto a imprensa escrita deve ser substituída por um jornal electrónico transmitido a cada residência por um sistema de cabo. E a própria OIT, uma organização que é profundamente influenciada pelos meios capitalistas, admite que não será possível reciclar todos os milhares de trabalhadores desempregados pela nova tecnologia.

Toda a criatividade mostrada pelos cientistas pagos por firmas como a *IBM* no desenvolvimento de novas descobertas electrónicas não encontra correspondência nos estudos sobre os efeitos da introdução maciça da nova tecnologia no mercado de empregos. Para a maioria das transnacionais da Informática, isso não passa de um "problema futuro", com excepção talvez das firmas japonesas como a *Fujitsu*, que desde 1980 passou a investir fortemente na reciclagem dos seus empregados tentando evitar o desemprego em massa. Mas a *Fujitsu*, a gigante japonesa na Informática e Microelectrónica, está sozinha neste campo.

Ao contrário dos países capitalistas, o bloco socialista tem registado avanços comparativamente menos espectaculares, porque por enquanto a nova tecnologia está mais voltada para necessidades de pesquisa e de defesa. Não há a preocupação em transformar as maravilhas da Microelectrónica em artigo de consumo de massas. E, principalmente, os países do CAME (ex-COMECON)<sup>2</sup> deixam de considerar a informação como uma matéria-prima altamente valorizada.

A nova tecnologia é a base técnica sobre a qual se apoia a Informática. As grandes transnacionais querem transformar o mundo num único mercado, que necessariamente será controlado por uns poucos privilegiados. Não é por acaso que actualmente as grandes corporações norte-americanas controlam as únicas seis redes transcontinentais de transmissão de dados. Duas delas pertencem ao *Citibank* (o sistema *Swift*) e a *IBM* (sistema *GlobeCom*) que tem o virtual monopólio da maioria das transacções comerciais privadas em todo o mundo capitalista. De alguma forma, no sistema bancário, já estamos às portas do "big brother", o fantástico supercomputador do livro *1984*, de George Orwell, capaz de vigiar toda a humanidade. A perspectiva de um virtual monopólio de alguns grandes sobre toda a informação não deixa de ser uma possibilidade assustadora, principalmente se empresas, como a "Big Blue", puderem um dia se transformar num "big brother".

<sup>2</sup>CAME (ex-COMECON) - Conselho de Assistência Económica Mútua, integrado pelos países socialistas: Bulgária, Cuba, Checoslováquia, Hungria, Mongólia, Polónia, República Democrática Alemã, Roménia, URSS e Vietname.



Terceiro Mundo

## A luta pela sobrevivência

Virtualmente esmagados pela avalanche electrónica, os países pobres são empurrados para a autodefesa

**A** pesar de reunirem 70% da população mundial, os países do Terceiro Mundo participam com apenas 8% no desenvolvimento industrial do planeta. O nível de vida de um habitante de um país rico é hoje, em média, 10 vezes superior ao de um habitante de um país pobre. Uma nação como o Brasil tem sete telefones para cada cem habitantes, o continente africano tem uma média de dois aparelhos para cada cem habitantes, enquanto nos Estados Unidos a proporção é de 78 para cada grupo de cem norte-americanos. Estas são as desigualdades resultantes dos últimos 50 anos de desenvolvimento económico no mundo capitalista. Agora, com a chegada da revolução tecnológica, estas disparidades vão diminuir ou aumentar?

Lamentavelmente, os estudos mais recentes feitos pelos poucos especialistas do Terceiro Mundo em informática e microelectrónica têm uma resposta pouco optimista. "Se não houver uma mudança significativa na atitude dos governos do hemisfério sul, afirma o chileno Armando Mattelart, as diferenças de nível de vida entre ricos e pobres do mundo devem aumentar ainda mais". O famoso relatório Brandt sobre as relações Norte/Sul não aprofunda o tema, mas garante também com uma certa dose de pessimismo: "Os países subdesenvolvidos podem sofrer novas derrotas com o desenvolvimento dos microprocessadores". E a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi categórica: "A competição entre as empresas automatizadas e as que exploram intensivamente a mão-de-obra está sendo gradualmente deteriorada em benefício das primeiras, graças à introdução de tecnologia avançada tanto nos países ricos como nos países em desenvolvimento".

O prognóstico de um mundo onde os ricos serão ainda mais ricos e os pobres, ainda mais pobres, é uma consequência do processo de concentração industrial gerado pelas grandes empresas do sector electrónico e informático. Por terem mais

dinheiro, elas podem pesquisar mais, conhecer melhor e criar continuamente. Com isto elas avançam mais profundamente em relação ao controlo dos meios e bens de produção. A utilização dos conhecimentos adquiridos gera por sua vez novas riquezas porque consegue extrair dos pobres do planeta mais vantagens do que as obtidas até agora. E aí o ciclo realimenta-se continuamente numa progressão que por enquanto, os especialistas nem se arriscam a avaliar.

Hoje, o Terceiro Mundo controla apenas 5% do mercado mundial de informática e microelectrónica. E mesmo dentro desta pequena parcela, as disparidades são enormes. A América Latina possui 60% dos computadores e redes de transmissão de dados de todos os países pobres. O Brasil, a primeira potência do Terceiro Mundo no campo da nova tecnologia, detém no entanto apenas o 16º lugar na escala mundial, enquanto no Médio Oriente, a Arábia Saudita é o mais destacado com o 29º lugar, e metade de todo o parque electrónico da região. Entre as 50 nações no ranking mundial da informática só existem dois africanos (Argélia e Nigéria) que estão entre os oito últimos colocados. Na Ásia aparecem apenas Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura, Filipinas e Tailândia. E para se ter

Robert Lawler



uma ideia desta enorme disparidade basta referir que a soma de todos os investimentos de todos os países subdesenvolvidos no campo da nova tecnologia electrónica não chegava aos pés do total da Alemanha Ocidental, a segunda colocada na lista das 50 mais, com um montante bem inferior ao dos Estados Unidos.

Segundo a revista *Time* o padrão de uso dos microcomputadores no Terceiro Mundo também segue a tendência geral dos países industrializados, onde só os mais ricos têm acesso à nova tecnologia. Na América Latina, na Ásia e no Médio Oriente os possuidores de microcomputadores têm um nível de vida 20 vezes superior ao da média das respectivas populações. Na Europa e nos Estados Unidos, os proprietários de aparelhos como um micro ou um videocassete têm um rendimento cinco vezes maior do que a média. E como os microprocessadores são máquinas capazes de gerar riquezas mais rapidamente do que a aparelhagem mecânica tradicional, o seu uso pelos mais poderosos tende logicamente a torná-los ainda mais fortes e influentes.

### O caos inicial

Apanhados de surpresa pela chegada da nova tecnologia foram raros os países subdesenvolvidos que tiveram oportunidade de planejar a introdução dos novos equipamentos na sua estrutura económica. Sem contar com os microcomputadores, o México tinha em 1977, 2.250 grandes computadores de quase 142 marcas diferentes. Em 1981, o Brasil já tinha 8.800 unidades de grande porte, de 86 marcas diferentes. Quase na mesma época a Tunísia tinha 200, o Líbano 90, o Irão 270 e a Costa do Marfim o incrível total de 211 em 1979. Na sua esmagadora maioria estes grandes computadores foram adquiridos por organismos estatais ou por subsidiárias de empresas transnacionais interessadas em multiplicar a sua capacidade operacional. E não foram raros os países que aplicaram a nova tecnologia para fins repressivos. Foi o caso do Chile, onde a empresa *ECOM*, dirigida por um general do exército adquiriu com financiamento da AID norte-americana um computador *Burroughs 370/145* para montar um ficheiro de opositores ao regime. O mesmo procedimento foi adoptado pela Argentina, cuja polícia federal recebeu um sistema *Digicom* dos Estados Unidos. E em Março de 82, o jornal francês *Le Monde* anunciou que os computadores dos serviços de segurança dos países do extremo sul da América Latina já funcionavam interligados. Na República dos Camarões, na África, conselheiros militares franceses operam um computador *IBM* instalado no Palácio Presidencial e que se destina apenas e exclusivamente a questões de segurança.

O ingresso desordenado do Terceiro Mundo na

era da informática começou por volta de 1952 quando as grandes empresas transnacionais começaram a instalar computadores nas suas filiais. O primeiro cérebro electrónico da Índia foi instalado em 1952, e em 1953 na América Latina, quando uma empresa petrolífera norte-americana montou um *IBM* nos seus escritórios em Caracas. No final da década de 50, também as universidades começaram a receber equipamento electrónico, que em 90% dos casos era de origem norte-americana, salvo na universidade de Buenos Aires, que instalou um *Mercury*, inglês. Quase toda a nova tecnologia era operada por técnicos formados pelos próprios fabricantes, e na sua maioria eram máquinas superdimensionadas para a realidade dos respectivos países, já que o modelo fora concebido para a realidade norte-americana e principalmente para as necessidades de grandes empresas.

O carácter comercial ficou evidente no uso e na formação do pessoal. Noventa por cento dos computadores existentes na América Latina na década de 60, pertenciam a empresas privadas e eram usados para tarefas administrativas, contabilidade, folha de pagamento e controlo industrial. Nos raros cursos de formação de técnicos montados em países como Colômbia, Venezuela e Argentina, a orientação era fornecida por profissionais de firmas privadas como a *IBM*, o que dava aos cursos um carácter fundamentalmente subsidiário, isto é, os técnicos serviam aos interesses da empresa. No México por exemplo, dos 10.500 técnicos em informática existentes no começo da década de 70, 8.500 haviam sido formados pela *IBM* para orientar usuários. Nas universidades o processo era idêntico. Nenhuma pesquisa era desenvolvida fora do controlo das transnacionais, porque todo o *know-how* vinha de fora e os equipamentos eram obsoletos. Segundo a Unesco, em 1982, 96% dos pesquisadores em informática estavam concentrados nos países ricos; apenas 2% estavam no Brasil, México, Índia, Argentina e outras nações em vias de industrialização, enquanto os restantes 2% se espalhavam por mais de 100 países pobres (não estão incluídos neste cálculo os países socialistas e o Canadá).

As únicas excepções neste quadro de desorganização foram o Brasil, a Índia e Cuba, países que a partir da metade dos anos 70 resolveram adoptar um modelo próprio que garantisse aos interesses nacionais um mínimo de autonomia perante o assalto dos fabricantes estrangeiros. Nos casos do Brasil e da Índia (ver matéria específica) a questão da segurança jogou um papel muito importante. O Conselho de Segurança Nacional assumiu o controlo das actividades brasileiras no campo da informática por causa da fabricação de armamentos e pelo uso militar da nova tecnologia. Razões semelhantes foram invocadas pelos indianos que

na época já estavam envolvidos num ambicioso projecto nuclear voltado para a busca de uma supremacia geopolítica na região. Já Cuba teve que enfrentar o bloqueio comercial e económico norte-americano. Entre 1958 e 1968 apenas cinco computadores foram montados na ilha: dois da primeira geração e três da segunda. Em 1969, o governo de Fidel Castro encomendou 12 computadores franceses e em 1970 começou a fabricação de microcomputadores em Cuba.

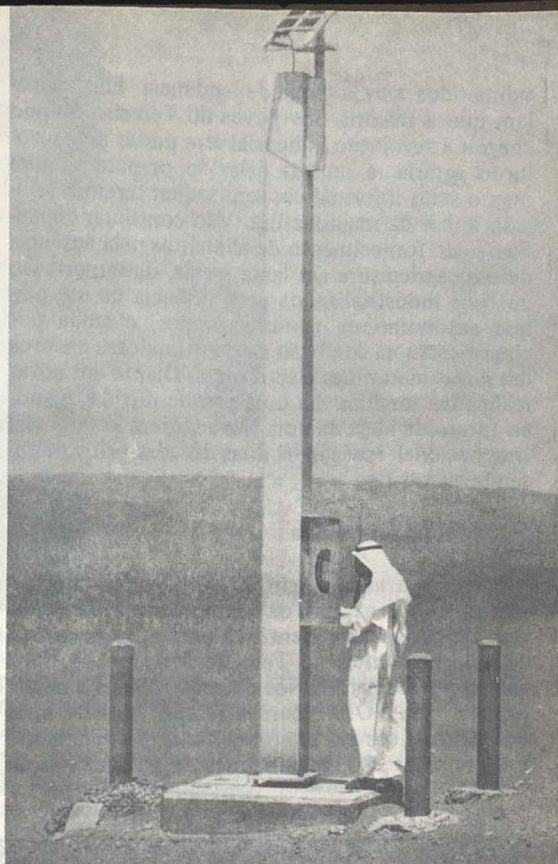
Os exemplos do Brasil, Índia e Cuba levaram alguns países do Terceiro Mundo a tentar algum tipo de defesa contra a penetração estrangeira, mas na maioria dos casos, debilidades de ordem política provocaram o fracasso dessas tentativas. Além da pressão directa, as grandes firmas transnacionais contaram com um grande aliado: os contrabandistas. Só no México, onde se calcula que existam cerca de 20 mil microcomputadores em mãos de particulares, mais da metade destes aparelhos entrou ilegalmente no país. No Brasil, apesar da reserva de mercado, acredita-se que 1/3 dos microcomputadores instalados até 1983 eram contrabandeados.

#### "Made in El Salvador"

Mas apesar de estarem excluídos da corrida da informática, cresce a cada dia o número de países do Terceiro Mundo que têm os seus nomes associados a componentes de microcomputadores. Se alguém abrir um micro da *Apple* verá que dentro dele existem peças "made in El Salvador", assim como componentes feitos na Indonésia, Singapura, México, Índia, Paquistão e até no Panamá. Trata-se de uma nova divisão internacional do trabalho, já que nestes países são montados os componentes que ainda não são processados de forma automática. Segundo o IBI (*Intergovernmental Bureau for Informatics* — uma organização ligada à Unesco e cujos participantes são maioritariamente subdesenvolvidos) a montagem de peças como os *chips* é feita em países onde a mão-de-obra custa menos de cinquenta centavos de dólar por hora. O trabalho é puramente mecânico e não requer nenhuma especialização. Um exemplo típico da forma como agem as transnacionais é a fábrica de componentes electrónicos montada pela *Philips* na cidade indiana de Poona, a 200 km de Bombaim.

A fábrica utiliza basicamente mão-de-obra feminina, a mais mal paga devido à posição inferior da mulher. As condições de trabalho são péssimas, sem qualquer garantia legal ou sindical. Em frente à fábrica formam-se diariamente grandes bichas de mulheres que tentam uma vaga de alguém que adoça. No caso de El Salvador acontece mais ou menos a mesma coisa. Camponeses semi-analfabetos expulsos do campo pela miséria manuseiam sofisticadas peças de microcomputadores sem ter

1984 — Agosto — no. 68



A sofisticação electrónica no deserto saudita

a mínima ideia da sua utilidade. A única coisa que sabem é que têm que empacotar 200 *chips* por dia e receber uma luz verde na máquina que faz o teste final dos componentes. Daí as peças voltam para os EUA onde serão colocadas no micro.

Esta desigualdade no encaminhamento da questão da informática tem no plano macro-económico implicações consideradas "transcendentes" pelos especialistas. Desde a década de 60 que os países pobres estão alarmados com a ampliação do fosso económico que os separa dos ricos industrializados. Na época falava-se que a diferença crescia a um ritmo aritmético. Vinte anos depois, as nações do Terceiro Mundo sofrem um novo choque ao perceberem que todo o esforço para vencer os industrializados a reduzir o desequilíbrio não só foi quase nulo, como acabou soterrado por uma nova avalanche de privilégios. Com a introdução da nova tecnologia electrónica aumentou de tal maneira o ritmo de concentração de riquezas que o cubano González Manet acredita que o crescimento do fosso já se faz a um ritmo geométrico, isto é, muito mais rápido.

Cientistas europeus chegaram à conclusão de que os países subdesenvolvidos estarão em breve

submetidos a uma tripla dependência. Eles assinalam que a maioria dos povos do Terceiro Mundo chegou à revolução industrial sem passar pela revolução agrária, e muitos deles se preparam agora para o salto informático, sem sequer terem assimilado a fase da manufactura. Vão continuar dependentes do fornecimento de alimentos pela ausência de uma agricultura em larga escala, da importação de bens industrializados pela ausência de um parque autónomo de manufacturados, e ainda por cima ficarão na condição de consumidores passivos das novas maravilhas electrónicas. Diante das novas realidades surgidas, há uma grande dúvida quanto ao futuro da ideia de uma Nova Ordem Económica Internacional, lançada há duas décadas pelos países subdesenvolvidos.

### Nova ordem económica

Quando a ideia surgiu, a "revolução" da informática apenas nascia e os computadores não passavam de curiosidade científica para a pequena parcela de habitantes do Terceiro Mundo que tinha acesso à informação. Nos últimos 14 anos a reivindicação pela NOEI esbarrou sempre na resistência dos países ricos em alterar o *status quo*, enquanto a automatização, miniaturização e a concentração

de interesses económicos davam um salto inédito na história humana. E de repente, os países subdesenvolvidos passam a defrontar-se não mais com políticos intransigentes nem com ameaças de retaliações da parte de governantes do "norte" rico, mas com todo um sistema que no futuro deve multiplicar em escala, também nunca vista, as desigualdades entre o "primeiro" e o Terceiro Mundo.

Na Conferência dos Não-Alinhados em Lima em 1975 os países subdesenvolvidos colocaram como meta para os seus esforços políticos e económicos, ter no ano 2000 pelo menos 25% da capacidade industrial do mundo. Na época o objectivo era ambicioso mas havia o consenso de que não era uma utopia. Só que poucos levaram em conta a velocidade e a profundidade com que ocorreu o processo de concentração industrial especialmente nos Estados Unidos. Também não foi possível prever a rápida deterioração do problema da dívida externa e muito menos os efeitos que logo em seguida começaram a ser sentidos em consequência da revolução tecnológica. Na época, o livro o "Choque do Futuro", de Alvin Toffler já era um *best-seller* nos Estados Unidos, onde os leitores se maravilhavam com o cenário traçado pelo autor tendo como protagonista principal o controverso "silicon chip". No Terceiro Mundo, Toffler foi encarado como um misto de



## Nós sabemos que peso tem o Terceiro Mundo

FABRICAMOS BÁSCULAS E BALANÇAS PARA TODOS OS FINS HÁ MAIS DE 50 ANOS

A QUALIDADE DOS NOSSOS PRODUTOS É RECONHECIDA E PREMIADA INTERNACIONALMENTE

SOMOS OS MAIORES FABRICANTES E EXPORTADORES PORTUGUESES DE BÁSCULAS E BALANÇAS

**o peso é a nossa profissão!**

INTERNATIONAL ÁFRICA AWARD 1984

International trophy for quality  
1979, 1980, 1981, 1982



**CACHAPUZ**

International award  
to export 1982, 1983

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA. — APARTADO 12 — TELEX 32125  
TEL.: PPCA 73604/73606/73624 — 4700 BRAGA — PORTUGAL



A chamada "alfabetização electrónica" traz vantagens mas pode criar uma dependência do estrangeiro

### Os Donos do Mercado Mundial\*

IBM . . . . .	64,3%
Honeywell . . . . .	8,7%
Sperry Rand-Univac . . . . .	8,0%
Burroughs . . . . .	6,4%
Control Data . . . . .	4,1%
NCR . . . . .	1,9%
Outros . . . . .	6,6%

\* Percentagem do mercado com base no valor das unidades instaladas

Fonte: *Quar tum Science Corp.* 1979

### Comparação do Parque Instalado, do PNB e da População em 1/1/81

País ou região	Nº de sistemas instalados por milhões de habitantes	Valor do parque instalado em % do PNB
Estados Unidos	248	2,5%
Europa Ocidental	131	1,3%
Japão	208	1,5%
Ásia e Oceania	1	0,2%
América Latina	15	0,5%
dos quais, Brasil	20	0,8%
dos quais, México	16	0,4%
dos quais, Antilhas	24	1,1%
dos quais, Outros	10	0,3%
África (excepto África do Sul)	2	0,1%
Médio Oriente	4	0,2%

Fonte: IDC

1984 - Agosto - no. 68

profeta e romancista de "ficção científica", pela maioria dos seus leitores, porque as fantásticas inovações antecipadas pelo arauto do paraíso tecnológico ainda estavam muito distantes da dura realidade da fome, desnutrição, miséria e exploração ao sul do Equador.

Hoje, muito antes do que Toffler previu, a transformação industrial registada nos Estados Unidos em consequência da automatização e da introdução da nova tecnologia electrónica tornaram virtualmente impossível atingir a meta de Lima. A produtividade industrial nos EUA está a dar saltos graças à "alta tecnologia", e o peso do custo da mão-de-obra no preço final de um produto industrializado está a ser rapidamente alterado, enquanto os equipamentos, administração e a informação passam a ter uma fatia de leão na composição de custos. O progresso industrial deixa de estar baseado na utilização intensiva de mão-de-obra barata para se concentrar nos especialistas capazes de arrancar milagres de racionalização das novas máquinas electrónicas. A divisão internacional do trabalho já está a sofrer uma mudança radical.

Um dos "gurus" do liberalismo económico, o norte-americano Paul Samuelson foi o autor da famosa frase: "é melhor que o homem gordo se dedique à pesca, o magro à caça e o mais inteligente pratique a medicina". Hoje, autores como o chileno Juan Rada afirmam que "o mesmo homem gordo pode pescar, caçar e praticar medicina", já que a nova electrónica alterou todo o esquema tradicional de especialização do trabalho. As grandes empresas capitalistas estão a aderir em massa à automatização como um recurso para reduzir custos, ganhar competitividade e aumentar o controlo

sobre as frágeis economias subdesenvolvidas. E já existem pelo menos duas dezenas de exemplos em que fábricas montadas no Terceiro Mundo para explorar mão-de-obra barata foram trazidas de volta aos países ricos porque a automatização e a informatização tornaram caros os miseráveis salários pagos a operários asiáticos.

Agora, na metade da década de 80 os países subdesenvolvidos começam a tomar um contacto brutal com a nova realidade económica gerada pelas inovações tecnológicas registadas no mundo industrializado e a perceber no quotidiano o tipo de consequência que vão sofrer nos próximos anos. Surge então o dilema: o que fazer com os *robots* industriais, com o microcomputador e com a informática? Por volta de 1980 havia uma tendência para rejeitar em bloco a nova tecnologia por se a considerar prejudicial às economias dos países do Terceiro Mundo. O argumento principal era que a nova tecnologia saía muito cara, causava dependência, provocava desemprego e desviava recursos de sectores básicos. Afirmava-se que os países pobres tinham escassos recursos para a pesquisa sofisticada e os poucos cientistas disponíveis não podiam ser deslocados das tarefas básicas de procurar resolver a fome, desnutrição e analfabetismo.

## O micro na China

Hoje esta tendência mudou. Há a consciência na maioria dos países subdesenvolvidos que a nova tecnologia é um dado da realidade, que ela não é tão cara como no princípio e que pode resolver problemas críticos de mão-de-obra em sectores onde não existem trabalhadores qualificados no Terceiro Mundo. Na China já é possível ver um jornal inteiramente automatizado e electrónico ao lado de outros que conservam todas as técnicas do começo do século. O jornal electrónico permite que os menos de dez redactores capazes de escrever em inglês façam um jornal para estrangeiros, suprimindo uma necessidade que seria virtualmente impraticável se fossem usados os métodos tradicionais. Já os jornais lidos pelos milhões de chineses são redigidos à mão (nem a máquina de escrever existe nas redacções) e compostos letra por letra por gráficos que tem uma idade média de 50 a 60 anos. O novo e o velho convivem numa mesma actividade, sem criar problemas de desemprego.

Um exemplo mais evidente destas novas possibilidades é o caso brasileiro onde no momento existem mais de 40 indústrias voltadas para a microelectrónica e informática, na sua maioria com

# V. MORENO & HELDER, LDA.

## IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

### PRODUTOS ALIMENTARES

Cereais — Legumes — Cafés — Especiarias

Beco dos Toucinheiros n.º 1 P 15-2º  
XABREGAS 1900 LISBOA - PORTUGAL

APARTADO 2367 - 1109 LISBOA CODEX  
Telefs. 840961 / 847232 / 837124  
Telex. 12209 Celeir P  
Endereço Telegráfico - CELEIRO

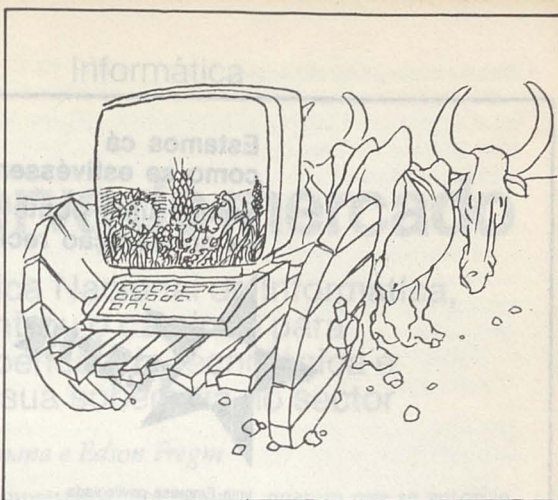
capital exclusivamente nacional. Estas firmas usam em grande parte tecnologia que já é considerada de domínio comum. Os processos para obter este *know-how* variam desde a compra de patentes até a cópia pura e simples. Os brasileiros dominam a técnica dos 8 Bits (ver "Dicionário de Informática") e já se aventuram em campos mais sofisticados como os 16 e até os 32 Bits. Mas mesmo os estágios menos avançados da informática já são suficientes para garantir uma série de conquistas em termos económicos, embora segundo alguns especialistas, o problema principal no momento não seja a construção da máquina mas sim a sua adaptação às condições específicas do Brasil.

É necessário, por exemplo, desenvolver uma linguagem própria, já que todos os computadores baseados em modelos norte-americanos usam o inglês como idioma padrão, o que obriga todos os operadores a ter um mínimo de conhecimento da língua para poderem operar os teclados e dar ordens ao computador. Há também toda a série de programas desenvolvidos a partir de uma matriz estrangeira e que apenas em alguns casos são plenamente aplicados em países subdesenvolvidos. Experiências semelhantes estão também a ser feitas na Índia e em Cuba, mostrando que a nova tecnologia não é necessariamente algo esotérico no Terceiro Mundo.

As fases menos sofisticadas da informática são hoje facilmente acessíveis aos países subdesenvolvidos. Os técnicos garantem que não é difícil copiar, e muito menos reproduzir circuitos electrónicos. Assim como não há qualquer mistério em fabricar automóveis para um país que disponha de uma razoável infra-estrutura técnica e industrial no Terceiro Mundo. Os brasileiros poderiam facilmente fabricar carros sem pagar nada à *Ford*, *GM* e *Volkswagen* porque já dominam integralmente a técnica automobilística. Mas não o fazem por questões políticas, já que a estas transnacionais está reservado o mercado de fabricação de automóveis, camiões e tractores. Não dominam, é claro, a tecnologia mais avançada no sector, embora tenham descoberto o carro a álcool, porque as grandes firmas estrangeiras não investem em pesquisa (ver matéria sobre Brasil). Se houvesse estímulo à investigação nacional é quase certo que os modelos actuais (mesmo superados no estrangeiro) poderiam ser melhorados e serviriam para atender às necessidades locais.

### A soberania

No caso da informática, uma decisão política de reservar o mercado interno de micro e mini computadores para fabricantes brasileiros funcionou como o estímulo necessário à pesquisa e como garantia para investidores nacionais. Os aparelhos brasileiros são menos sofisticados que os estrangei-



ros e o seu custo ainda é considerado alto porque as fábricas brasileiras não alcançaram a automatização das suas equivalentes estrangeiras. Mas a curto e médio prazo foi garantida a autonomia no sector permitindo que o país planeie o seu crescimento tecnológico na informática. Os fabricantes nacionais, protegidos pela legislação, podem comprar no exterior as peças que necessitam sem terem que ficar amarrados a um só fornecedor. A reserva de mercado atinge também o controlo estatal do fluxo de informações para bancos de dados no exterior. Com isto tenta-se preservar uma memória nacional, que de outro modo, seria facilmente transferível para além-fronteiras, colocando o país fornecedor numa condição de dependência adicional.

As informações transferidas para fora são processadas de acordo com padrões estrangeiros e mesmo que sejam depois compradas de volta, serão entregues não de acordo com as necessidades do país interessado, mas de acordo com o programa computurizado do fornecedor. Assim, cria-se a necessidade de adaptar os planos nacionais às informações vindas de fora, sem falar na possibilidade quase óbvia de que os dados essenciais possam ser manipulados ou simplesmente omitidos segundo as conveniências.

Por tudo o que foi exposto fica a conclusão clara de que a informática, a microelectrónica e a telemática (transmissão de dados à distância) são inovações que podem ser usadas, como todas as inovações anteriores descobertas pelo homem, em dois sentidos. Elas podem aumentar a dependência como podem servir para permitir uma independência maior. O factor determinante será o político, por isso é que existem autores que enfaticamente afirmam que a "informática é importante demais para ser deixada apenas para os informáticos. É preciso que toda a população dos países do Terceiro Mundo possa participar das decisões no sector".

**Estamos cá  
como se estivéssemos lá.  
Somos uma ponte segura  
na cooperação recíproca.**



uma Empresa privilegiada  
na auscultação directa e  
no diálogo negociador,  
preparada e experimentada  
como via das melhores condições  
de parceria, que decorrem do  
planeamento de  
um grande mercado.

# ANGOLA

O seu estatuto preferencial  
é um espelho que reflecte  
as necessidades orientadas e  
as potencialidades do  
comércio externo angolano.



**uma experiência  
adquirida  
uma confiança  
reforçada  
no domínio de  
acordos e  
operações  
comerciais e  
no fomento de  
cooperação  
técnica com a RPA.**

Consulte:

VESPER • Importação e Exportação, Lda.  
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-DI.  
1000 LISBOA • Portugal

telefs. 7311 23 / 7313 23 / 7314 23  
telex 43688 VESPER P  
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos  
Luso-Angolana, associada das  
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.  
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.  
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.  
Empresa de Despachos Altandegários  
de Luanda

e da  
COTECO, Sociedade de Cooperação  
Técnica e Comercial, Limitada



Brasil

# A reserva de mercado

Com a Política Nacional de Informática, o país encontrou o caminho para reduzir a dependência tecnológica e aumentar a sua soberania no sector

Claudio Z. Mammanna e Edson Fregni\*

O Brasil representa um mercado extremamente atraente para todos os fabricantes mundiais de computadores. Em algumas pesquisas figura como o sétimo mercado mundial, noutras como o oitavo. Há poucos meses, a imprensa publicou um relatório, elaborado em Janeiro de 1983 pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, que afirmava ser o Brasil o maior mercado de computadores deste hemisfério depois dos Estados Unidos e do Canadá.

A Política Nacional de Informática (PNI) reserva parte do mercado brasileiro — a dos computadores de porte micro, mini e médio — para a indústria genuinamente nacional, com tecnologia própria. O segmento dos computadores de grande porte é de livre acesso aos produtos e empresas estrangeiras. No entanto, pela dimensão já alcançada, e pelo seu potencial de crescimento, o mercado brasileiro de informática tornou-se muito cobiçado e as empresas estrangeiras não parecem dispostas a permitir que o Brasil tente a emancipação nessa área. Assim, desde a sua criação, em 1976, a PNI tem sido alvo de pressões de todas as naturezas, vindas directamente das organizações transnacionais ou dos que defendem o interesse do capital estrangeiro no país.

O agravamento da situação das contas externas do Brasil, em dificuldade para cumprir os seus compromissos junto da comunidade financeira internacional, tem contribuído para aumentar essas pressões. Agora, é o próprio governo norte-americano, através do seu Departamento de Comércio e da Câmara de Comércio, que investe contra a política brasileira de informática, a fim de conseguir a abertura completa do mercado nacional para os produtos norte-americanos. Infelizmente, as pressões não vêm apenas do exterior. Alguns políticos e mesmo homens que ocupam postos no alto escalão do governo brasileiro tentam modificar a PNI.

\* Texto reproduzido por gentileza da Revista Brasileira de Tecnologia.

Empresários, por sua vez, querem que se autorize a implantação das chamadas *joint-ventures*, talvez para obterem lucros seguros através de aliança com o capital e a tecnologia estrangeira. Paralelamente, tenta-se manipular a opinião pública com argumentos falaciosos. Diz-se que, com a PNI, o Brasil ficará atrasado tecnologicamente, e que terá um retrocesso no seu desenvolvimento, causado pela escassez de produtos e pelos seus preços elevados.

100	PROGRAMA DE CONVERSAO DE FRACOES	1050	'INVERTE O NUMERO E MULTIPLICA PELO CONTADOR
150	'CRIA ESPACO PARA CADEIAS E DEFINE VARIÁVEIS COMO DE PRECISAO DUPLA	1100	'I=1/'ALCA
200	CLEAR S=0;DEFBL A=2	1150	'VE SE O NUMERO E' INTEIRO SE FOR CAI FORA, SE NAO FOR, PISCA MENSAGEM NA TELA
250	'DEFINE AS VARIÁVEIS MAIS USADAS PARA APRESSAR EXECUCAO	1200	IF LC/2 - FIX(LC/2)<0 THEN PRINT #595,"* * CALCULANDO * *"; ELSE PRINT #595, " "
300	DIM I\$,LC\$,I\$,C\$,A\$,DL\$,S\$,I\$,S\$		* 18 ESPACOS ENTRE ASPAS
350	'LIMPA A TELA E DA TRES ESPACOS	1250	'DEFINE C COMO A PARTE INTEIRA DO NUMERO
400	CLS:PRINT:PRINT:PRINT	1300	C=FIX(I)
450	'ENTRA COM O DADO - SE ACOMPANHADO DE "D" CALCULA EM PRECISAO DUPLA	1350	'VE SE A DIFERENCA E' MAIOR QUE #.0004 SE FOR VAI CALCULAR DE NOVO
500	INPUT"DIGITE UM NUMERO DECIMAL (ATE' 16 ALGARISMOS) "	1400	IF (I-C)> 1E-04 THEN LC=C*LC+I:GOTO1100
550	'SE O NUMERO FOR IGUAL A ZERO VOLTA PARA BUSCAR OUTRO	1450	'ACHOU O RESULTADO, SE FOR NEGATIVO COLOCA SINAL
600	IF A=0 THEN GOTO 400	1500	IF S=1 THEN PRINT#464,"A FRACAO -";LC;"/";INT(I)
650	'IMPRIME PRIMEIRA PARTE NA TELA	1550	'SE FOR POSITIVO NAO COLOCA SINAL
700	PRINT#394,"O NUMERO DECIMAL "I;I" E' IGUAL "	1600	IF S=0 THEN PRINT#464,"A FRACAO ";LC;"/";INT(I)
750	'AVISA PROGRAMA QUE O NUMERO E' NEGATIVO	1650	'VERIFICA SE FAZ OUTRA OU CAI FORA
800	IF A<0 THEN S=1 ELSE S=0	1700	PRINT:PRINT:PRINT:PRINTTAB (15);"OUTRA CONVERSAO? (S/N) "
850	'PEGA O VALOR ABSOLUTO DO NUMERO	1750	'ESCANEA TECLADO, SE RESPOSTA FOR "S" VOLTA AO COMECO
900	A=ABS(A)		
950	'INICIA CONTADOR COM O NUMERO UM		

Os computadores em geral são programados para operar em inglês, o que limita o seu uso no Terceiro Mundo

A essas pressões, aparentemente baseadas em interesses imediatistas, aliam-se outras de ordem estratégica e implicações muito mais graves para a soberania nacional. Procura-se impedir, a qualquer custo, que o modelo industrial bem sucedido na área de informática seja aplicado a outros sectores produtivos, não só no Brasil mas também em outras nações que tentam a sua emancipação tecnológica. Com a PNI, o Brasil transformou-se no país do Terceiro Mundo com tecnologia mais avançada nessa área.

## Quais os interesses em jogo?

Em Maio de 1977, logo após a implantação da PNI, a *Data General Corporation* enviou um relatório ao representante especial do então presidente James Carter para as Negociações Comerciais, Robert S. Strauss. Esse documento, assinado por J. B. Stroup, gerente de assuntos financeiros e públicos da *Data General*, foi precedido de reuniões entre dirigentes desta empresa e de outros fabricantes norte-americanos de computadores — *Digital*, *IBM*, *Control Data* e *Hewlett Packard*. Preocupado com a intenção do governo brasi-

leiro em estabelecer uma indústria nacional de computadores, Stroup apontava os efeitos da implantação dessa indústria:

— as companhias que desenvolvem e fabricam sistemas de minicomputadores nos Estados Unidos serão adversamente afectadas pela perda desse mercado promissor;

— a perda reflectir-se-á no número de empregos de pesquisa e desenvolvimento e de fabricação numa das indústrias da economia brasileira que cresce mais rapidamente, produz alta tecnologia e empregos;

— o sucesso de políticas como essa no Brasil,

## Arrumando a casa

□ Oito anos depois da criação da política nacional de Informática, estabelecida em 1976, a comunidade académica do Brasil voltada para o sector começa a arrumar a casa. É assim que o professor Luiz de Castro Martins, presidente da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), define a iniciativa da entidade de preparar um plano integrado de pesquisa e desenvolvimento da computação nacional. O objectivo é coordenar as actividades dos diversos grupos de pesquisa espalhados pelos departamentos de Informática, Engenharia Electrónica e Matemática das universidades do país para evitar a dispersão de recursos e concentrar os esforços numa estratégia global de aperfeiçoamento científico.

A arrumação da casa foi favorecida por uma coincidência. O conselho da SBC já havia pedido à directoria da associação que iniciasse a consulta às entidades de ensino e pesquisa para preparar o plano integrado, quando a Subcomissão de Comunicações, Electrónica e Informática (CCI) do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) constatou a necessidade de montar um Plano Integrado de Pesquisa e Desenvolvimento em Computação que orientasse a acção do governo no incentivo ao sector.

A SBC, que tem representantes na própria CCI, foi então incumbida de preparar com técnicos da Secretaria Especial de Informática e outras comissões do CNPq o plano a ser examinado pela CCI. Assim, nos dias 12 e 13 de Março passado, representantes de 31 instituições reuniram-se na sede da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e definiram 16 linhas básicas de pesquisa mais adequadas às condições dos grupos participantes e às necessidades do

país. Essas linhas abrangem desde projectos de *software* e *hardware* de computadores de médio e grande porte a estudos das possibilidades de integrações de sistemas — pequenos computadores interligados de modo a ampliar a sua capacidade — e de linguagem, tele-informática e sistemas operacionais.

A avaliação e levantamento das informações apresentadas na primeira reunião foi feita no segundo encontro em Maio e a definição propriamente dita do programa foi debatida no 4º Congresso Brasileiro de Computação, em Julho passado, em Viçosa, no estado de Minas Gerais. “Até ao fim do ano todo o trabalho estará pronto”, prevê o professor Luiz Martins.

### Autonomia

O professor pensa que a definição do plano integrado de pesquisa será um passo importante para que a comunidade académica, em particular, e o sector de informática, em geral, conquistem a sua autonomia. “A questão”, esclarece Luiz Martins, “é de autonomia em vez de auto-suficiência. Autonomia para decidir como desenvolver a tecnologia nacional de informática. Tendo-se esta autonomia, a auto-suficiência é consequência imediata”.

O estabelecimento do programa integrado de pesquisa, a ser desenvolvido com recursos da FINEP, deverá ter também um efeito imediato — e alentador — sobre o hoje apertado orçamento da casa da comunidade científica de Informática. “Ironicamente”, observa o professor Luiz Martins, “as escolas superiores brasileiras de computação ressentem-se da falta de computadores nacionais. Há uma carência generalizada de recursos. Os pesquisadores são mal pagos. É comum o pesquisador sair da Universidade para trabalhar na indústria porque lá ele encontra um salário melhor e ainda tem facilidade de obter equipa-

encorajaria outras nações a seguirem caminhos semelhantes no futuro, na área de minicomputadores e outras áreas similares de alta tecnologia. Os governos do Japão, Jugoslávia, algumas nações do bloco oriental, a União Soviética e as nações ocidentais europeias já seguem políticas semelhantes.

Entre as conclusões a que chegou a directoria da *Data General*, salienta-se a seguinte: "A *Data General* só concedeu licenças de fabrico como alternativa indesejável de exportação, com a finalidade de atender às exigências de governos estrangeiros para entrar nesses mercados. Devido à rápida mudança tecnológica desses produtos, as licen-

ças de fabrico para outros restringem o seu acesso aos produtos futuros e asseguram a eventual obsolescência dos processos de licença". Uma das opções colocadas por Stroup, em Maio de 1977, tem sido exaustivamente sugerida: "... que o Brasil elimine as barreiras de tarifas e outras aos minicomputadores norte-americanos, em troca da eliminação de barreiras retaliatórias dos Estados Unidos contra a importação de produtos brasileiros".

A ABICOMP e a SBC — entidades que coordenam as indústrias nacionais e a comunidade académica da área de informática —, aliadas na defesa da tecnologia nacional, julgaram oportuno demons-

tramento. Na fábrica, se o pesquisador pede um micro, ele recebe no dia seguinte. Já na Universidade...".

A situação, no entanto, poderia ser muito pior. O próprio professor destaca que a política de reserva de mercado de pequenos computadores praticada no Brasil beneficiou a Universidade ao dar-lhe condições para orientar as suas actividades em função do mercado nacional e definir claramente que tipo de profissional ela deve formar. Isto, com apenas oito anos de reserva de mercado e cinco de actuação intensiva da indústria brasileira de computadores, descontado o período inicial de amadurecimento.

#### *Avanço de mudanças*

A reserva de mercado, frisa Luiz Martins, implicou em exercício de mercado que resultou em desenvolvimento de tecnologia o qual, por sua vez, influenciou a pesquisa. Por esse encadeamento, as universidades sabem hoje que o mercado precisa de engenheiros de computação com conhecimentos especializados em *software*.

Um quadro bem diferente do verificado no sector automobilístico onde, até ao momento, 30 anos após a implantação desta indústria no Brasil, as universidades não sabem que profissionais preparar para essas empresas. "Um amigo meu", conta Luiz Martins, "trabalhava numa montadora de camiões e não pôde mudar o desenho de uma avanço de mudanças que esbarrava no assento do motorista porque dependia de autorização da sede".

A reserva de mercado para as indústrias nacionais abriu e agora garante o mercado de trabalho de profissionais brasileiros de nível superior. Segundo o documento "A política nacional de informática, a indústria nacional e o desenvolvimento tecnológico", publicado em Maio último pela Associação Brasileira da Indústria de Com-

putadores e Periféricos (ABICOMP) e SBC, a indústria nacional de informática tinha no ano passado 18.137 trabalhadores contra 10.010 das transnacionais instaladas no país. Para cada 100 milhões de dólares de facturação, as empresas brasileiras tinham 2.640 funcionários; as estrangeiras, 1.251. Enquanto o número de empregados na indústria brasileira cresceu de 8.800 em 1981 para os 18.137 em 1983, a mão-de-obra utilizada nas fábricas das transnacionais diminuiu de 12.200 para 10.010 no mesmo período.

As diferenças entre as indústrias brasileira e transnacional são ainda mais significativas na faixa dos empregados de nível superior. Em 1983, a indústria nacional tinha 5.596 empregados contra 2.810. Enquanto os fabricantes brasileiros utilizavam 1.921 profissionais de nível superior na actividade de desenvolvimento de *software* e *hardware*, as transnacionais empregavam apenas 121. Na área de produção eram 988 na indústria nacional contra 379 nas transnacionais e, na de manutenção, 785 na indústria nacional para 273 nas montadoras.

A indústria transnacional concentra os seus empregados nos sectores de vendas (1.204) e administração (833). A indústria nacional tinha 684 empregados no sector de vendas e 218 no de administração.

Comparando-se o nível de emprego de profissionais de formação superior nas indústrias nacional e estrangeira, com base no volume de negócios, o quadro é o seguinte: para cada 100 milhões de dólares facturados, a indústria nacional emprega 99% a mais de profissionais de nível superior (814,5 nas fábricas brasileiras contra 351,2 nas montadoras); a indústria transnacional emprega 51% a mais de profissionais na actividade de vendas (150,5 contra 99,5 da indústria nacional) e a indústria brasileira emprega 1.750% a mais em desenvolvimento de novos projectos de *software* e *hardware* que a transnacional (279,5 para 15,1 nas transnacionais). (Octávio Tostes)

**AGERG**



**GESTÃO E CONSTRUÇÃO, LDA.**

av. almirante gago coutinho, 114

1700 lisboa

tel. 80 86 49 - 80 75 42

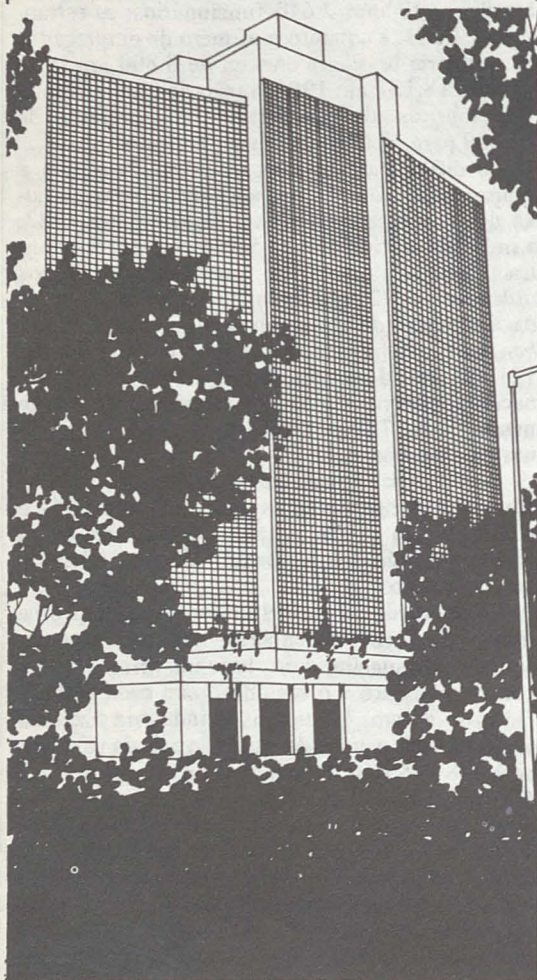
Telex: 18754 AGERG P

## HOTEL 4 ESTAÇÕES

### MAPUTO

- 360 quartos
- Suites
- Sala de congressos VIPS
- Coffee shop. Grill. Lobby Bar
- Piscina. Boite. Sauna. Ténis

A cargo da AGERG  
Direcção de Construção  
Projecto de execução



trar que, na área de informática, os brasileiros estão a construir uma indústria nova, autónoma e comprometida com a nação.

A PNI não pertence só ao governo, é a conquista de muitos que têm lutado para construí-la. Parece pouco provável que as pressões externas e internas possam modificá-la, mas também não se ignora que essas acções constituem sempre um risco. Muitas vezes, ao longo da história do Brasil, interesses externos destruíram as suas conquistas. Poucas vezes, no entanto, tantas forças representativas da sociedade se aliaram para defender uma conquista.

O repúdio por essas acções é necessário, mas não suficiente. É preciso acelerar a criação de uma lei que, aprovada no Congresso Nacional, dê a estabilidade necessária para que se possa, com tranquilidade e segurança, continuar o desenvolvimento económico e social.

### O que é a Política Nacional de Informática (PNI)?

Inúmeros aspectos forjaram o contexto histórico que, no início da década de 70, possibilitou o estabelecimento da PNI:

- a *competência técnica dos especialistas brasileiros*, principalmente nas universidades, que então projectavam e construíam computadores no país;

- o *reconhecimento do carácter estrangeiro da indústria de informática* por parte das forças armadas — cujo esforço é considerado o ponto de partida da PNI — e de outros segmentos da sociedade;

- a *inquietação do meio académico* com a acção das transnacionais no país e sua prática de monopólio tecnológico, que não atendia às aspirações nacionais;

- a *necessidade de reduzir as importações na área*, tarefa atribuída à CAPRE (Comissão de Coordenação das Actividades de Processamento de Dados), cuja função era administrar o uso de processamento de dados pelos organismos federais;

- a *existência do II PND* (Plano Nacional de Desenvolvimento), que destacava a importância de o país se desenvolver no sector da informática.

A partir daí, uma sucessão de decretos dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo vieram ao encontro das aspirações da comunidade. As primeiras providências foram a ampliação das atribuições da CAPRE e, mais tarde, a criação da SEI (Secretaria Especial de Informática). Assim, a Política Nacional de Informática foi-se implantando, com o objectivo expresso de “procurar o desenvolvimento tecnológico do país nesse sector, de forma a melhor atender às exigências de programas prioritários nos campos de desenvolvimento social e económico e fortalecer a autonomia decisória nacional”.

A característica essencial da PNI é a de utilizar o mecanismo da reserva de mercado para criar condições de desenvolvimento de tecnologia nacional dentro das indústrias nacionais do sector. Convém frisar: a reserva de mercado é para a tecnologia e não para a indústria. Sendo o mercado brasileiro reservado à tecnologia nacional, a indústria, para operar nesse sector, tem que desenvolver tecnologia própria. Acordos no exterior e licenciaturas externas somente são permitidos como medidas táticas de atendimento rápido a um segmento extremamente carente — e sempre de maneira transitória.

Em 1978, a indústria nacional começou a apresentar os primeiros resultados significativos decorrentes da PNI. Hoje ela responde por cerca de 45% do volume de facturação total do sector avaliado em quase 2 mil milhões de dólares para 1983. O seu crescimento baseia-se no mercado interno, sem subsídios ou vantagens fiscais. É financiada com recursos internos, na sua maioria privados, e tem no desenvolvimento tecnológico a sua força motriz.

A PNI quebrou, portanto, um verdadeiro tabu que tem limitado o desenvolvimento das nações do Terceiro Mundo. Historicamente, os países subdesenvolvidos têm sido condenados a uma economia *usuária*, destinada a operar o seu parque produtivo a partir de bens importados ou, na melhor das hipóteses, a partir de bens montados ali, mas concebidos no exterior. Muitos empresários brasileiros, iludidos com as promessas de desenvolvimento rápido, acreditaram ser possível construir uma nação poderosa através da modernização do parque produtivo baseada em equipamentos e processos estrangeiros. Acreditava-se — e ainda há quem sustente — que “o poder emana do bom uso dos equipamentos”, não importa a sua origem. Dessa forma, muitos investimentos industriais, que dependiam fortemente de bens de produção importados, foram feitos com financiamento externo.

As medidas governamentais que passaram a ser tomadas a partir de meados da década passada, para a área de informática, tiveram o apoio incondicional dos investidores brasileiros no sector e da própria comunidade académica. Os usuários de computadores absorveram, em grande parte, o ônus inicial da instalação do parque industrial de equipamentos de informática, desempenhando um papel que pode vir a ser um marco na história da indústria brasileira.

Os frutos desse esforço conjunto que uniu empresários, governo, cientistas e técnicos de todos os níveis começam a amadurecer. A evolução dos custos dos equipamentos e serviços, e o crescimento do número e da qualidade de empregos demonstram, inequivocamente, que os brasileiros são capazes de conceber e produzir os seus próprios equipa-

mentos, não precisando de ser condenados à condição de meros usuários.

Hoje, muitos já trocaram a crença de que “o poder emana do bom uso dos equipamentos”, pela convicção de que o poder emana da capacidade de conceber e produzir os próprios equipamentos.



A reserva de mercado ajudou a pesquisa científica

A Política Nacional de Informática assumiu uma importância estratégica que ultrapassa os limites do sector económico. Mostrou que uma parcela do mercado interno, aliada à vontade nacional, já é suficiente para desencadear o processo de construção de uma economia autónoma, em que o engenho dos brasileiros é canalizado para o atendimento das suas próprias necessidades. Além da sua importância como modelo industrial, a PNI tem a virtude adicional de colocar sob o controlo dos próprios brasileiros o processo de informatização da sua sociedade, que, de outra forma, teria consequências futuras imprevisíveis.

### O que representa a PNI para o país?

Sete anos após o início da implantação da PNI, pode-se analisar alguns indicadores reais e, a partir daí, chegar a conclusões que interessam ao futuro da nação.

Essa política tem criado condições sólidas para o desenvolvimento de tecnologia brasileira, autónoma e independente, aumentando a soberania num sector de fundamental importância para a organização económica e administrativa nacional. As indústrias nacionais têm gerado mais e melhores empregos para brasileiros e têm importado muito menos, quando comparadas com as transnacio-

nais. Estão a formar-se bases consistentes para que a indústria comece a exportar volumes significativos. Além disso, ao desenvolver novos produtos, essa indústria leva em conta as necessidades do mercado brasileiro, que é a sua razão de ser.



O mercado de microcomputadores cresceu 20% em 1983

### Emprego e perfil de emprego

Contrariamente ao que algumas pessoas têm insinuado, a indústria nacional que desenvolve tecnologia emprega mais que a transnacional.

A transnacional emprega mais no seu país de origem, já que as suas subsidiárias, sem tecnologia própria, são obrigadas a importar módulos e, frequentemente, até produtos acabados das suas sedes.

Na sua edição de 29 de Agosto de 1983, a revista norte-americana *Business Week* mostra que a estratégia adoptada por Ceo Giacco, presidente da *Hercules Inc.* — transnacional do sector químico, de origem norte-americana — ao abrir as suas fábricas no Brasil, França e Holanda, foi a de preservar os empregos na sede norte-americana: "Giacco sustenta que a fábrica no exterior comprando produtos básicos da sede e adicionando-lhes valores, cria mais empregos nos Estados Unidos que a tentativa de exportar o produto acabado."

Na área de informática não é diferente. Em 1982, a indústria nacional empregava 17 mil pessoas, atendendo 36% do mercado brasileiro (640 milhões de dólares). A *IBM* brasileira, nesse período, com volume de negócios um pouco inferior a esse total (588 milhões de dólares) empregava cer-

ca de 4.700 pessoas. Portanto, a indústria nacional emprega 230% a mais (3,3 vezes) que essa transnacional.

### Profissionais de nível superior

Em estudo realizado pela SEI, para o ano de 1981, foi elaborado um quadro comparativo quanto ao volume e modalidade de emprego nas indústrias nacionais e estrangeiras de equipamentos de processamento de dados instaladas no Brasil. Nesse ano, as indústrias nacionais facturaram, juntas, 370 milhões de dólares (36% do mercado), enquanto as transnacionais facturaram 670 milhões de dólares (64% do mercado).

Em 1981, a indústria nacional tinha um parque instalado no valor de 310 milhões de dólares, enquanto a indústria estrangeira tinha o seu parque avaliado em 1,89 mil milhões de dólares.

### Conclusões

A partir desses dados, pode-se considerar que, para o mesmo volume de negócios:

- 1) a indústria nacional emprega 230% a mais que as transnacionais;
- 2) a indústria nacional emprega, no total, 48% a mais de profissionais de nível superior;
- 3) a indústria transnacional emprega 91% a mais de profissionais de nível superior na actividade de vendas;
- 4) a indústria nacional emprega 1.450% a mais de profissionais de nível superior em actividades de desenvolvimento de novos produtos;
- 5) a indústria nacional emprega 500% a mais de profissionais de nível superior nas actividades de manutenção.

### As importações

A indústria nacional de informática tem reduzido substancialmente a participação de componentes importados nos seus produtos, que já alcançaram elevados índices de nacionalização.

Se se analisar o segmento de minis, poder-se-á observar que a série *Cobra 500*, cujos equipamentos foram totalmente projectados no país, alcançou um índice de nacionalização de 97%. No sector de terminais os índices atingidos ultrapassam a marca dos 95%, enquanto a média apresentada pelos equipamentos fabricados pelas empresas nacionais, em geral, é superior a 90%.

Isso explica porque razão a indústria nacional tem aumentado substancialmente a sua participação no mercado, onerando muito pouco a balança de pagamentos. Segundo estatísticas da SEI, as empresas nacionais importaram, em 1981, o equivalente a 8,1% das suas vendas, enquanto as transnacionais

importaram, no mesmo ano, o equivalente a 40,3% da sua facturação. Em 1982, a participação das importações nas vendas da indústria nacional baixou para 7,8%. Em 1983 a facturação prevista era de 800 milhões de dólares, com importações de 60 milhões de dólares, ou seja, em relação às vendas a indústria nacional importa ainda menos, cerca de 7,5%.

### O mercado interno

A história tem mostrado que uma empresa transnacional define e projecta os seus produtos de acordo com as necessidades dos seus principais mercados. Em relação aos países subdesenvolvidos, elas exercem uma acção promocional, de forma a criar mercado para os seus produtos. Trazem as soluções e depois criam as necessidades. Seguramente não é isso que o Brasil precisa. Esse é um processo artificial e doloroso de aculturação. Os brasileiros terão que se deformar para terem condição de utilizar as soluções importadas para problemas que frequentemente não têm?

Bem diferente é o processo seguido pela indústria nacional em relação ao mercado brasileiro. Naturalmente, as empresas necessitam dele e começaram a analisar as aspirações e exigências desse mercado. Há dois mil projectistas voltados para o usuário brasileiro na indústria nacional. O sector bancário, por exemplo, está-se a automatizar com equipamentos totalmente especificados de acordo com as suas necessidades.

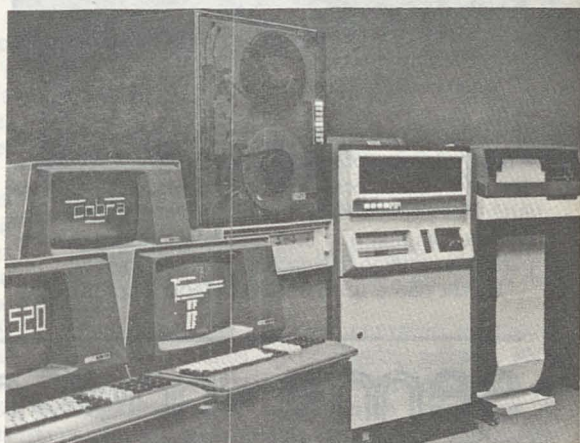
No início da implantação da indústria nacional, os preços elevados eram o grande problema. Hoje, os preços estão a declinar e a equipararem-se aos do mercado internacional. Já é possível comprar no Brasil um micro ou um computador, de qualidade profissional, a preços similares aos que se pagariam pela importação de produto semelhante.

Segundo um levantamento feito pela SEI, os produtos brasileiros, em vários segmentos de mercado, já se aproximam, de facto, dos padrões internacionais de preço. Tomando-se, como exemplo, os micro profissionais CP/M, constatou-se que empresas brasileiras estão a vender uma CPU mais 64K e floppies, por 8.973 e até 6.916 dólares, enquanto o preço internacional da mesma configuração é de 4.695 dólares. Esses preços não incluem impostos.

Recentemente, o prof. Paulo Bastos Tigre, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), realizou um estudo sobre a evolução dos preços de computadores no mercado interno, entre Fevereiro de 1982 e Agosto de 1983, e constatou que a indústria nacional com tecnologia própria apresentou, no período, reduções reais de 30 a 40% nos seus preços. No mesmo espaço de tempo, ele concluiu que a IBM elevou em 38% o preço do seu principal computador, o 4.341.

### A questão da soberania nacional

Na área de informática, principalmente, o computador já permeia quase todas as actividades económicas e burocráticas. Ele é visto nos bancos, nas empresas, nos escritórios e nas fábricas. Enfim, a organização administrativa e produtiva faz-se cada vez mais em torno das ferramentas de processamento de dados. O computador é, em si, um meio de produção. Nos Estados Unidos, calcula-se que, actualmente, 50% da mão-de-obra se destina a tarefas consideradas intelectuais. Eles não vendem o trabalho na acepção pura, mas ideias. Futuramente, o computador será a sua ferramenta de trabalho.



A Cobra é a pioneira da Informática no Brasil

Se o Brasil dependesse exclusivamente de empresas estrangeiras para fornecimento dos seus computadores, ficaria em posição extremamente vulnerável. O que aconteceria, por exemplo, se as empresas estrangeiras que instalaram os seus computadores no sistema financeiro brasileiro, subitamente, interrompessem o envio de peças de reposição? A única alternativa para escapar a essa vulnerabilidade é o domínio da tecnologia dos meios de produção.

As pressões externas contra a PNI têm levantado com insistência a suspeita de que o Brasil está condenado ao atraso tecnológico se não abrir as suas fronteiras para os produtos e as empresas estrangeiras. Mas tais argumentos, aparentemente, não passam de frases de efeito. Em que se baseou N. Knowlton King, presidente da Câmara de Comércio Norte-Americana, para afirmar: "com a política de informática, o Brasil condena-se a uma tecnologia de informática de terceira mão e de terceira qualidade"?

Para reflectir sobre esse assunto é preciso, antes, entender o que é tecnologia. Tecnologia é o co-

terceiro mundo - 49



O micro brasileiro ficou 40% mais barato entre 82 e 83

nhecimento, a capacidade de solucionar problemas e responder às necessidades. O Brasil estaria destinado ao atraso tecnológico, se as suas necessidades autênticas não fossem atendidas. No entanto, a indústria nacional não está atrasada, mesmo se comparada ao estágio das nações mais avançadas.

E esta não é uma frase de efeito. Para justificá-

la e, ao mesmo tempo, rebater afirmações que a contrariam, vai-se fazer uma análise da tecnologia de informática existente no país, separando o sector em equipamentos (*hardware*) e programação (*software*).

O segmento dos microcomputadores avança rapidamente para a sua maturidade. A indústria nacional projecta e fabrica os seus equipamentos de 8 e 16 *bits* atendendo à necessidade do mercado brasileiro. São mais de 10 empresas e dezenas de produtos diferentes, na sua maioria concebidos e projectados no país por engenheiros e técnicos brasileiros. Os lançamentos recentes dessa indústria são semelhantes aos mais avançados do mundo.

Não existe, portanto, atraso tecnológico nesse segmento, mesmo se comparado às grandes indústrias estrangeiras. Os técnicos brasileiros utilizam-se de circuitos integrados disponíveis no mercado internacional, os mesmos que são utilizados pelas empresas estrangeiras.

O segmento dos minicomputadores sofre no Brasil o impacto que também está a abalar a indústria de minis no resto do mundo: os microcomputadores, à medida que evoluem, vão ocupando o mercado dos minis. Existem indícios de que os microcomputadores de 32 *bits* deverão, num futuro próximo, substituir definitivamente os minis no

## sema - metra

Grupo Internacional de Consultores ao serviço dos países Africanos de Expressão Portuguesa.

Com mais de 1200 Consultores.

Com implementação em mais de 60 Países entre os quais 20 em África.

### OS NOSSOS SERVIÇOS:

Conselhos de realização em informática

Sistemas de Management (Desenho de Estruturas, Controlo de Gestão)

Gestão de Stocks

Formação profissional e organização de estágios na Europa

Orientação profissional

Estudos (Planeamento Estratégico, Estudos Económicos, Estudos de Mercados)



sema



sofemasa

Solicitem informações complementares a:

Ed. Castil, R. Castilho, 39-13.º G 1200 LISBOA

Telex 43667 SEMAP-P — Telefones 52 01 88 — 53 78 34

Torre de Madrid, 10-6 MADRID

Telex 45637 SOFM-E — Telefones 2489608/07/06



mercado. No Brasil e no mundo, as indústrias aguardam apenas o aparecimento de novos circuitos integrados para lançarem os chamados supermicros. Tudo isto prova que não existe atraso tecnológico.

O segmento de equipamentos periféricos mecânicos foi o que mais se ressentiu, no início, da falta de técnicos especializados em mecânica de precisão no Brasil. Apesar de indústrias transnacionais fabricarem no país, há muitos anos, periféricos mecânicos, elas nunca desenvolveram tecnologia localmente ou prepararam profissionais. A universidade, por sua vez, não foi estimulada por uma procura de mercado de trabalho, e por isso não formou especialistas no sector. A falta de pessoal capacitado retardou o desenvolvimento da tecnologia de periféricos mecânicos, mas já se observa a aceleração do processo: a indústria começa a colocar no mercado impressoras seriais, acionadores e discos selados (*Winchester*) projectados no país. Até mesmo peças muito sofisticadas de mecânica de precisão — como as cabeças de impressão — passaram a ser produzidas com tecnologia nacional.

Os programas aplicativos, que se constituem na tecnologia do uso de computadores, são, há muito, desenvolvidos no Brasil. Mesmo as empresas transnacionais admitem esse facto, não havendo como fugir ao reconhecimento da competência nacional. Uma pesquisa realizada pela SEI nas 2.800 principais instalações do CPD (Centro de Processamento de Dados) mostra que elas empregam 83.000 profissionais de processamento de dados. Segundo a Associação Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD), há cerca de 140 mil profissionais dessa área empregados no país.

O *software básico* — composto principalmente pelos sistemas operacionais e linguagens — é o conjunto de programas destinado a facilitar o uso do computador. Esta é uma área na qual a universidade brasileira é especialista. A competência do meio académico facilmente passou para as indústrias, e hoje vêem-se inúmeros computadores brasileiros sendo colocados no mercado com *software* básico desenvolvido no país. É nesta actividade que a experiência se acumula. Novos lançamentos são baseados nos anteriores, num trabalho de aperfeiçoamento e extensão.

O desenvolvimento da tecnologia de *software*, no Brasil, é bastante prejudicado devido à prática da pirataria. Algumas indústrias e distribuidores, para não investirem no desenvolvimento dos seus programas, trazem-nos do exterior, fazem cópias e lançam-nos no Brasil como desenvolvimento próprio. Nesse aspecto, é indispensável a elaboração de regras rígidas, disciplinadoras da comercialização de *software* e a existência de uma fiscalização eficaz para impedir a prática de pirataria.



A moda dos computadores chegou às escolas primárias

Diante dessa realidade, pergunta-se: A indústria nacional está condenando o país a um atraso tecnológico?

Obviamente que não. Pelo contrário, em pouco mais de cinco anos, os brasileiros, graças à PNI, atingiram um estágio de capacitação tecnológica jamais conseguido no país, mesmo durante os 20 anos em que as empresas estrangeiras transitaram livremente nesse mercado.

E não se podem perder de vista os espaços abertos nos quais se tem que desenvolver competência e habilidade nacional. O segmento de grandes computadores está concentrado nas empresas transnacionais. E é justamente nesse segmento que a tecnologia brasileira se limita quase que exclusivamente à universidade. São pouquíssimos os brasileiros que trabalham em desenvolvimento de produtos nas transnacionais, uma vez que o projecto é totalmente concebido no exterior. Por esse motivo, os que se dizem interessados na capacitação tecnológica brasileira devem preocupar-se com a extrema dependência do Brasil no que diz respeito ao sector dos grandes computadores.

A questão do desenvolvimento tecnológico independente como ponto central de uma política industrial interessa a todos os brasileiros. A Política Nacional de Informática mostra um caminho novo, livrando o país da condição de importador de tecnologia e exportador de mão-de-obra barata e riquezas naturais. Quanto mais segmentos da sociedade se juntarem a esse esforço, mais rápido se caminhará e se estenderá a experiência a outros sectores de actividade.

Empresa maioritária na produção nacional de cimento, cal hidráulica e sacos de papel. Fábricas e entrepostos distribuídos por todo o País, colocando o produto mais próximo do consumidor. Em curso um programa para:

- economia de energia, com a totalidade dos fornos de cimento, a trabalhar por via seca no início de 1985
- diversificação das fontes energéticas com a reconversão integral acelerada de fuelóleo para carvão, mantendo a utilização alternativa de fuelóleo — programa a terminar no 1.º semestre de 1986
- combate à poluição
- maior racionalização da produção e das vendas
- melhoria da distribuição e da produtividade

- Capacidade de produção de cimento 6,0 milhões de toneladas
- Número de trabalhadores 2.500
- Remunerações totais 2,3 milhões de contos
- Vendas totais 22,7 milhões de contos
- Investimentos realizados 1,9 milhões de contos
- Cash-flow líquido 3,4 milhões de contos
- Imobilizado técnico bruto 30,0 milhões de contos

# CIMPOR

Cimentos de Portugal, E.P.

SEDE:  
Rua Alexandre Herculano, 35  
1200 LISBOA

SOUSELAS — Uma fábrica à escala europeia: dois milhões de toneladas de cimento por ano

mercado. No Brasil e no mundo as indústrias  
mantêm altas o nível de produtividade de novos produtos

# Ausência de política definida

Grande disparidade entre o sector público e privado, enorme centralização em Lisboa e indefinição política

Helder Coelho\*

**A** informática inscreve-se hoje no contexto vasto das tecnologias da informação, e desempenha um papel de relevo como uma das alavancas do desenvolvimento de um país. Mas, não é a única. Um país agrícola, como Portugal, que apenas produz 25% dos seus alimentos, não poderá sobreviver se não apoiar fortemente o seu Sector Público, em particular as cooperativas da reforma agrária e as empresas nacionalizadas. Aí, reside a grande força da nação.

No caso português, a consciência política desta realidade não foi até agora compreendida globalmente pelos governos constitucionais, e daí a inexistência de um organismo nacional (por exemplo, uma Secretaria de Estado) capaz de *coordenar* os recursos disponíveis nos vários sectores (Administração Pública, central e local, Sector Público Empresarial do Estado, e Sector Privado), de *impulsionar* o progresso da aplicação da informática nos sectores mais atrasados, e de *lançar* iniciativas de maior vulto tendentes a absorver essas tecnologias e a desenvolver uma capacitação própria em certas áreas prioritárias (comunicações e programação).

O conhecimento que temos da situação informática em Portugal é parcial. O último inquérito global e exaustivo, lançado pelo Instituto Nacional de Estatística foi realizado em 1970, e data de 1971. Nos últimos anos foram realizados estudos sobre amostras significativas dos Sectores Público e Privado, tais como os da SEMAP em Junho de 1980, os da Norma em Julho de 1981, e os do Grupo de Software (Programação) ligado ao CPIIC (Comité das Políticas da Informação, Informática e Comunicações) da OCDE em Dezembro de 1983. Também, e desde 1974, a DGOA<sup>1</sup> tem realizado

um inquérito anual exaustivo sobre a Administração Pública. Em 1983, a DGOA obteve dos fornecedores de equipamentos, e através de contacto directo, dados sobre os computadores vendidos até 31/12/1982, de modo a elaborar um relatório para a OCDE sobre a situação nacional das tecnologias da informação.

## Sector privado está melhor equipado

Globalmente, o Estado (Administração Pública e Sector Público) está pior equipado do que o Sector Privado. A diferença é brutal, 25,1% contra 74,9%, e pode ser explicada pelas restrições impostas pelo FMI nos últimos anos. Não é plausível que a pequena utilização de meios informáticos se deva apenas à resistência à mudança e à inovação que a administração oferece. Observe-se que o valor 7,6%, correspondente à Administração Pública está muito abaixo da média europeia de 25%. A maior dimensão do parque nacional diz respeito aos sistemas muito grandes, 69% contra 31% do Sector Privado, e pode ser explicada pela existência no Estado de grandes empresas públicas, de laboratórios nacionais de investigação, das universidades, e dos ministérios, e pela centralização da administração. Embora no Sector Privado os equipamentos de pe-



\* Investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

<sup>1</sup>Direcção Geral da Organização Administrativa pertencente à Secretaria de Estado da Reforma Administrativa: acompanha de perto a informática na Administração Pública.

queno porte (80,4% contra 19,6% no Estado) sejam abundantes, tal não corresponde a uma política concertada de distribuição do poder informático. Geralmente, as empresas olham para os diversos poderes de computação como desarticulados, e não é raro encontrar computadores em secções, sem comunicarem com o computador central. A ideia da verdadeira distribuição (em rede local) ainda não penetrou em Portugal. Observa-se que os inquéritos realizados em 1980 e 1981 apontavam para o predomínio do processamento da informação em lotes: o teleprocessamento e o tempo partilhado eram minoritários. Esta situação deve ter sido alterada, mas estamos longe ainda da consagração das redes de comunicações entre computadores.

Esta centralização diz respeito não só aos equipamentos, mas também aos informáticos. No inquérito realizado em Dezembro de 1983 sobre 233 empresas dos Sectores Público e Privado, a maioria dos grandes centros de informática localiza-se na capital. Assim, 93,8% das empresas que têm de 25 a 49 informáticos estão em Lisboa, e 83,3% das empresas que têm de 10 a 29 também estão em Lisboa. No Porto, a segunda cidade do país, a situação é inversa: das empresas que têm de 10 a 24 informáticos existem 13,9% e das de 25 a 49 existem 6,2%. A maioria absoluta dos centros de informática (72,9%) possuía pequenas equipas com um número de elementos variando de 1 a 9 informáticos. A caracterização destas empresas era a seguinte: 79,8% eram utilizadores de *software*, pertencentes ao sector privado (67,4%) e ao sector público (12,4%). A grande proporção (80,4%) de pequenos computadores no sector privado reflecte a estrutura das empresas deste sector, onde as PME's (Pequenas e Médias Empresas) predominam e representam uma percentagem similar. Estas empresas, embora produzindo *software*, não o comercializavam. As outras (20,6%) estavam ligadas à actividade comercial: 7,3% eram fornecedores de *hardware* (equipamentos), 7,3% exerciam actividades de *service bureau*, 4,3% eram *software houses*, e 1,3% *system houses*.

Não existe informação nem sobre o número nacional de informáticos, nem sobre a sua repartição geográfica. Contudo, em 1/1/1983 existiam 2.089 profissionais na Administração Pública, dos quais 17,6% eram analistas/programadores, 3,4% trabalhavam sobre os sistemas de computação, 2,1% eram operadores, e 58,6% estavam associados à preparação de dados. Uma tal estrutura pode explicar a fraca informatização da administração, sobretudo devido à reduzida percentagem dos analistas/programadores.

Nas universidades, laboratórios e institutos de investigação, o número de especialistas altamente qualificados é de cerca de 130, dos quais 24% de-

dicam-se ao *hardware*, 12,5% às tecnologias das comunicações, 46,5% ao *software*, e 17% às matemáticas da computação. É curioso salientar que numa das metodologias da computação, a *Inteligência Artificial*, a massa crítica em programação em lógica ou em *Prolog* (uma das apostas japonesas no programa dos computadores da 5ª geração) é de cerca de 40 técnicos, (incluindo investigadores, assistentes de investigação e estagiários) o que a nível europeu constitui um facto insólito. Porém, em Portugal tal facto não é considerado e levado em linha de conta, de modo a apoiar um projecto industrial nacional.

### Repartição do mercado

O número de doutorados em Ciências do Computador e da Computação nos últimos dez anos (1974-1984) foi de 17. Este reduzido corpo poderá explicar que apenas há dois anos tenha sido incrementado o número de licenciaturas e de mestrados disponíveis nas universidades portuguesas (ensino oficial e privado). Actualmente existem oito licenciaturas e seis mestrados, distribuídos por quatro áreas geográficas, Braga, Porto, Coimbra e Lisboa. E, até 1983, a maior parte das universidades possuía poucos equipamentos informáticos, não oferecendo as condições mínimas para o apoio do seu ensino.

Os produtos de *software* detectados nas 233 empresas em Dezembro de 1983, e em número de 952, foram desenvolvidos nos próprios centros de informática (60,1%), ou comprados/alugados às *software houses* e aos fornecedores de *hardware*: *Regisconta* (6,1%), *IBM* (3,8%), *NCR* (3,4%) e *HoneywellBull* (2,6%). No que respeita ao *software* de aplicações, a hierarquia obtida por grau de importância foi a seguinte: gestão comercial (17,9%), gestão contabilística (17,2%), contabilidade financeira (14,9%), gestão dos recursos humanos (11,9%), gestão da produção (11,8%), matemática e estatística (6,1%), programas sectoriais (5,1%), e processamento de documentos (4,2%). Na Administração Pública, a situação era um pouco diferente em 1/1/1983: programas sectoriais (55%), técnicos e científicos (13,6%), gestão dos recursos humanos (10,9%), gestão de administração (7,3%), gestão de armazéns (6,0%), contabilidade financeira (4,6%), e gestão da produção (1,4%).

As actividades de utilização são as que predominam (54,9%), face ao *software* encontrado nas 233 empresas dos Sectores Público e Privado. Seguem-se as actividades comerciais (15,9%), as de produção (13,3%), as de formação (5,5%), e as de investigação e desenvolvimento (2,4%).

Os dados sobre os fornecedores de equipamento estão repartidos e dizem respeito a anos diferentes. No entanto, observa-se a posição dominante da



Quando o parlamento português discutia a controversa Lei de Segurança Interna e crescia a polémica sobre a criação de um Serviço de Informações, o cartoonista António publicou no *Expresso* a antevisão de Soares e Mota Pinto

**IBM.** De acordo com o inquérito da SEMAP, de Junho de 1980, a repartição nacional do mercado de computadores segundo o valor instalado era a seguinte: *IBM* (60%), *Sperry* (11%), *Honeywell Bull* (9%), *NCR* (8%), *CDC* (8%), *Nixdorf* (3%) e *Burroughs* (3%).

### Plano Director de Informática

A nível institucional é justo realçar o papel da DGOA no sentido de disciplinar e orientar a utilização da informática na Administração Pública. A reactivação da Comissão Interministerial de Informática, em Novembro de 1982, permitiu definir a estratégia de um Plano Director de Informática, estando em progresso a discussão das políticas horizontais e sectoriais em cada um dos Ministérios. A criação em Junho de 1982 da Comissão Técnica de Normalização 78 - Computadores e Tratamento de Informação foi também um factor positivo no sentido de disciplinar no futuro a actividade informática. O aparecimento do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores em 1980, e o seu trabalho exemplar desde então, constitui um motivo de orgulho da comunidade técnico-científica portuguesa. Esses trabalhos de engenharia são hoje uma das bases do saber português na área das tecnologias das comunicações, e garantem uma capacitação autónoma, viabilizando um segmento da indústria portuguesa.

### Indefinição política

Em conclusão, em Portugal existem meios humanos qualificados e equipamentos sofisticados que não são devidamente potenciados, de forma a garantirem uma certa autonomia informática, em

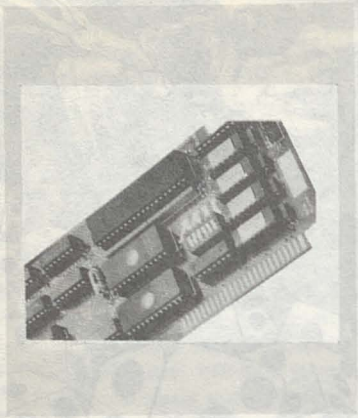
particular no domínio do *software* de aplicações, onde a produção interna não é nem conhecida, nem comercializada. O grande calcanhar de Aquiles deste estado de impasse tem sido a indefinição política dos governos constitucionais quanto às tecnologias da informação, e a impossibilidade de aumentar a massa crítica das equipas já constituídas (a recessão justifica a não contratação de mais trabalhadores, quer a nível do Estado, ou do Sector Privado). Esta política de contenção dos investimentos conduz, como é óbvio, à paralisação da Administração Pública e à inviabilização das empresas do sector público nacionalizado, onde estão os informáticos mais competentes. Sem mais meios humanos, o saber não se transmite e não se transforma. E as grandes aplicações estratégicas ficam na gaveta, à espera de melhores tempos, para desespero dos que tendo ideias não conseguem vê-las realizadas.

A aplicação dos recursos do Orçamento Geral do Estado na área das tecnologias da informação é relativamente baixa (todas as actividades de investigação recebem 0,3% do PNB), se comparada com o que ocorre em certos países em vias de desenvolvimento, e ridícula se comparada com os países desenvolvidos (no Japão: 3% do PNB). Tal não obsta que tenham sido realizados projectos de investigação e desenvolvimento que foram reconhecidos, quer a nível internacional, ou a nível nacional (caso do apoio da DEC ao trabalho desenvolvido em Inteligência Artificial na Universidade Nova de Lisboa, do apoio da indústria nacional, Messa, ao trabalho realizado em periféricos para o tratamento de textos na Universidade de Coimbra, e do apoio da banca, BESCL e BFN, ao trabalho desenvolvido na automatização da especificação de sistemas na Universidade de Lisboa).

Cuba

## Desafiando o bloqueio

Os actuais níveis do uso da computação na ilha são mais avançados do que em qualquer outra nação terceiro-mundista



**A** utilização das técnicas de computação em Cuba depende das necessidades do desenvolvimento da sociedade e encaminha-se para a sua diversificação mediante o estabelecimento de redes nacionais.

A política de bloqueio económico e comercial imposta a Cuba pelo governo norte-americano e executada pelas empresas que operavam no território cubano obrigou as autoridades do país a tomar uma série de medidas para enfrentar o problema da manutenção dos equipamentos de processamento de dados. O processamento mecanizado de dados começou em Cuba na década de 20 com a utilização de cartões perfurados nas actividades administrativas.

Posteriormente, incrementou-se esse tipo de equipamento até à introdução de um computador da primeira geração de fabrico norte-americano. Todo o período anterior a 1959 se caracterizou pela total dependência de companhias estrangeiras.

Essas companhias abandonaram as suas actividades em Cuba poucos meses depois da vitória revolucionária e com a sua acção provocaram um défice de equipamentos e peças sobresselentes e de pessoal técnico, já que retiraram os seus especialistas e promoveram o êxodo dos poucos cubanos que tinham adquirido prática profissional.

Esta situação tornava muito difícil manter o incipiente nível de desenvolvimento que se havia adquirido nesse campo, justamente num momento em que começavam a chegar os equipamentos da chamada segunda geração de computadores. Isto é, assistia-se a uma mudança de tecnologia, embora os equipamentos electromecânicos — já naquela época em processo de desactivação — tivessem que continuar a ser usados, como acontece até hoje.

Quando as sedes norte-americanas abandonaram as suas filiais em Cuba, o governo revolucionário procedeu à sua nacionalização. Porém, na maioria dos casos, só tomou posse dos locais. Pode-se di-

zer, sem margem de dúvida, que os cubanos careciam de experiência própria no assunto e que para muitos foi uma verdadeira proeza continuar sem o vínculo com as firmas geradoras da tecnologia que existia em Cuba até então.

### A nova etapa

Os primeiros passos dirigiram-se para a formação de quadros próprios reunindo os técnicos mais capacitados, que assumiram as funções de professores em cursos de emergência.

Naquela altura, a possibilidade de fabricar as peças de reposição era mínima e para adquirir novas técnicas em outros mercados foi necessário contornar muitas dificuldades provocadas pelas pressões dos norte-americanos. Em 1965, adquiriu-se uma máquina de segunda geração, o computador *Elliot 803-B*, destinado ao cálculo científico e à formação de especialistas em computação. Paralelamente, foram dados passos no sentido de organizar entidades de processamento de dados e para emprender tarefas de automatização industrial.

Em 1969, foi criado, como um projecto piloto, o Centro de Investigações da Electrónica Digital com o objectivo de produzir um minicomputador destinado ao controlo do tráfego ferroviário da indústria açucareira, a principal riqueza económica do país. O protótipo dessa máquina ficou pronto em pouco tempo e foi fabricado numa versão modernizada de carácter geral para consolidar a marca cubana desses equipamentos. O *CID 201-A* foi o primeiro computador cubano. Depois veio o *CID 201-B* que teve uma penetração muito significativa, já que foi utilizado em muitas áreas da economia e do sector de serviços, até que recentemente começou a ceder o seu lugar ao modelo *CID 300*.

### Incorporação no CAME

A entrada no Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), formalizada em 1972, permitiu a

Cuba incorporar-se no órgão especializado nas técnicas de computação desta organização que interliga a economia de uma dezena de países socialistas.

Já se haviam esboçado anteriormente, diversos programas de desenvolvimento socio-económicos que tinham incluído a formação de engenheiros em universidades cubanas e nas de vários países socialistas.

O facto de ter uma equipa de pesquisadores constituída por quadros e pelos estudantes mais capacitados das carreiras da engenharia electrónica, computação, mecânica, telecomunicações e economia, assim como física e matemática, permitiu começar a analisar outros elementos estruturais da informática em Cuba.

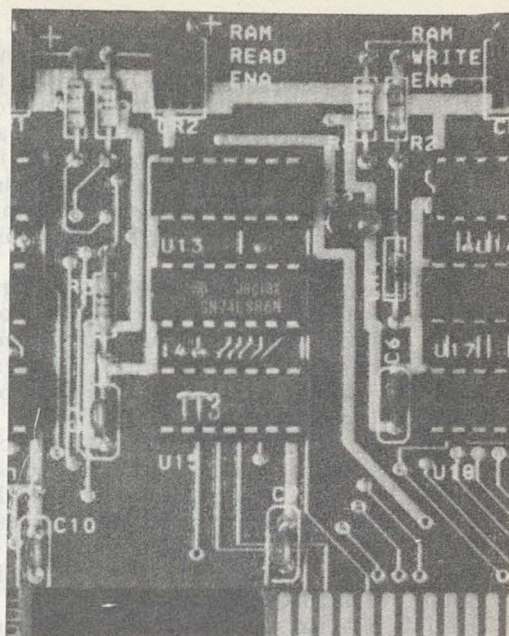
## O dicionário dos microcomputadores

□ O "corpo" do computador é chamado de *hardware*. É o aparelho propriamente dito, os seus acessórios, desde os *chips* da unidade central até o fio que liga à tomada eléctrica. Mas um computador ligado não serve para nada sem o *software*, que é a "alma" do aparelho — as instruções, os dados e os códigos que permitem operá-lo.

Um conjunto ordenado de instruções é um *programa*. Alguns programas relativos à circulação interna de dados no computador já lhe estão incorporados desde a fabricação. É a chamada memória ROM (*Read Only Memory*), que pode ser lida mas não modificada pelo usuário. Para efeitos práticos, o operador deve alimentar a RAM (*Random Access Memory*), ou seja a memória de acesso aleatório do computador, com dados e programas.

A *Unidade Central de Processamento* (CPU) recebe (*input*) dados ou programas através de um teclado (semelhante ao de uma máquina de escrever) ou de fita (em cassete ou rolo), disco magnético, de cartões perfurados, de fita perfurada (semelhante a do teletipo), de impulsos eléctricos transmitidos via telefónica, de outros computadores, ou ainda de aparelhos específicos (sensores ópticos, interpretadores de voz, etc).

A informação processada pelo computador é devolvida ao usuário (*output*) em imagens num monitor (semelhante a um visor de televisão), gravada em discos ou fitas magnéticas, impressa em papel ou convertida em impulsos eléctricos que acionam mecanismos mecânicos (os braços de um *robot*).



A menor unidade de informação logicamente possível (um "átomo" de informação) é uma *bit*. Uma luz pode ser acesa ou ficar apagada, um circuito aberto ou fechado, uma proposição lógica ser certa ou errada. Um *bit* é representado em computação por um número binário de um dígito. Pode ser 0 ou 1. Oito *bits* fazem um *byte*. Um número binário de dois dígitos tem quatro possibilidades (00, 01, 10, 11). As combinações duplicam-se com cada dígito acrescentado. Um número de oito dígitos (8 *bits*) num sistema binário permite 256 combinações, suficientes para representar todas as letras do alfabeto (em maiúsculas e minúsculas, os números de 0 a 9, os sinais de pontuação e os códigos adicionais).

O *chip* do computador, ou seja, a peça fundamental de um *hardware*, não é mais do que um conjunto de vários milhares de "chaves" microscópicas que abrem ou fecham outros milhares de circuitos. Poder-se-ia representar por uma enorme cadeia de zero e um, ou uma sucessão de pontos e traços do código morse. Para tornar inteligível esta informação, os *bits* agrupam-se em *bytes*, os *bytes* em palavras-chaves (instruções). Estas por sua vez, formam uma *linguagem*.

A linguagem de um computador (existem várias: Basic, Cobol, Fortran, Pascal, Logo etc) é o conjunto de palavras-chaves e regras de sintaxe que processam a informação, tal como a gramática e o dicionário organizam os sons da linguagem humana.

Os esforços tendentes ao desenvolvimento da pesquisa técnico-científica não tiveram em conta, no entanto, as técnicas de computação como um caso excepcional. Foram-lhe dedicados esforços importantes, mas não superiores aos de outros campos. Com essa concepção criaram-se empresas, institutos de pesquisa e projectos nacionais, a cargo dos órgãos de planeamento que regem a política de computação da economia cubana, baseada no princípio da organização socialista.

A experiência do censo de 1969, no qual foram usados equipamentos mais sofisticados, de procedência francesa, demonstrou que a computação num país em vias de desenvolvimento, socialista e bloqueado — como é o caso cubano — é válida para a solução dos problemas técnico-científicos.

“No início da nossa gestão, tínhamos que vencer o usuário das conveniências dessas técnicas, as quais têm agora uma projecção nacional. Hoje elas são usadas nas empresas e até nas entidades da administração central do Estado, embora a sua disponibilidade esteja relacionada com a dos equipamentos”, explicam os especialistas do Instituto Nacional de Sistemas Automatizados e de Computação (INSAC).

Isto é, a procura dos serviços da computação avança estreitamente relacionada com o desenvolvimento da política socio-económica de Cuba. E os seus principais usuários encontram-se nos sectores da pesquisa científica, educação e saúde pública.

O carácter socialista da economia cubana é uma vantagem para a computação, já que existem sistemas uniformes em escala nacional para o controlo estatístico. Funcionários do INSAC e da Universidade Central de Las Villas (instituição docente na qual foi fundado em 1973 o primeiro centro de cálculo no sector educacional cubano) calculam que os níveis actuais do uso da computação são mais avançados neste país se comparados com qualquer outra nação do Terceiro Mundo.

No sector da saúde pública, a computação é usada em maior ou menor grau em quase toda a rede hospitalar dos níveis secundário e terciário, composta por mais de 200 centros assistenciais, como auxiliar para o diagnóstico.

Por outro lado, o programa de estudos de numerosas carreiras universitárias e de outros centros de ensino superior, dedica especial atenção a estas técnicas, que inclusive são explicadas em cursos de pós-graduação ou especialmente dirigidos à preparação de técnicos.

Ao falar sobre a formação dos quadros nacionais, o professor Ricardo Bravo, director do Instituto de Informática da Universidade Central de Las Villas, explicou que esse centro foi o primeiro que formou profissionais em computação no país. Esses profissionais trabalham hoje em qualquer

parte do território cubano e caso se concentrassem num só centro, este seria a entidade mais forte de toda a América Latina. Bravo assinalou que apenas da faculdade de Matemática e Cibernética dessa universidade saíram mais de 250 especialistas nos últimos cinco anos.

## O futuro

Essa política assegura o contínuo aumento da eficiência das técnicas instaladas e o aperfeiçoamento das estruturas.

Quanto ao desenvolvimento de uma tecnologia própria, o INSAC prosseguirá o seu programa de minicomputadores, ao mesmo tempo que se adquirirão equipamentos maiores e se ampliarão as redes terminais.

Também aumentará a fabricação de peças de reposição, tanto para o consumo nacional como para exportar para países que adquiriram o computador CID, como Angola, Etiópia, Moçambique, Vietname, Nicarágua e outros.

A utilização do idioma espanhol na comunicação homem/máquina é outro dos objectivos dos responsáveis pela política cubana em sistemas automatizados e de computação. Os especialistas do INSAC explicam que como esta actividade se está a tornar cada vez mais difundida, impõe-se a utilização do idioma nacional, já que não é possível, por exemplo, que todos conheçam o inglês, língua geralmente utilizada sobretudo na elaboração dos programas.

Existe a experiência de um esboço de programação em espanhol elaborado por especialistas cubanos que teve bastante aceitação. O trabalho não é fácil e são poucas as tentativas que nesse sentido foram feitas noutros países, embora no México se esteja actualmente a trabalhar com esse mesmo objectivo e na Espanha tenha sido feito um programa especial para o ensino.

O minicomputador de língua espanhola permitirá reforçar o uso generalizado dessas técnicas a um custo baixo, onde antes era proibitivo instalar um equipamento. No ensino, por exemplo, não só será utilizado nos cursos superiores, mas também no secundário e primário. Existe, inclusive, o propósito de colocar nas mãos de cada pesquisador científico os seus próprios meios de computação, o que resultará numa maior qualidade dos seus trabalhos e numa conclusão mais rápida do processo de investigação.

A computação, técnica de hoje e do futuro, é uma realidade que marca o dia-a-dia político, económico e social cubano.

A revolução tecnológica e educacional é precisamente um dos pilares do desenvolvimento maciço da computação ao serviço do homem cubano que vive numa sociedade que não lhe é alheia. •



## Congo: do petróleo ao computador

A informática chegou à República do Congo em meados da década de 60, quando vários países da África Ocidental resolveram unir esforços para criar uma base local de desenvolvimento tecnológico em torno de um organismo chamado CITE (Centro de Informática Trans-Equatorial). Mas por razões mais políticas do que económicas, o Congo acabou por abandonar a organização com prejuízos acumulados da ordem de quase um milhão de dólares.

Decepcionados com o fracasso da experiência, os dirigentes congolezes criaram em 1973 o Departamento Nacional de Informática (OCI), na tentativa de criar uma estrutura própria de desenvolvimento da informática dentro de uma economia planificada. A OCI conseguiu sobreviver a duras penas durante dois anos enfrentando uma concorrência externa que o país não tinha condições de suportar. As receitas do Estado congolês vêm basicamente da exploração do petróleo (90% das exportações e 30% do PNB) e da actividade das indústrias de extracção de minerais, ambas com uma forte participação de empresas transnacionais. Elas impulsionaram, assim, o desenvolvimento da informática em dois sectores: petrolífero e bancário, contando com o apoio estatal naquilo que foi classificado pelos especialistas como um modelo semelhante ao da Venezuela e minado por desequilíbrios.

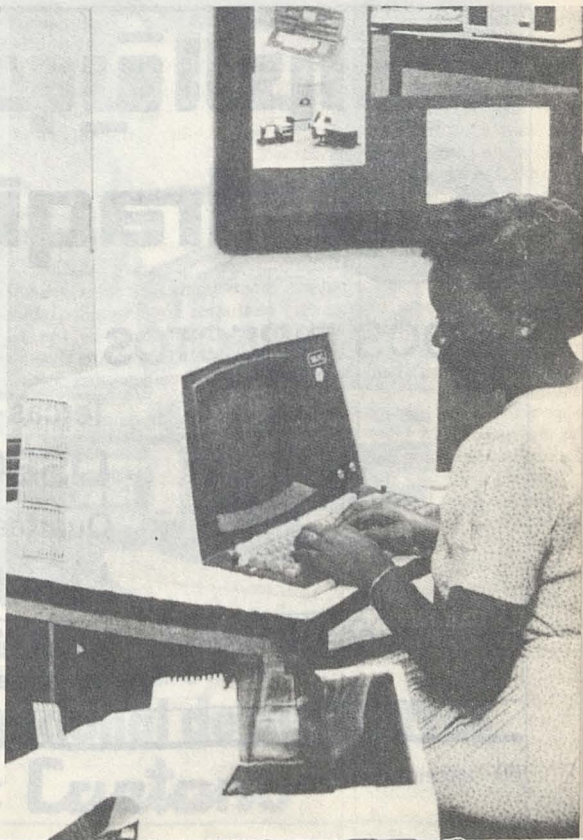
Em 1975, o Estado decidiu nacionalizar o embrionário sector da informática entregando à OCI o papel de coordenar o mercado nacional. Em Junho de 1976, o OCI já exercia um monopólio tanto no que se refere ao fornecimento de material como ao desenvolvimento de pesquisas e novas aplicações da informática. O sector petrolífero e o bancário passaram gradualmente para o controlo da OCI.

Um novo esquema nacional foi incluído no plano quinquenal de 82 a 86, confirmando esta estrutura centralizada, ao mesmo tempo que se introduziram novas prioridades estratégicas (criação de bancos de dados e acesso às informações recebidas no exterior), logísticas (formação de pessoal para manutenção e criação de *stocks* de peças), e técni-

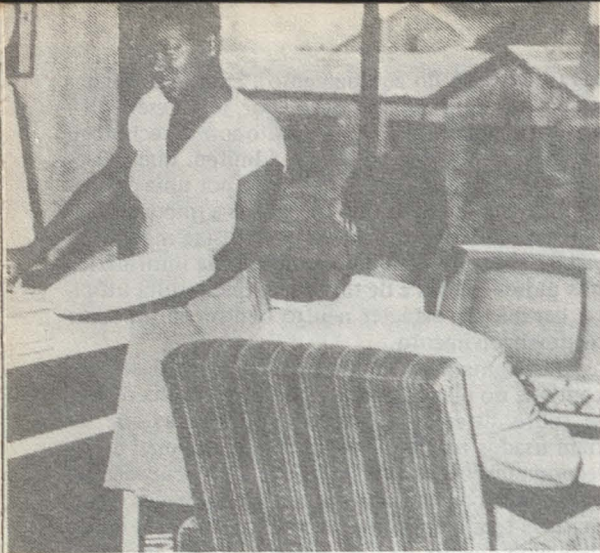
cas (renovação do equipamento). Estas prioridades reflectem uma preocupação por um desenvolvimento independente e uma autonomia tecnológica. Mas os autores do plano admitem que países como o Congo, mesmo orientados por uma doutrina marxista-leninista, são obrigados a importar tecnologia moderna dos países capitalistas mais avançados, e reconhecem que o impacto da informática nos países pobres é de tal ordem que resulta utópico dar-lhe um carácter neutro dentro do processo de desenvolvimento.

O pragmatismo dos dirigentes congolezes fez com que no plano infra-estrutural, a escolha recaísse sobre sistemas não muito sofisticados que seriam usados na criação de uma rede nacional de telecomunicações. Também houve a preocupação de evitar uma concentração excessiva dos meios informáticos tendo em conta as condições peculiares do desenvolvimento de um sistema como este num país pobre na África. Aproximar a informática dos seus consumidores foi também uma das preocupações centrais do plano. As consequências esperadas por um planeamento como este são de uma maior eficácia e uma administração mais racional dos recursos disponíveis. Tudo isto acompanhado de uma política tarifária que equilibrasse os custos do novo sistema com as disponibilidades.

O Congo decidiu nacionalizar o sector da Informática



\* Texto extraído da revista *Terminal-França*, Abril/1984



80% dos computadores africanos estão em 9 países

### Indústria local

O plano congolês inspirou-se nos exemplos da empresa estatal *COBRA* do Brasil, e da *ECIL*, da Índia, no sentido de tentar criar um mínimo de desenvolvimento local no plano da manufactura

de equipamentos electrónicos, baseados na utilização da tecnologia de domínio comum. Ao mesmo tempo, outra prioridade do plano refere-se à formação local de técnicos em manutenção de computadores com o objectivo não só de romper a dependência externa no sector, como permitir a necessária intimidade do pessoal semi-qualificado com os novos equipamentos. Também foi previsto um projecto de reconversão do pessoal que teve as suas actividades afectadas pela introdução da nova tecnologia.

Para serem alcançados estes ambiciosos objectivos, o plano quinquenal prevê recursos da ordem de 5,5 milhões de dólares, o que corresponde a aproximadamente 0,15% do orçamento nacional. É uma percentagem alta comparada com a média de 0,10% registada nos orçamentos dos restantes países africanos na mesma categoria económica. Estas verbas serão basicamente aplicadas em 75 projectos de informatização de actividades económicas essenciais e na ampliação para 18 do número de centros de computação existentes no país. Dada a carência de pessoal qualificado, o governo prevê o recurso a especialistas estrangeiros, nomeadamente franceses da organização SINORG, que já participam no desenvolvimento de planos informáticos no Senegal e Costa do Marfim.

# التحطوط الجوية العراقية



## Iraqi Airways

### VOOS DIRECTOS

Terças-Feiras

**LISBOA-RIO DE JANEIRO**

Quartas-Feiras

**LISBOA-AMMAN-BAGHDAD**

INFORMAÇÕES E RESERVAS

Avenida da República, 48 - 3º Esq.

1000 LISBOA

Telefones 77 44 16 / 77 56 18

Telex 43588 LISTIA P

**SABEMOS CONJUGAR  
TRÊS VERBOS MUITO IMPORTANTES:**

**projectar  
construir  
exportar**



A nossa comprovada, e cada vez maior, capacidade industrial, permite-nos que continuemos a ser

**o primeiro fabricante nacional de autocarros**

**Salvador Caetano**

## “A navegação do Golfo está ameaçada”

Em entrevista exclusiva à nossa revista, o vice-primeiro-ministro do Kuwait afirma que o seu país repelirá os ataques iranianos aos seus petroleiros

Alberto B. Marantoni

Quatro anos após o desencadear das hostilidades entre o Iraque e o Irão, a situação na região do Golfo continua a agravar-se. Os beligerantes, destituídos até aqui de poder para impor qualquer supremacia militar ou obter o término dos combates pela via diplomática, esperam agora provocar a derrota dos adversários através da asfixia dos respectivos interesses económicos.

Esta nova estratégia — manifestada recentemente por um certo número de ataques aéreos contra navios neutros ou aliados em trânsito no Golfo — não parece preocupar-se com as consequências.

Que irão fazer os responsáveis dos países costeiros do Golfo face a esta nova estratégia? Deixar-se-ão arrastar no conflito ou aceitarão sujeitar-se passivamente aos *raids* aéreos contra os seus navios? Procurando uma resposta para estas questões entrevistámos o chefe da diplomacia do Kuwait, o xeque Sabah El-Ahmed El-Sabah, de passagem por Tunes por ocasião da reunião extraordinária dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga dos Estados Árabes.

*Depois dos recentes ataques aéreos iraquianos e iranianos*



Xeque Sabah El-Ahmed El-Sabah

*contra navios em trânsito no Golfo, entre os quais dois da vossa frota, o “Oum Kassaba” e o “Bahara”, fala-se cada vez mais numa possível internacionalização do conflito Iraque-Irão. Que pensa disto?*

— O perigo existe. O recrudescimento desta guerra preocupa-nos muito. E, conscientes deste perigo, estamos empenhados em submeter os nossos receios à opinião internacional.

Os relatórios que expusémos à última sessão extraordinária da Liga dos Estados Árabes e do Conselho de Segurança das Na-

ções Unidas são claros: é necessário que as grandes potências assumam igualmente as suas responsabilidades nesta questão. Não somos os únicos envolvidos...

*A esse respeito fala-se cada vez mais numa possível intervenção de uma força internacional no Golfo, para restabelecer a livre navegação. Que diz a isto?*

— As águas internacionais não pertencem nem ao Kuwait, nem à Arábia Saudita, nem aos outros países costeiros do Golfo. Pertencem, sim, à comunidade internacional. Se a livre navegação nas águas do Golfo se encontra ameaçada, é a comunidade internacional que deve fazer todo o necessário para a restabelecer.

*Relativamente àquilo que vos diz directamente respeito, pensam recorrer a uma intervenção dos Estados Unidos da América?*

— De forma alguma. Não pediremos esse tipo de ajuda seja a quem for. Somos demasiado zelosos da nossa independência e da nossa política de não-alinhamento. Recusamos qualquer ingerência estrangeira nas nossas questões, bem como a instalação de bases militares no nosso país. Mas isto não significa que não recorramos, em caso de necessidade, ao fornecimento de armas dos Estados Unidos ou de qual-

quer outra nação.

*O representante do Iman Khomeiny no Conselho de Defesa Iraniano, Hodjatoleslam Rafsanjani, ameaça com uma nova ofensiva de grande envergadura para resolver o conflito com o Iraque. Qual será a vossa atitude face a tal eventualidade?*

— Este conflito, de momento, não nos pertence directamente. É uma guerra entre o Iraque e o Irão. Nós somos um país neutro...

*Os iranianos não têm a mesma opinião... Não vos acusam de clara convivência com o Iraque?*

— Desconheço as acusações deles... Mas o Kuwait, de um ponto de vista militar, não é uma parte envolvida neste conflito. É verdade que, naquilo que nos é possível, e sem nos envolvermos em acções de guerra, ajudamos os nossos irmãos iraquianos... Mas que outra coisa poderíamos fazer? Poderíamos deixá-los sucumbir? Como poderíamos nós

recusar-lhes a ajuda alimentar e logística de que eles precisam? A que título poderíamos nós recusar-lhes os nossos portos? Isto não é um acto de guerra contra o Irão. É, muito simplesmente, um dever perante os nossos irmãos árabes!

*Se o Iraque caísse... o "alvo" seguinte não seria o Kuwait?*

— Nós acreditamos que os nossos irmãos iraquianos estarão em condições de defender o seu território. Nós odiamos a guerra... Nós esperamos permanentemente que esta guerra não nos seja imposta... Mas se o Irão pensar em nos invadir, então defender-nos-emos com todas as forças.

*O Kuwait já sofreu agressões do Irão. Como está a situação actualmente?*

— Não é um problema novo. Os iranianos bombardearam uma das nossas estações de extracção de petróleo. Houve atentados com explosivos. Mas não passam

de provocações. É necessário evitar a confrontação...

*Não haverá, portanto, reacção caso prossigam os ataques contra os vossos navios?*

— Esse problema é diferente. Daqui por diante qualquer ataque contra os nossos barcos será repellido. Não cederemos à chantagem nem às ameaças. Não podemos aceitar que a livre navegação dos nossos barcos seja entravada seja por quem for. Temos o direito de proteger os nossos navios e exerceremos esse direito!

*E se os iranianos bloquearem o estreito de Ormuz?*

— Tal não será um problema. A Arábia Saudita não está longe das nossas fronteiras. Em caso de "cerco", e se o Ocidente se desinteressar da questão, nós sairemos na mesma. Não será a nossa economia que sofrerá. Podemos sempre ligar os nossos "pipelines" aos oleoductos sauditas e encaminhar o nosso petróleo em direcção ao Mar Vermelho. ●



**Ferbritas Empreendimentos Industriais e Comerciais**

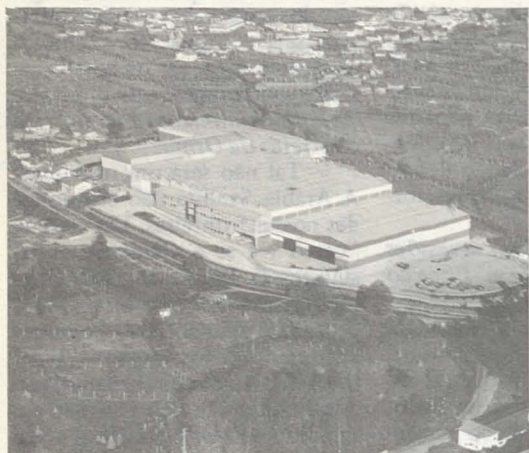
## VIMOS EXECUTANDO NO PAÍS E NO ESTRANGEIRO

- Assistência Técnica a Material Ferroviário
- Projectos e Construções no Sector de Transportes
- Construção e Renovação de Vias Férreas
- Montagem e Exploração de Pedreiras

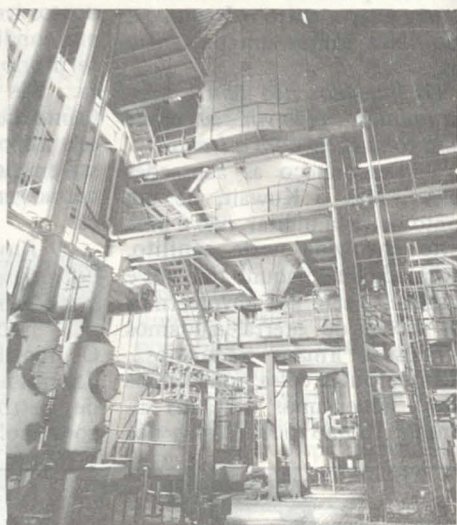
Sede — Av.<sup>a</sup> da Liberdade, 227-7.º 1200 LISBOA — PORTUGAL  
Telef. 53 53 63/4 Telex 43568 FERBRI P

# ASPARSOPI

EQUIPAMENTOS EM AÇO INOXIDÁVEL, AÇO CARBONO, ALUMÍNIO, TITANIO, LIGAS DE NÍQUEL E LIGAS DE COBRE  
PARA AS INDÚSTRIAS : ALIMENTAR, BEBIDAS, QUÍMICA E PETROQUÍMICA



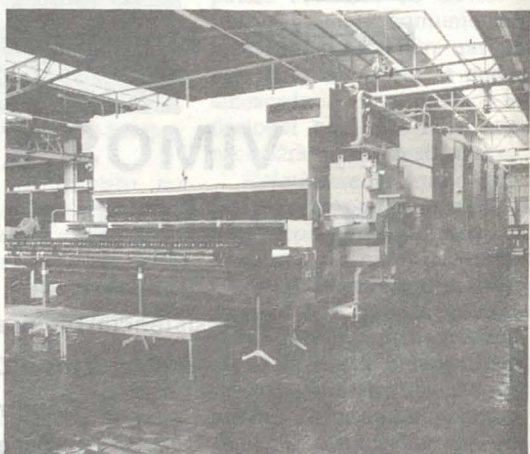
VISTA AÉREA DAS INSTALAÇÕES



CÂMARA DE SECAGEM DE LEITE EM PÓ



FERMENTAÇÃO DE CERVEJA CILINDRO CÔNICAS



MÁQUINAS DE LAVAR GARRAFAS

FUNDAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL • BOMBAS CENTRÍFUGAS • FUNDOS COPADOS • ACESSÓRIOS

#### SEDE

INDÚSTRIAS METALÚRGICAS ARLINDO S. PINHO, LDA.  
TELEF. 42511 • TELEX 22568 ARSOP P • APARTADO 10 • 3731 VALE DE CAMBRA CODEX

#### DELEGAÇÃO

AVENIDA ALMIRANTE GAGO COUTINHO, 25-E  
TELEFS.: 895327-882356 • TELEX 13373 LARSOP P • 1000 LISBOA

Nino Vieira a "cadernos":

## "Desejamos cooperação privilegiada com Portugal e Brasil"

Em entrevista exclusiva, o presidente da República da Guiné-Bissau faz um balanço das suas recentes visitas a Portugal e Brasil e aborda outros aspectos da cooperação internacional

Carlos Pinto Santos

As recentes visitas oficiais efectuadas pelo presidente João Bernardo (Nino) Vieira a Portugal e ao Brasil (Junho e Julho, respectivamente) coincidem com um período em que não estão ainda totalmente concluídas as alterações políticas desencadeadas na Guiné-Bissau nos últimos meses.

A sequência desses acontecimentos iniciou-se com o afastamento, em Abril deste ano, do primeiro-ministro e vice-presidente do Conselho da Revolução, Victor Saúde Maria e de alguns elementos do seu grupo que desde Setembro de 1982 desenvolviam uma subtil manobra visando dominar o aparelho de Estado e isolar o presidente Nino Vieira (ver *cadernos* nº 66, Maio 84). À queda de Saúde Maria, que permanece em regime de residência fixa, sucederam-se a aprovação da nova Constituição — onde desapareceu a função de primeiro-ministro e o Conselho da Revolução deu lugar ao Conselho de Estado — pela Assembleia Nacional Popular, e alterações no elenco governamental

com a promoção a cargos de chefia, particularmente no sector económico, de jovens quadros marginalizados pelo ex-primeiro-ministro.

A clarificação política que se acentua na Guiné-Bissau começa a ser sobretudo visível nas orientações das prioridades económicas e medidas de urgência para combater a grave crise atravessa-

da pelo país, agora também afectado pelo prolongamento da seca do Sahel.

Oficialmente sempre classificada como prioritária mas durante muito tempo ofuscada pelas esperanças das reais potencialidades petrolíferas do país, a recuperação agrícola está no centro das preocupações do governo guineense que procura captar



Nino Vieira: situação política clarificada para combater a crise

ajuda externa para a implementação de alguns projectos com carácter urgente.

Nessa desejada colaboração com o estrangeiro, a Guiné-Bissau conta muito com Portugal e Brasil, países que Nino Vieira visitou agora pela primeira vez na qualidade de Chefe de Estado.

Guardadas as diferenças dos níveis de cooperação atingidos com Portugal e Brasil, os acordos assinados durante as estadias de Nino Vieira nos dois países foram considerados pelos dirigentes guineenses como assinaláveis êxitos dessas visitas (ver caixa). Isso mesmo declarou o presidente João Bernardo Vieira numa entrevista exclusiva que concedeu a *cadernos do terceiro mundo*, durante a sua escala no Rio de Janeiro.

*Os acordos financeiros assinados em Lisboa corresponderam à expectativa do governo da Guiné-Bissau?*

A minha viagem a Portugal foi bastante positiva, na medida em que vimos uma grande abertura da parte do governo português para com os problemas do meu país e pela importância dos acordos assinados. O cancelamento das dívidas que a Guiné-

Bissau tinha com Portugal vai-nos proporcionar um certo alívio e ajuda-nos a solucionar grandes problemas. Estávamos muito apertados com as dívidas que tínhamos com Portugal.

Foi também desbloqueado o crédito que já tinha sido acordado na primeira mesa-redonda com os parceiros económicos da Guiné-Bissau realizada em Lisboa.

*E quanto aos acordos assinados no Brasil?*

— Também encontramos uma grande receptividade por parte do governo brasileiro, não só na cooperação científica e tecnológica e formação de quadros, como, inclusive, na abertura de linhas de crédito de oito milhões de dólares para a montagem de fábricas de açúcar e de álcool por empresários brasileiros.

#### Cooperação trilateral

*O governo da Guiné-Bissau está interessado em projectos de cooperação trilateral, isto é, que juntem países fornecedores de capitais, países possuidores de tecnologia intermédia e quadros técnicos, e países em desenvolvimento?*

Estamos totalmente abertos a esse tipo de cooperação. Um país como o nosso necessita de parceiros económicos influentes.

*A Guiné-Bissau está envolvida em algum projecto desse tipo?*

— Há um projecto de desenvolvimento agrícola para o sul do país no qual os Estados Unidos entram com o financiamento e Portugal com a tecnologia. Este tipo de projectos também foi abordado com o presidente Mitterrand quando da minha visita a França em 1982. O governo francês está disposto a seguir a mesma política com Portugal, até porque há muitos imigrantes portugueses em França que poderiam ser empregues como mão-de-obra para uma cooperação tripartida entre Portugal e as suas ex-colónias. Tudo depende agora do governo português fazer uma certa pressão, na medida em que nós não temos possibilidades económicas de o fazer. Mas penso que o governo português está bastante interessado na cooperação tripartida. Pelo menos foi isso que o primeiro-ministro Mário Soares e o próprio presidente Eanes me deixaram entender.

### ASSINADOS ACORDOS FINANCEIROS ENTRE PORTUGAL E GUINÉ-BISSAU

Durante a estadia do presidente João Bernardo Vieira em Portugal, a delegação guineense assinou com as autoridades de Lisboa um Protocolo de Cooperação Financeira com as seguintes principais cláusulas:

— uma nova Linha de Crédito de 3 milhões de dólares (cerca de 420 mil contos) com a condição do governo guineense utilizar na aquisição de bens de consumo portugueses o empréstimo de 7 milhões de dólares (cerca de um milhão de contos) que lhe vai ser atribuído pelo Banco Mundial;

— Portugal aceitou consolidar pelo prazo de oito anos à taxa de juro *libor* (taxa referencial do euromercado de Londres normalmente superior

em 0,5% à *prime-rate* dos EUA) a dívida de 17 milhões de dólares (cerca de dois milhões e trezentos e sessenta mil contos) contraída pela Guiné-Bissau à banca nacionalizada portuguesa para cobertura de exportações de produtos portugueses;

— consolidação, em condições ainda a negociar, da dívida de 7 milhões de dólares contraída directamente pela Guiné-Bissau junto de exportadores portugueses.

A assinatura do Protocolo Financeiro foi facilitada pela recente alteração da legislação guineense que permite aos empresários portugueses interessados em investir na Guiné-Bissau, o repatriamento dos lucros obtidos.

Acrescente-se, por último, que o governo português já concedera este ano um empréstimo ao governo de Bissau no valor de 300 mil contos (cerca de 2,14 milhões de dólares).





"Nó Pintcha"



Bolama de arroz na Guiné-Bissau.  
A seca tem agravado o abastecimento da população

*Directamente ligada a este aspecto julgo estar a proposta do senhor presidente ao governo português para a criação de uma "zona do escudo" que permitiria a cobertura do peso guineense nas praças internacionais. Como reagiu o governo português à sua proposta?*

— Julgo que o primeiro-ministro Mário Soares reagiu favoravelmente na medida em que manifestou grande vontade para estudar o assunto. É evidente que não é uma questão de fácil resolução que permita uma decisão imediata numa altura que Portugal vive uma recessão económica. Apenas lançámos a ideia.

**Preservar a língua portuguesa**

*A Guiné-Bissau considera Portugal e Brasil como países com quem lhe interessa estabelecer uma cooperação privilegiada?*

— Esse é o nosso desejo: uma cooperação nos aspectos económicos e culturais, nomeadamente. Temos uma língua comum e precisamos da ajuda de Portugal e do Brasil para a defender.

*Particularmente num país como a Guiné-Bissau que está su-*

*jeito a grandes influências francófonas...*

— Sim. Interessa-nos preservar a língua portuguesa. A meu ver podemos correr o risco que, com influências de outras potências, as novas gerações deixem de falar português. Todos os quadros na Guiné-Bissau falam francês e encontra-se gente que fala francês correcto mas não o português. Isto numa antiga colónia portuguesa. A razão desta situação tem a ver com as características da colonização portuguesa na Guiné-Bissau que, ao contrário de Angola ou Moçambique, nunca foi muito profunda no interior do território, limitando-se ao reduzido comércio na zona costeira. Portugal nunca esteve radicado na Guiné-Bissau e os colonos nunca se integraram no seio da população.

**Agricultura e petróleo**

*Segundo alguns observadores, com o Plano de Desenvolvimento Económico e Social 83-86 foi de certa forma invertida a ordem das áreas prioritárias de desenvolvimento. A agricultura e as pescas voltaram a ser, na prática, os sectores de maior preocupa-*

*ção do governo guineense em relação aos projectos, de médio ou longo prazo, da exploração petrolífera e das minas de bauxite e fosfatos. Esta interpretação é correcta?*

— Nós desde sempre demos prioridade à agricultura, muito embora tenha havido uma política errada nestes aspectos nos anos anteriores. O petróleo é uma coisa praticamente invisível em comparação com a agricultura que é viável, que se pode preparar, que tem terreno para produzir. O que necessitamos é de financiamento para realmente produzir. De acordo com essa

política, o nosso Plano de Desenvolvimento Económico e Social 83-86 define os sectores prioritários que são a agricultura, em primeiro lugar, depois as pescas e as florestas. Portanto, as prioridades são os sectores visíveis e palpáveis que se podem realizar de imediato. As minas são um projecto mais a longo prazo, exigem um trabalho mais aprofundado e grandes financiamentos.

*A que nível estão os acordos de prospecção mineira com a França e a União Soviética?*

— A França financiou os estudos de fosfatos que já estão na segunda fase com resultados bastante favoráveis. Quanto à bauxite da região de Medina do Boé estamos ainda à espera dos dados da sua viabilidade económica que está a ser analisada pela União Soviética.

*E quanto à prospecção petrolífera?*

— É bastante delicado. Há companhias interessadas, já assinámos acordos com quatro empresas de quatro países (França, Grã-Bretanha, Alemanha Federal e EUA) e estamos já no terreno fazendo furos. Mas ainda não podemos dizer nada quanto a resultados.

*Houve um acordo com o Banco Mundial para a pesquisa petrolífera...*

— O acordo para prospecção financiada pelo Banco Mundial permitiu a elaboração de uma carta geológica para pesquisar as probabilidades de existência do petróleo e foi na base desses estudos que as empresas referidas se propuseram fazer as perfurações.

**“A sigla PAIGC é histórica”**

*O diferendo sobre a delimitação das águas territoriais com a Guiné-Conacry sofreu alguma evolução após a morte do presi-*

*dente Sekou Touré e a instalação do novo regime no país vizinho?*

— Não há nada de novo. Sempre tivemos boas relações com a Guiné-Conacry e também com o Senegal, independentemente desses problemas. O primeiro país que o actual presidente da Guiné-Conacry visitou foi o nosso. Considerámos isso como um gesto de abertura da sua parte e um desejo de procurar um entendimento e cooperação entre nós. E isso é possível, até porque nos conhecemos bem.

Estamos confiantes acerca da decisão que o Tribunal Internacional de Haia deverá tomar na reunião de Agosto, porque consideramos que temos razão na questão com os nossos vizinhos.

*Poder-se-á dizer que está “congelada” a divergência entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde relacionada com o “C” da sigla do PAIGC?*

— Nós já temos boas relações com Cabo Verde. Não sei se o problema da sigla vai ser incluído nas próximas discussões que vamos ter com o governo cabo-verdeano. Para a Guiné-Bissau é difícil prescindir dessa sigla histórica.

*Qual a opinião do governo da Guiné-Bissau acerca da posição da República Árabe Sarauí Democrática de não fazer mais concessões nas Cimeiras da OUA e exigir a sua condição de membro de pleno direito?*

— Como se sabe, o governo da Guiné-Bissau reconheceu a Frente POLISARIO desde a sua fundação e mantém com ela estreitas relações. Consideramos que é um movimento revolucionário que luta por uma causa justa. E condenamos a política de anexação. Mas não podemos dizer que a Frente POLISARIO deve ou não fazer concessões. Só podemos afirmar e repetir que estamos ao lado da Frente POLISARIO em qualquer momento e em qualquer circunstância.

**“Não apoiamos nenhum dos lados na guerra do Chade”**

*O segundo grande problema que continua a ameaçar a OUA é a questão chadiana. Recentemente, o governo francês apresentou uma possível saída consistindo no surgimento de um terceiro nome alternativo a Gukuni Ueddei e Hissène Habré que pudesse ser aceite por todas as forças em luta e todas as partes envolvidas na guerra do Chade. Qual a posição da Guiné-Bissau a este respeito?*

— A questão do Chade tem de ser resolvida internamente, entre chadianos. A proposta que referiu é a posição da França, não do povo do Chade que tem de ser quem escolhe o seu líder. Como não é uma proposta do povo chadiano, não temos de tomar posição.

*A Guiné-Bissau não está solidária com as forças lideradas por Gukuni Ueddei?*

— Nós não apoiamos A nem B. Apoiamos uma política de concórdia nacional para que haja uma solução pacífica. Apoiar qualquer dos lados em confronto é criar mais confusão.

*Três meses depois dos encontros de Lusaka, a África do Sul afasta-se cada vez mais do que foi estipulado nos entendimentos com o governo angolano, impedindo, assim, a instauração de um clima de paz na África Austral. Qual a opinião do senhor presidente sobre esta questão?*

— Estamos de acordo com o governo angolano uma vez que foi um compromisso que ambas partes tomaram e, portanto, deve ser respeitado e cumprido. A questão das tropas cubanas em território angolano é uma falsa questão que não tem nada a ver com o acordo. A sua permanência ou retirada só diz respeito ao governo angolano, porque ele é soberano.

# Ganhar a batalha do futuro

A quebra da produção interna e a baixa dos preços internacionais do cacau — verdadeiro ganha-pão do país — são responsáveis pelas dificuldades do presente

*Carlos Benigno da Cruz\**

Da ilha do Sal, em Cabo Verde, até S. Tomé são cinco horas de voo. O avião partirá de Lisboa às duas horas e meia da madrugada e encontrara, três horas depois, o nascer do Sol da ilha caboverdiana, em breve escala. Para quem parte de S. Tomé, ou para lá vai a partir de Lisboa, esta é uma nova rota aérea só possível através dessa coisa mágica chamada cooperação.

Muito isolada nos tempos do colonialismo<sup>1</sup>, a República Democrática de S. Tomé e Príncipe debate-se, ainda hoje, com todos os problemas decorrentes da sua insularidade. Até há pouco tempo a única saída do país era para Luanda, que a TAAG assegurava duas vezes por semana, isto sem contar com fugazes ligações com Libreville (Gabão). Com a criação da carreira da TAP Lisboa-S. Tomé, uma vez por mês, com escala na República de Cabo Verde, a RDSTP viu assim melhoradas substancialmente as suas saídas para o exterior.

Só a melhoria de relações entre os governos de Lisboa e S. Tomé tornou possível a criação desta carreira, cujos lucros, de momento, são de natureza política. Com efeito, a carreira terá, segundo a TAP, um prejuízo anual de cerca de 80 mil contos (cerca de 500 mil dólares). Todavia, era fundamental esta ligação, tornando desnecessário escalar Luanda e possibilitando o incremento de deslocações de viajantes de ambos os lados.

Para o ministro da Cooperação santomense, Carlos Tiny, a abertura da carreira mensal Lisboa-S. Tomé é apenas a primeira etapa do processo. Para o ministro, a carreira da TAP poderá vir a ser rentável, tornando possível a sua periodicidade semanal, à medida que se incrementarem as relações comerciais entre os dois países.

Aliás, dia em que chega o avião da TAP é dia especial no aeroporto de S. Tomé. Há a habitual romagem para se ver quem chega e sentir pelo menos a presença daquela "porta" tão importante para os ilhéus.

Se aparentemente nada mudou no aspecto do aeroporto desde 1975, em que lá descemos para ir assistir, em 12 de Julho, às cerimónias da independência, muito se alterou no seu funcionamento. O controlo de passageiros é hoje muito rigoroso, seja no que se refere a passaportes, vistos, bagagens, mas também à entrada de divisas estrangeiras. Refira-se que ao antigo escudo santomense sucedeu a moeda nacional, a dobra, que vale no mercado oficial de câmbios cerca de três escudos e cinquenta centavos portugueses.

Quase dez anos passados sobre a independência do país, que



Uma paisagem com excelentes condições naturais para o turismo

\* Jornalista português e autor do livro "S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência".

<sup>1</sup>Sobre a história e a realidade actual de S. Tomé e Príncipe ver também cadernos nº 44, Maio 1982.

mudanças? Muitas. Mas a principal prende-se com as velhas roças coloniais do cacau e do café que são hoje empresas agrícolas do Estado. Elas são, objectivamente, o único ganha-pão do país, onde não foi ainda possível alterar o regime de monocultura daqueles produtos.

Fomos à Empresa Agrícola Agostinho Neto (antiga roça Rio do Ouro), à Colónia Açoriana, à Milagrosa, à Monte Café. Aparentemente nada mudou ali, mas tudo mudou. Pois se até já foi instituído o trabalho voluntário e cívico que mobiliza estu-

dantes e funcionários para ajudar nas colheitas!

A República Democrática de S. Tomé e Príncipe é hoje um país não-alinhado, cujas opções vão para a via socialista de desenvolvimento, sob a direcção do MLSTP, o movimento de libertação no poder, hoje assumido como uma frente anti-imperialista e anti-necolonialista.

Como nos diria o ministro da Informação e da Justiça, Manuel Vaz, "somos não-alinhados, o que significa termos uma política independente dos blocos". E acrescentou: "Temos relações

com todos os países do mundo. E pensamos com a nossa própria cabeça. Temos relações com a URSS e Cuba, mas também com a Grã-Bretanha e a Noruega. Ou com Portugal. Programaticamente estamos de acordo com o socialismo. Mas o socialismo não se constrói em dois dias e por decreto".

De visita às antigas roças ouvimos falar com frequência da baixa de produção, assunto de certa gravidade num país que vive essencialmente das divisas da venda do cacau e do café no mercado internacional. Assinale-se: an-

## DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE DO CACAU

Para se avaliar até que ponto S. Tomé e Príncipe continua dependente do cacau, basta afirmar que o sector cacauero é responsável por 90% das exportações do país e contribui em cerca de 75% para o valor global da produção do sector agrícola.

Com uma produção anual entre 9 e 11 mil toneladas no início da década de 70, S. Tomé e Príncipe tem conhecido, de então para cá, uma quebra sucessiva na produção de cacau, cujo montante actual não deverá ultrapassar 1/4 ou 1/5 daquela cifra.

Várias são as razões: fuga dos técnicos portugueses que trabalhavam nas 40 roças existentes durante o período que antecedeu a independência, com a consequente desorganização do processo produtivo; envelhecimento das plantações<sup>1</sup>; a seca que entretanto atingiu a região e que começou a fazer sentir os seus efeitos a partir de 1978; a falta de insecticidas e fertilizantes ou a desajustada utilização dos mesmos<sup>2</sup>; e, por último, mas não menos determinante, a secular dificuldade de adaptação do homem de S. Tomé e Príncipe ao trabalho do cacau, historicamente ligado à escravatura.

Como se todos estes factores negativos já por si não bastassem, as cotações internacionais do cacau conheceram entre 1980 e 1982, uma acentuada quebra. Os reflexos desta situação nas balanças comercial e de pagamentos do jovem país africano depressa se começaram a fazer sentir. Essa situação tem impedido o desenvolvimento das ilhas e das suas populações e tem agravado a situação económica e financeira do país. A de-

pendência do exterior acentuou-se não só por via daquilo que o país importa, mas sobretudo pelos capitais que necessita angariar no estrangeiro para o seu desenvolvimento económico e social.

O plano para os anos 82 a 85, em execução, dá uma especial atenção ao sector cacauero, estando previsto que até o final daquele período sejam plantados novos pés em cerca de 4.000 hectares. (Os novos pés provêm de três viveiros entretanto criados em Monte Café, Monte Figo e Água Izé.)

Durante esse período o Estado santomense prevê gastar 1 milhão de contos (6,25 milhões de dólares) nos trabalhos de renovação dos cacaueros. Segundo refere o Plano Perspectivo, "as plantações de cacau em produção deverão assegurar, durante o período de 1982-1985, através da realização qualitativa de todas as operações tecnológicas, um rendimento não inferior a 380 kg/ha<sup>3</sup> e produzir 27.860 toneladas de cacau fino para exportação". Mas muito embora se esteja a meio da sua execução ainda não se conhecem dados estatísticos que comprovem o seu integral cumprimento ou os eventuais desvios verificados. (Baptista da Silva)

<sup>1</sup>O cacauero apresenta um período de rotação avaliado entre 30 e 40 anos. Daí que todos os anos se apresente necessário fazer a renovação de 1/30 ou 1/40 das plantações. Segundo dão a conhecer as autoridades santomenses, a renovação das plantações após a independência não foi feita a este ritmo, com os inevitáveis reflexos na quebra do rendimento por hectare.

<sup>2</sup>Em 1976 deu-se uma epidemia de mildio (doença provocada por fungos) que atingiu seriamente as plantações.

<sup>3</sup>A meta proposta é ambiciosa, se se atender que entre 1974 e 1980 a média de rendimento por hectare se queudou pelos 249 kg.

tes de 1974 os proprietários das roças viviam quase todos fora do território. Herdou, assim, S. Tomé e Príncipe uma situação caracterizada pela falta de quadros e gestores. Nos primeiros anos de independência a produtividade baixou devido a esses factores. E, por outro lado, os santomenses sempre se recusaram a trabalhar nas roças, o que constituía uma certa forma de resistência ao regime colonial.

Hoje em dia procura-se em S. Tomé e Príncipe ultrapassar esse problema melhorando a situação. Mas como viabilizar economicamente as empresas? Os dirigentes santomenses estão convencidos que com a colaboração de Portugal isso é possível, pois existem nesse país bons técnicos do cacau. Alguns deles já chegaram a S. Tomé e outros virão.

### Dificuldades nos abastecimentos

Está bem de ver a quem passeie pelas ruas da cidade de S. Tomé que algumas das lojas estão às vezes vazias ou semi-vazias. Há irregularidade no abastecimento e faltam muitos produtos de primeira necessidade como açúcar, feijão, manteiga, leite, sabão, fósforos, medicamentos, roupas, calçados, artigos de higiene, para não se falar noutros produtos como cigarros e acessórios e peças para automóveis.

Território extremamente dependente da agricultura e que importa 90% do que consome, S. Tomé e Príncipe iria ter forçosamente problemas com as oscilações do preço do cacau no mercado internacional (*ver caixa*).

A este propósito disse-nos o ministro da Informação, Manuel Vaz: *"Com o preço do cacau baixo e com a crise internacional torna-se difícil ter o mercado normalmente abastecido. Tomamos medidas para debelar a situação. Desencadeamos uma campanha para se produzir mais os produtos locais. E apesar da seca plantou-se mais. Fizemos*

Airés Cruz



Na opinião do ministro Carlos Tiny é necessário alargar a nova carreira aérea Lisboa-S. Tomé à periodicidade semanal

*um apelo à comunidade internacional para nos ajudar e formos enviados muitos produtos. E vamos continuar a receber essa ajuda, embora este ano já se note melhoria na situação"*.

### Cooperação estrangeira

Na estrada entre o aeroporto e a capital, um oficial cubano comanda um pelotão de soldados santomenses em exercícios de rotina. Ali próximo, num aquartelamento, estacionam cerca de mil soldados das FAPLA, da República Popular de Angola, chamados ao país por expresso pedido do presidente da República, Manuel Pinto da Costa, por razões de segurança interna.

Estes são dois exemplos da presença estrangeira no país, no âmbito da cooperação militar. Mas há também portugueses (especialmente na área do ensino), soviéticos, coreanos, alemães de leste, etc.

Optando pela via socialista de desenvolvimento, é natural que

S. Tomé e Príncipe coopere intensamente com os países socialistas. E foi da União Soviética que veio um radar especial para controlo aéreo e marítimo instalado na Roça Monte Café. Acusada às vezes na Europa de ser uma base ao serviço de estrangeiros, a RDSTP revela não ter nada a esconder. Disse-nos, a propósito, o ministro da Informação: *"Aqui não temos base de ninguém. Temos um radar que compramos aos soviéticos. Sendo base de qualquer potência estrangeira estaríamos a pôr em perigo os nossos vizinhos"*.

Mas S. Tomé e Príncipe reserva um lugar muito especial na cooperação com o antigo colonizador. *"A cooperação com Portugal está-se incrementando. Na primeira fase houve declarações de intenções e hoje esse desejo começa a materializar-se. A visita do presidente português, Ramalho Eanes, abriu portas e temos áreas de cooperação como a agricultura, pescas, turismo e formação de quadros e informação. Portugal está numa situação especial para cooperar connosco. E defendemos com unhas e dentes a língua portuguesa"*, afirma Manuel Vaz.

### Desenvolver o turismo

País que conta apenas com cem mil habitantes, S. Tomé e Príncipe, situado no Equador, é terra de beleza indescritível. A sua paisagem tropical, de vegetação densa, com excelentes praias orladas de coqueiros debruçando-se sobre a areia, é uma autêntica mina para o turismo. Razões várias levaram a que até hoje essa riqueza não tivesse sido aproveitada.

O ministro da Informação santomense revelou-nos que está já feita a opção de desenvolver o turismo. Um turismo selectivo. Assim, com o apoio da Jugoslávia serão construídas diversas unidades hoteleiras e, por outro lado, considera o governo da

RDSTP que a nova carreira aérea Lisboa-S. Tomé é também positiva para incrementar o turismo.

Turismo que poderá ser extensivo à ilha do Príncipe, que é servida de avião três vezes por semana, a partir de S. Tomé. De assinalar que no Príncipe as dificuldades de abastecimento também se fazem sentir, embora esteja muito incrementada a produção de produtos locais.

Os turistas hoje em dia são poucos mas sempre vão aparecendo. Lá os vimos no Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe, instalado num antigo forte da Marinha, debruçado sobre a baía de Ana Chaves. Ele é mais propriamente um museu do colonialismo, pois em diversas salas se recordam, por exemplo, o massacre de Batepá, em 1953, e a vida nas roças coloniais. Lá estão os retratos a óleo do almirante Américo Tomás, general Craveiro Lopes e marechal Carmona,

como exemplos de representantes da opressão colonial. Resistindo ao impulso de destruir estes retratos os santomenses preservam-nos, sem complexos, mostrando-os aos visitantes estrangeiros e aos miúdos das escolas que começam a estudar a sua história sob uma nova perspectiva.

#### A batalha do futuro

*"Miguel Trovoada morreu. Enquanto estava cá na prisão ainda representava alguma coisa. Mas no exílio deixou de ter peso político".* Isto nos dizia uma santomense referindo-se ao antigo primeiro-ministro exilado em Paris. Diga-se que hoje praticamente não há presos políticos e os oposicionistas activos encontram-se no estrangeiro. A Frente de Resistência Nacional de S. Tomé e Príncipe, sediada em Lisboa, tem pouca expressão. E no interior do país não vislumbra-

mos qualquer sinal de oposição.

A vida vai mudando aos poucos. A televisão já chegou e vai para o ar, em regime experimental, aos fins de semana, transmitindo filmes europeus e norte-americanos (sem legendas...), jogos de futebol e programas infantis.

A população, muito alegre e comunicativa, parece encarar o futuro com calma, apesar de algumas dificuldades do presente. O ordenado mínimo nacional é de 2800 dobras, o que sendo pouco não é o principal problema. *"Problema é às vezes encontrar coisas em que gastar o dinheiro"*, diziam-nos.

Com um aumento de produtividade nas empresas agrícolas, S. Tomé e Príncipe pode ganhar a batalha. Dizia-nos, à despedida, o ministro da Informação: *"Contamos com a solidariedade de todos os países do mundo e estamos convencidos que vamos ganhar a batalha do futuro"*. ●



# GEOTRADERS

CONSULTORES E OPERADORES DE COMÉRCIO, LDA.

**Organização especializada  
em operações de comércio  
com Países Africanos.**

- ★ áreas de actividade
- compra/colocação de produtos africanos
- operações triangulares
- exportação
- produtos alimentares
- materiais de construção
- equipamentos agrícolas
- equipamentos industriais
- material de transporte



Av. João Crisóstomo, 32 — 5.º Dt.º — 1000 Lisboa  
Tels. 57 29 29/54 84 07 Telex: 13621 GEOTRA P

# “O apartheid não tem reabilitação”

O ANC enviou à Europa ocidental Joe Jele, membro do Conselho Executivo e responsável pelo Departamento Internacional, numa contra-ofensiva à visita de Pieter Botha

Francisco C. Gomes

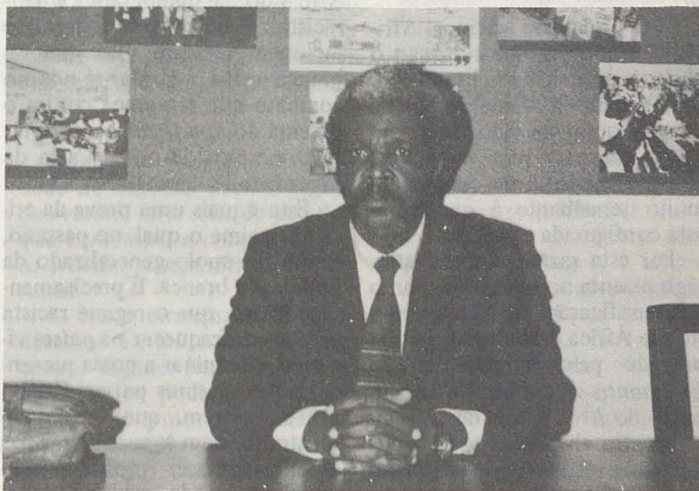
“Não podemos permitir qualquer tipo de reabilitação do regime do apartheid por parte da comunidade internacional...” afirmava em Lisboa, poucas horas antes da chegada de Pieter W. Botha, Joe Jele, responsável pelo Departamento Internacional do ANC, que concedeu esta entrevista exclusiva aos cadernos do terceiro mundo.

A visita do primeiro-ministro da África do Sul à Europa não constitui porém o tema exclusivo da longa conversa com Joe Jele. As relações entre o ANC e a FRELIMO após a assinatura dos acordos de Nkomati, a estratégia político-militar do ANC na presente conjuntura, o significado real da acção diplomática que tem vindo a ser implementada pelo governo sul-africano nos últimos tempos e que culminou com a visita de Botha a sete países europeus — Portugal, Inglaterra, Alemanha Federal, Bélgica, França, Suíça e Itália — foram outros dos temas abordados.

A convite do Comité Português Contra o Apartheid, Joe Jele participou em diversas manifestações de repúdio pelo regime racista e contactou ainda com dirigentes políticos e grupos parlamentares de partidos representa-

dos na Assembleia da República portuguesa.

*Na sequência do acordo de Nkomati, firmado pelos governos de Pretória e da República Popular de Moçambique, alguns órgãos de comunicação social ocidentais têm vindo a noticiar a existência de divergências entre a FRELIMO e o ANC (African National Congress) quanto à oportunidade e, sobretudo, às implicações políticas desse acordo. Estas notícias têm fundamento?*



Joe Jele: mobilizar a opinião pública internacional

— As relações do ANC com a FRELIMO sempre foram fraternas, calorosas e cordiais. Nunca estiveram sujeitas a “alterações repentinas” porque foram forjadas no fogo da luta, ao longo dos anos. A FRELIMO enfrentava então o colonialismo português; por seu turno o ANC combatia, como tem vindo a fazer desde que foi fundado há 72 anos, o regime do apartheid, a brutalidade da discriminação racial. Apesar de todas as dificuldades porque passámos, mantivemo-nos, sempre, estreitamente ligados e solidários. Por isso mesmo, esperamos que o acordo de paz assinado pelo regime de Pretória e a República Popular de Moçambique, em nada venha a afectar as relações entre o ANC e o partido irmão de Moçambique: a FRELIMO.

*Que leitura faz o ANC dos acordos de Nkomati?*

— O ANC entende claramente as razões que levaram a República Popular de Moçambique a assinar esses acordos. Nós sabemos que o governo moçambicano foi forçado, compelido, a assiná-los pela África do Sul e seu aliado: os Estados Unidos. Para tanto, foi utilizada uma ampla combinação de recursos, no-

meadamente: ofensivas diplomáticas, chantagem e sabotagem económicas, a agressão militar directa por forças sul-africanas, sem esquecermos o importante apoio logístico oferecido aos bandidos da RENAMO (sigla com que passou a autodenominar-se o MNR), que têm espalhado a morte e a destruição nesse país. A combinação destes diferentes elementos compeliu as autoridades moçambicanas a assinarem esses acordos.

*Após Nkomati, a FRELIMO e o ANC mantêm os mesmos pontos de vista quanto à problemática da África Austral?*

— A FRELIMO tem sustentado sempre as posições do ANC no seu combate contra o regime do *apartheid*. Apesar de todas as dificuldades que tem enfrentado, Moçambique continua a manifestar a sua frontal oposição a esse regime e a apoiar-nos nos planos político, diplomático e moral. Isso é o que importa.

#### **A luta no interior da África do Sul**

*Dada a nova conjuntura política na região, viu-se o ANC obrigado a modificar, de algum modo, a sua estratégia político-militar?*

— O Congresso Nacional Africano, tendo em consideração o poder económico e militar do regime racista da África do Sul e a pressão que este vinha a desenvolver sobre os países vizinhos, já havia previsto uma conjuntura muito semelhante à que agora está configurada na região.

Por esta razão, a nossa estratégia assenta no desenvolvimento e intensificação da luta no interior da África do Sul. Isto é comprovado pelos ataques que o *Umkhonto we Sizwe* — braço armado do ANC — tem desenvolvido contra alvos do regime racista, numa verdadeira escalada das acções militares.

De qualquer modo, o ANC

nunca adoptou uma estratégia estática. Pelo contrário, a nossa estratégia é dinâmica e vai atingindo gradualmente níveis superiores de luta contra objectivos importantes para as forças do regime racista.

*Isso quanto à estratégia adoptada no plano militar. E a nível da luta de massas?*

— Penso que a influência do ANC no interior do país, desde que foi banido em 1960, nunca foi tão forte como agora. Se nos detivermos para analisar cada manifestação de protesto, cada reunião de massas que, cada vez mais, vão tendo lugar no interior do país, constatamos que aí se desfraldam as bandeiras do ANC por força da consciência popular. Isto, apesar de sermos um partido forçado à ilegalidade.

A esmagadora maioria do povo da África do Sul legalizou, por si só, o nosso movimento e o regime racista nada pode fazer contra esta situação. Um movimento popular deste tipo não pode ser detido. Na África do Sul o ANC está em sua casa e em toda a parte. E o seu documento base, a *Freedom Charter* (Carta da Liberdade), encontra eco em todos os lugares.

Como indício de uma futura África do Sul democrática e não-racista, é importante reter que inclusive sectores da minoria branca estão a juntar-se-nos no combate que travamos contra o sistema do *apartheid* e a adoptar os princípios da nossa Carta da Liberdade.

Esta é mais uma prova da crise do regime o qual, no passado, gozou do apoio generalizado da população branca. É precisamente por isso, que o regime racista procura enfraquecer os países vizinhos e eliminar a nossa presença nesses mesmos países. Esquecem-se, porém, que um movimento que tem as suas raízes nas esperanças mais profundas do povo não pode ser eliminado. Como já anteriormente referi, a

nossa estratégia não assenta no estabelecimento de bases nos países vizinhos. A África do Sul é um país com uma indústria desenvolvida; a melhor estratégia consiste em desenvolver a luta no seu interior.

#### **As reformas constitucionais**

*Coincidindo precisamente com a intensificação das acções militares do ANC, o regime de Pretória, a par de uma importante ofensiva diplomática, prepara-se para proceder a reformas de índole constitucional. Refiro-me nomeadamente à criação dos parlamentos mestiço e indiano. Estas reformas afectarão a unidade do movimento popular anti-apartheid?*

— Não. De modo algum. Acontece que devido ao desenvolvimento da nossa luta no interior, que se veio a intensificar após o levantamento de Soweto em 1976, o regime racista viu-se obrigado a encontrar novos métodos, por forma a adaptar o sistema do *apartheid* às condições impostas pela pressão das massas populares. A nova constituição, que institucionalizará a criação de parlamentos para brancos, indianos e mestiços, mais não significa que um novo modo de perpetuação do regime racista. Porque estes “parlamentos” estarão organizados em bases raciais e não deterão qualquer poder efectivo.

A câmara branca, com poderes e funções extremamente alargadas, ocupar-se-á de todos os assuntos do Estado, afectando todas as comunidades. O “parlamento mestiço” com um estatuto menor, ocupar-se-á exclusivamente de questões secundárias referentes à comunidade dos mestiços. O mesmo se passa em relação ao “parlamento” indiano.

Nós, os negros, que somos 21 milhões e constituímos a maioria da população da África do Sul, ficamos totalmente excluídos de qualquer representatividade





Intensifica-se a luta no interior do país

quando, na verdade, nós é que deveríamos ocupar a maioria dos lugares no parlamento...

O regime argumenta que os direitos da maioria negra são exercidos nos bantustões. Aliás, a política de bantustização, já condenada pela comunidade internacional, continua a ser incrementada. Em suma, a opressão do nosso povo passa também pela manipulação de elementos da maioria negra que se dispõem a participar em pseudo-parlamentos tribais de inspiração racista e que contribuem para a continuidade do sistema.

Contudo é importante salientar que a *United Democratic Front* – UDF (Frente Democrática Unida), fundada em Janeiro de 1983 – cujo objectivo principal consiste na oposição frontal às reformas institucionais do regime – é a maior organização de massas criada na África do Sul desde que o ANC foi forçado à ilegalidade em 1960. A UDF engloba nas suas fileiras elementos das mais diversas correntes ideológicas, religiosas e de diferentes

classes e estratos sociais. Como é óbvio, está aberta a pessoas de todas as raças.

*O ANC considera a criação da UDF como um passo em frente na luta de massas?*

– Absolutamente! O ANC apoia a criação de todo e qualquer movimento em defesa do povo oprimido, originário nas mais diversas formações políticas e sociais, unidas numa plataforma de luta comum contra o racismo e pela liberdade na África do Sul.

*Considera o ANC a possibilidade de negociar com o regime de Pretória uma solução política, que contemple a criação de uma sociedade democrática e não-racial?*

– Neste momento não consideramos a hipótese de negociar com o regime. Pensamos que as negociações poderão acontecer quando tivermos acumulado a força necessária nos planos militar e político. Então, será o próprio regime que virá procurar uma solução negociada.

## Mobilizar a opinião pública europeia

*Esta sua visita à Europa realiza-se quase que em simultâneo com o périplo europeu do primeiro-ministro Pieter Botha. Trata-se exclusivamente de uma contra-ofensiva diplomática?*

– De facto, o nosso objectivo com esta visita é a mobilização da opinião pública europeia, particularmente nos países visitados por Botha, no sentido de reforço do apoio à nossa causa. Consideramos a digressão europeia de Botha uma ofensiva diplomática importante do regime racista, e que visa quebrar o seu isolamento junto à comunidade internacional.

Agora, à luz dos acordos já estabelecidos, Pretória pretende apresentar-se como um paladino da paz na região da África Austral. Contudo, os crimes do *apartheid* no interior da África do Sul e na região continuam a ser cometidos, e mesmo intensificados.

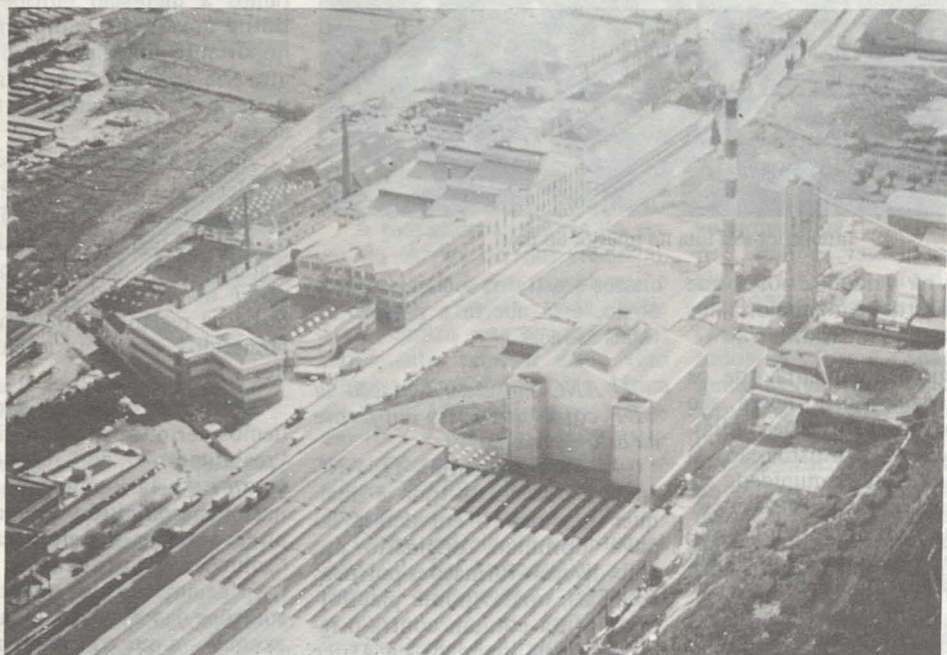
Consequentemente, não podemos permitir qualquer tipo de “reabilitação” do regime do *apartheid* pela comunidade internacional, sobretudo quando ela pode implicar a legitimação de “soluções” institucionais que torpedeiem, inclusivamente, resoluções das Nações Unidas; por exemplo, a que considera o *apartheid* crime contra a humanidade.

Não procuramos a solidariedade somente para com o ANC. Pedimos a vossa solidariedade também para a SWAPO, que se defronta com problemas semelhantes aos nossos e é alvo do mesmo tipo de acções desenvolvidas pelo sistema do *apartheid*, e para os países da Linha da Frente, também eles vítimas da agressão racista e que, como uma vez mais ficou evidenciado na cimeira de Arusha, se mantêm solidários para com as lutas de libertação dos povos da África do Sul e da Namíbia. ●



## COVINA - Companhia Vidreira Nacional, S.A.R.L.

2626 Póvoa de Santa Iria CODEX PORTUGAL • Tel.: 2591525 • Telex: 12843P



ESTABELECIMENTO

- Área Total: 292.426 m<sup>2</sup>. (Fábrica de Santa Iria de Azóia)  
46.189 m<sup>2</sup>. (Fábrica de Póvoa de Santa Iria)
- Área Coberta: 52.229 m<sup>2</sup>. (Fábrica de Santa Iria de Azóia)  
10.000 m<sup>2</sup>. (Fábrica de Póvoa de Santa Iria)

• N.º de trabalhadores: 1.270

Volume de vendas em 1983: 2.853.540  
(Milhares de Escudos)

- Principais produtos

**Vidro plano estirado**, em espessuras de 2 a 10 mm.

**Vidro impresso** branco e de cor em espessuras de 3/4, 5/6 e 9 mm.

**Vidro impresso aramado**, na espessura de 6 mm.

**Vidro temperado "Rochedo"** para

pára-brisas, óculos e laterais de viaturas, para portas de vidro utilizadas na construção civil, para tampas de fogões, etc.

**Vidro givrado**, fosco simples e fosco artístico.

Envidraçados isolantes "CLIMASOL"  
Vidro perfilado "MUROLUX" para divisórias, paredes de construção, mobiliário e decoração.

Mosaicos de vidro "EVINEL" para revestimentos de paredes e pavimentos

- Novos produtos a serem lançados em breve:

**Vidro laminado** (Estratificado) para a indústria automóvel

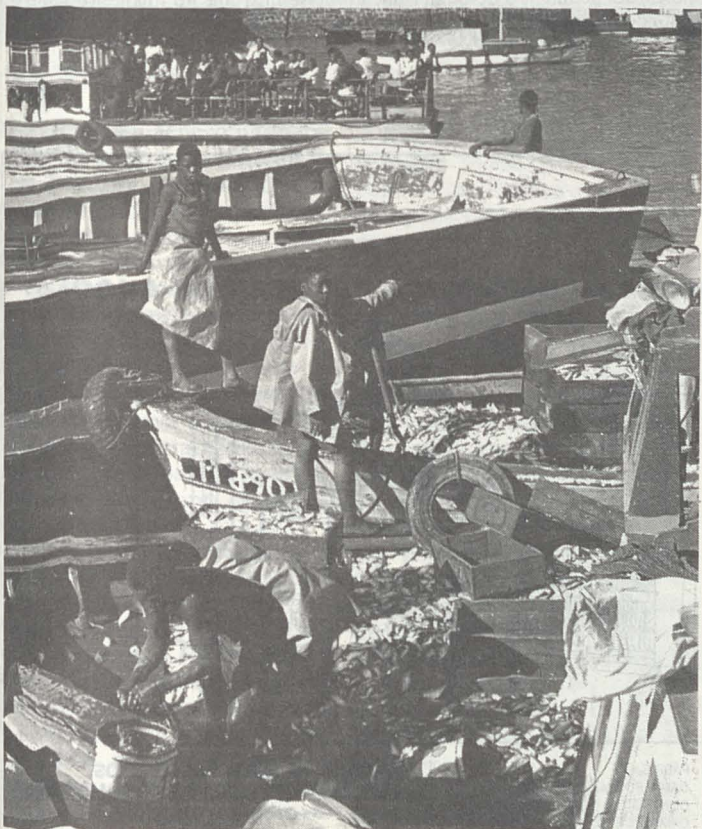
**Vidro float**, na espessuras de 2 a 10 mm.

FACIM 84

# A Feira de maior prestígio na África Austral

Vinte anos após a sua primeira realização, a Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Moçambique continua como o mais importante acontecimento do género da região

*Baptista da Silva*



A FACIM é também uma montra do potencial exportador de Moçambique

Com a presença de mais de setecentos expositores provenientes de 25 países e estendendo-se por uma área superior a 75 mil metros quadrados a FACIM-84 prepara-se para abrir as suas portas, altura em que comemorará o seu 20.º aniversário. Feira industrial e comercial que há vinte anos ininterruptamente se vem realizando na capital moçambicana, a FACIM tem vindo a conquistar um prestígio cada vez maior que se propaga muito para além desta região de África. Em 1970, portanto ainda sob o domínio do colonialismo português, adere à União das Feiras Internacionais (UFI), mas pode-se dizer que é a partir da proclamação da independência de Moçambique, em 1975, que o certame começa a ganhar um verdadeiro reconhecimento internacional, profissionalizando-se cada vez mais e perdendo a pouco e pouco as facetas de diversão que também a caracterizavam. As autoridades moçambicanas não escondem neste particular o seu desejo de que a FACIM se converta cada vez mais num ponto obrigatório de encontro de empresas, homens de negócio e dirigentes políticos de todos os quadrantes geográficos e, ao mesmo tempo, numa grande exposição daquilo que é hoje a realidade económica moçambicana, dos seus novos e tradicionais produtos de exportação e áreas que se consideram prioritárias para o desenvolvimento nacional.

O crescente profissionalismo com que tem sido planeada e organizada, o número cada vez maior de empresas e representações estrangeiras presentes levam a que a FACIM seja já hoje considerada como a mostra de maior expressão e di-

## PORTUGAL A MAIOR REPRESENTAÇÃO DE SEMPRE

□ Nas últimas edições da FACIM a representação portuguesa tem sido inegavelmente a maior e mais representativa entre as estrangeiras. Na edição de 1982 a representação portuguesa arrebatou o primeiro lugar da feira, tendo o ano passado obtido o 2.º lugar, enquanto que o primeiro e o terceiro lugares eram conquistados pela Suécia e pela República Democrática Alemã, respectivamente.

Na FACIM-84 a representação colectiva portuguesa estará presente no pavilhão n.º 2, com uma área coberta de 1335 m<sup>2</sup> e de 287 m<sup>2</sup> de área descoberta, que albergará 132 expositores ligados praticamente a todos os sectores da actividade económica, com destaque, pelo seu número, para as empresas de bens de equipamento e de alimentação e bebidas. Para além desta maciça representação colectiva, são ainda em número de cinco as empresas portuguesas que se farão representar através de pavilhão individual.

O certame deste ano será visitado pelo ministro português do Comércio e Turismo, Álvaro Barreto, estando previsto ainda a instalação no pavilhão português de um estúdio da Rádio Comercial, com o patrocínio do Instituto do Comércio Externo (ICEP) que transmitirá diariamente para Portugal aquilo que de mais importante vier a ocorrer na FACIM deste ano.

Significa esta ampla participação um incremento assinalável nas relações comerciais entre os dois países? Da parte dos empresários portugueses é nítida a esperança acalentada em novos e volumosos negócios com a República Popular de Moçambique. No entanto, fontes moçambicanas por nós contactadas realçavam-nos o facto de as relações comerciais terem entrado numa espécie de "ponto morto" em virtude de não ter sido ainda desbloqueada a linha de crédito de Portugal à R.P.M. no montante de 85 milhões de dólares. Recorde-se que chegou a pensar-se que esse acordo de importante alcance para o comércio entre os dois Estados viesse a culminar a memorável viagem do presidente Samora Machel a Portugal, que ocorreu entre 7 e 12 de Outubro do ano passado (ver cadernos n.º 58).

É, pois, com natural expectativa que é encarada a próxima viagem a Maputo do primeiro-ministro português, Mário Soares. Essa poderá ser muito bem a altura escolhida pelo governo português para anunciar finalmente o desbloqueamento desse instrumento financeiro imprescindível ao incremento do comércio entre os dois países.

(BS)

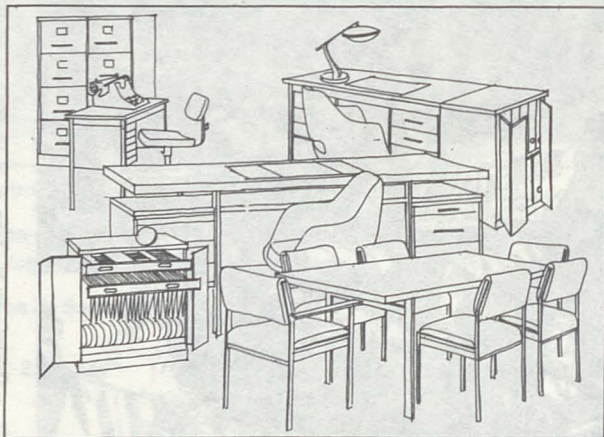


FÁBRICA JERÓNIMO  
OSÓRIO DE CASTRO  
(HERD.) LDA.  
INDÚSTRIA  
DE MOBILIÁRIO

SERVIÇOS COMERCIAIS:  
R. D. ESTEFÂNIA, 177 A/C  
APART. 1412  
☎ 53 88 81 TELEX. 12692  
1012 LISBOA CODEX

FILIAL NO NORTE:  
R. DO BOM JARDIM, 506  
☎ 31 17 46/31 17 80/31 16 40  
31 14 01 - TELEX 22422  
4000 PORTO

### Presente na REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA



**LELLO** **FOC**

SOCIEDADE FABRIL DE MOBILIÁRIO  
E EQUIPAMENTO DE ANGOLA, SARL

FÁBRICA  
CAIXA POSTAL 178 - VIANA  
CONTACTOS COMERCIAIS  
CAIXA POSTAL 1300 - LUANDA  
REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

**Mobiliário para Escritórios  
Escolas, Fabricas, Hotéis e Hospitais**

**Mobiliário Domestico**



Um número muito elevado de representações comerciais estrangeiras visita Maputo por ocasião da FACIM

menção do seu género naquela região do continente africano. E se por um lado há quem aponte como factor impeditivo do seu crescimento futuro os elevados custos de transporte de materiais e maquinaria que os expositores provenientes de fora do continente africano têm de fazer face, também é um facto indesmentível que os custos de reserva de área e de instalação propriamente ditos são dos mais baixos que se conhecem neste tipo de certames.

Por outro lado, o facto de a FACIM se realizar em Maputo privilegia-a extraordinariamente em termos de situação relativamente a outras suas congéneres da África Austral, dado que Maputo, — o mesmo se poderia dizer relativamente à cidade moçambicana da Beira — é ponto de passagem quase que obrigatório para o contacto com o "interland" desta zona do continente africano.

Relacionado ainda com a situação litoral de Maputo e com a interioridade de alguns dos países da região, um dirigente moçambicano declarava-nos: "todo o empresário que vá à FACIM apenas a pensar no mercado moçambicano está a cair num profundo erro, dado que a feira é talvez o local mais adequado de promoção junto de outros mercados daquela zona do continente africano". A reforçar aquela argumentação o mesmo quadro referia-nos o facto de há um tempo a esta parte a FACIM se ter tornado centro de visita quase obrigatória para dirigentes políticos e delegações comerciais de praticamente todos os países da região, mesmo daqueles que não se encontram representados no certame.

A afluência é tal — conferindo a Maputo um bulício e um cosmopolitismo fora do normal — que para a FACIM-84, e para facilidade de

contacto e comunicação com empresários e responsáveis políticos de delegações estrangeiras, os ministros moçambicanos ligados à área económica contam assegurar permanências regulares num esquema de rotatividade no Pavilhão do Comércio Externo de Moçambique. O mesmo se irá passar relativamente a empresários nacionais e directores de empresas públicas moçambicanas que se encontrarão mobilizados para acompanhar intensamente os dez dias da Feira. Da parte de Moçambique há, naturalmente, todo o interesse em facilitar contactos com os expositores presentes na feira, mas, simultaneamente, procurará promover os produtos de exportação nacionais bem assim como dar a conhecer as áreas de investimento prioritárias e para as quais deseja a colaboração de tecnologias e capitais estrangeiros.

□

## SADCC apoia Feira Internacional

Este ano é comemorado o vigésimo aniversário da FACIM (Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Moçambique) que, como o nome indica, começou como uma feira agro-industrial e comercial. Com a proclamação da independência de Moçambique em 1975, o funcionamento da FACIM registou um novo impulso. Graças aos êxitos alcançados junto aos expositores estrangeiros, a área ocupada equivale hoje a cerca de 100 vezes mais que aquela utilizada nos anos 60.

No corrente ano este certame deverá reflectir as comemorações em torno do 20º aniversário do desencadeamento da luta armada de libertação nacional. Além da Feira Internacional, exclusivamente comercial, terá lugar outra mostra de carácter nacional. O seu objectivo será o de proporcionar uma visão geral daquilo que o país conseguiu realizar ou lançar bases em diversos campos relacionados com a sua construção económica.

### Participantes estrangeiros

Até os meados de Junho já estava assegurada a presença de 25 países. Alguns deles pela primeira vez, como é o caso de Cabo Verde, Cuba, Bélgica, Bangladesh e Grécia. Os demais expositores já confirmados na altura são: Zimbabwe, Tanzânia, Swazilândia, Malawi, Checoslováquia, União Soviética, Alemanha Democrática, Hungria, Portugal, Bélgica, Suécia, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, Holanda, Estados Unidos, Itália, França e Índia.

Além destes expositores a nível de governos, existem também as empresas privadas que desejam apresentar os seus produtos. Somente no que diz respeito a

Portugal, há mais de dez empresários que preferiram organizar o seu próprio stand individual. Um terceiro caso que se verifica diz respeito aos homens de negócios que apesar dos seus governos não estarem oficialmente presentes optaram por participar na FACIM.

O nível de organização alcançado por este certame transformou-o no mais importante evento do género entre os realizados no âmbito da SADCC. Outro factor ainda de peso refere-se à posição geográfica da República Popular de Moçambique e às facilidades que oferece o porto de Maputo.

Os países membros da SADCC — segundo frisou Jaime Levi, director da FACIM — têm desenvolvido um grande esforço para participarem neste certame utilizando-o como um instrumento para divulgar as suas potencialidades. Por seu lado, Moçambique instituiu um prémio visando estimular ainda mais esta participação.

Este ano deverão estar presentes como convidados especiais ministros de vários países. Os titulares de pastas relacionadas com o comércio externo são originários da Europa e das capitais que integram a SADCC.

Para valorizar de forma acentuada a exposição e dar ao visitante estrangeiro uma visão do que hoje ocorre em Moçambique na área económica, serão realizadas uma série de palestras preferidas por especialistas do sector. Também participarão nestas conferências representantes de câmaras de comércio com as quais a congénere moçambicana mantém laços de cooperação.

O visitante de outros continentes terá a oportunidade de conhecer aspectos relacionados

com a complementaridade da economia dos países membros da SADCC. Moçambique, por exemplo, que tem a responsabilidade do sector dos transportes, deverá fixar-se neste aspecto. Como nação chave no estabelecimento de um celeiro para a região, o Zimbabwe apresentará a sua produção agrícola, incluindo a indústria voltada para este tipo de actividade. Na área industrial será conhecida a gama de produção que pode complementar as necessidades da África Austral — ressalta Jaime Levi.

### Código de Investimentos

Como tem sucedido nos anos anteriores, durante a próxima exposição dois "dias comerciais" serão dedicados especialmente aos contactos entre expositores e possíveis compradores.

Na feira estarão presentes altos funcionários dos diferentes sectores da economia moçambicana, além de empresários locais, para facilitar o intercâmbio com homens de negócios visitantes. No final do evento haverá uma cerimónia especial durante a qual deverá ser apresentado um balanço dos negócios realizados com Moçambique.

De acordo com Jaime Levi, os responsáveis moçambicanos presentes na FACIM — possivelmente os titulares do Comércio Externo, Plano e o governador do Banco de Moçambique — estarão à disposição dos empresários para esclarecer pontos relacionados com a política de investimentos no país. Até esta altura já deverá ter sido publicado o Código de Investimentos que irá estabelecer normas quanto à presença do capital estrangeiro. Além das informações prestadas no recinto da exposição, prevê-se a realização de visitas a determinadas unidades industriais e outros sectores produtivos abrangidos pela política a ser definida no diploma legal. (Etevaldo Hipólito)

# Consolida-se o processo unitário

Os anos de luta — armada e de massas — forjam a unidade das forças revolucionárias

Pedro Sosa

O movimento revolucionário guatemalteco tem uma longa história de lutas, que vêm do século passado. Mas para o situar dentro dos seus antecedentes mais recentes, pode-se dizer que se gerou com o processo democrático iniciado no país com a revolução popular de 29 de Outubro de 1944. Durante dez anos — até ao derrube de Jacobo Arbenz em 1954 — a Guatemala viveu um processo democrático avançado, com ampla participação popular. A experiência, que teve grande influência e repercussão em todo o continente, foi abortada pela intervenção militar norte-americana com apoio da CIA.

“O governo dos Estados Unidos utilizou um exército mercenário concentrado e armado nas Honduras, aproveitando a submissão do exército guatemalteco e a posição entreguista da oligarquia e da burguesia nascentes”, explica o comandante Pablo Monsanto das Forças Armadas Rebeldes (FAR). “A contra-revolução de 1954 eliminou todos os avanços do processo democrático e conspirou todos os direitos conquistados pelas maiorias”, acrescenta.

A situação permaneceu inalterada até ao início da década de 60, “quando as massas começaram a expressar espontaneamente, através de greves e manifestações de rua, a sua oposição ao

regime entreguista de Ydígoras Fuentes”.

Também no seio da jovem oficialidade crescia a oposição à corrupção e ao entreguismo. Monsanto explica assim: “A utilização do território nacional por parte do governo norte-americano, para o treino de contra-re-



O ex-presidente Jacobo Arbenz

volucionários — derrotados em Playa Girón pelo povo cubano — provocou também um forte descontentamento naqueles sectores do exército. A presença de uma força militar estrangeira foi rejeitada por oficiais que continuaram a lutar na clandestinidade contra o regime. Os seus ideais nacionalistas levaram-nos a tentar o derrube do general Ydígoras. Mas a insurreição fracassou.

Contudo, os oficiais não se renderam e fundaram o Movimento 13 de Novembro, MR-13”.

Paralelamente, face à repressão do governo, o movimento de massas radicalizou-se. “Surge o Movimento 12 de Abril — explica Monsanto — que adere também, posteriormente, à luta armada. Por sua vez, o Partido Guatemalteco do Trabalho, PGT — que participou no governo de Jacobo Arbenz — realizou na clandestinidade o seu III Congresso, juntando-se também à luta armada, a única via para a Revolução na Guatemala”.

Nesse contexto, as Forças Armadas Rebeldes (FAR) surgem, “como o primeiro esforço visando a unificação” de todos os grupos que apoiavam a luta revolucionária. Os seus primeiros comandantes foram: Marco Antonio Yon Sosa (63-64) e Luis Au-



Yon Sosa, 1º comandante das FAR

gusto Turcios Lima (64-66).

“Organizaram-se vários grupos guerrilheiros, principalmente na zona nordeste, nos departamentos de Zacapa e Isabal. Hoje somos uma organização com uma concepção ideológica, política e militar, que contribui, através da guerra popular revolucionária para a libertação definitiva do nosso povo”, afirma o comandante Monsanto.



“O movimento revolucionário guatemalteco reestrutura as suas forças políticas e militares”

### Presença em todo o país

*Qual é a etapa actual da luta de libertação da Guatemala?*

— O movimento revolucionário guatemalteco encontra-se num período de reestruturação das forças militares e políticas. Os Estados Unidos e o Estado guatemalteco aplicam a política de contra-insurreição, reprimindo o movimento revolucionário de diversas formas, com características de genocídio e com métodos brutais. Nos três últimos anos generalizou-se a guerra de guerrilhas a nível nacional. Do ponto de vista militar, isso manifestou-se na proliferação de grupos guerrilheiros. E no plano político, obteve-se uma presença em todo o país, com influência em grandes sectores do povo.

Tiveram influência neste avanço revolucionário factores externos e internos. Entre os factores externos estão a vitória da Revolução sandinista, a ampliação do movimento revolucionário em El Salvador, a agudização das contradições do sistema capitalista mundial e a perda de hegemonia dos Estados Unidos a nível internacional.

Entre os factores internos: o aprofundamento da crise estrutural, a decomposição do sistema

político, a perda de confiança do povo no regime imposto pelos Estados Unidos, a manifestação cada vez mais intensa das contradições no seio do exército e das classes dominantes, e o surgimento da URNG\* como uma alternativa de poder na Guatemala.

*Como se reflecte esse processo no exército regular?*

— O movimento guerrilheiro desferiu golpes no exército atingindo-o internamente, embora sem chegar a constituir uma ameaça real para as suas forças estratégicas. Entretanto, a nova situação obrigou as forças armadas a elevar mais o seu nível técnico e a tomar medidas para superar as contradições produzidas no seu seio pelo processo de luta contra-insurreccional.

Foram forçados a mudar a sua estrutura pela de um exército contra-insurreccional. Deslocaram e dispersaram as suas forças, passando a aplicar uma tática

\* Em Fevereiro de 1982 as forças guerrilheiras constituíram a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) integrada pelas organizações Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), Organização Revolucionária do Povo em Armas (ORPA) e Forças Armadas Rebeldes (FAR).

irregular. Adequaram os seus comandos à nova situação. Centralizaram no estado-maior todas as operações de contra-insurreição, através dos comandos tácticos formados com esse fim e descentralizaram o comando mantido anteriormente pelas brigadas e as bases militares.

Isso gerou grandes contradições. Na medida em que o movimento guerrilheiro, através da concentração das suas forças, realizar operações com unidades grandes, o exército ver-se-á obrigado a tornar a operar com unidades cada vez maiores. Irá desaparecer com isso a sua actividade irregular. Deverão regressar às estruturas de exército regular, terão de adaptar novamente os seus comandos e as divergências internas serão cada vez mais agudas.

Do ponto de vista político e militar, com a aplicação da guerra psicológica e de métodos dos serviços de informações e contra-insurreição, o exército conseguiu calcular a capacidade táctica do movimento guerrilheiro e tem tratado de aplicar medidas visando a sua neutralização.

*Qual foi a repercussão de tudo isso a nível popular?*

— A política repressiva atingiu o movimento de massas, que neste momento está muito reduzido depois dos golpes recebidos. A população está submetida a medidas rigorosas de controlo.

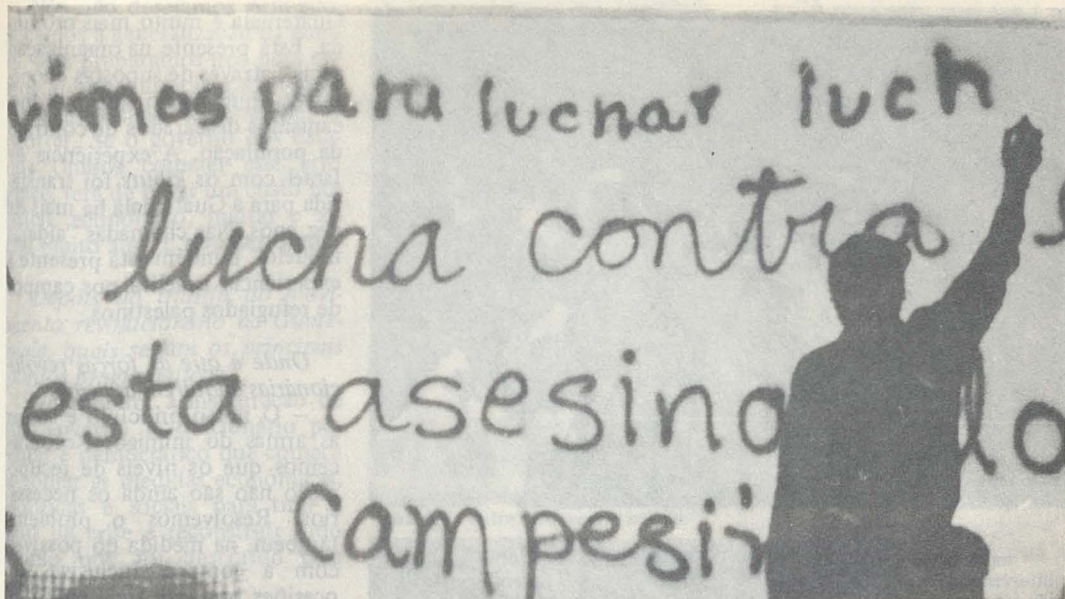
*Quais são as medidas que estão sendo tomadas pelo movimento revolucionário para enfrentar essa situação?*

— Concentram-se forças e são desfechados golpes significativos.

*Qual é a política dos Estados Unidos em relação à Guatemala?*

— Washington está a procurar, especificamente na Guatemala, em resolver os problemas e as





“O processo unitário é irreversível, embora seja necessário construí-lo na prática, dia a dia”

contradições no seio das classes dominantes, do exército e dos sectores políticos tradicionais. Os seus planos vão de armadilhas eleitorais a golpes de Estado e assessoria política, de “ajudas económicas” à intervenção militar, caso a evolução da situação o torne necessário.

#### *E as forças democráticas?*

— O movimento democrático, desmembrado e desarticulado, mantém no entanto, expressão, principalmente no exterior. Porém, essa situação fez com que a influência junto a alguns sectores da população esteja reduzida.

#### **Perspectivas da luta revolucionária**

#### *Quais são as perspectivas político-militares da luta revolucionária?*

— O movimento revolucionário nunca teve na sua história tantos recursos e possibilidades para desenvolver a guerra popular.

Do ponto de vista político, é necessário que as grandes maiorias do nosso povo estejam uni-

das em torno de um programa revolucionário.

No plano militar, a partir da concentração de forças e da unificação de uma tática comum para todo o movimento guerrilheiro, é necessário assentar fortes golpes ao inimigo que o obriguem a abandonar partes do território e população. Para isso tem de se chegar à criação de comandos conjuntos da URNG. Só dessa maneira poderemos dar o salto qualitativo, mudando a nosso favor a correlação de forças.

É assim necessário homogeneizar o pensamento revolucionário, procurar a coesão em torno da solução dos problemas fundamentais, com base em objectivos táticos comuns, políticos e militares. Entre as grandes maiorias do povo guatemalteco existe a disposição de lutar até vencer. Mas ainda falta que a vanguarda revolucionária se coloque à altura das necessidades e das suas possibilidades.

O inimigo está envolvido em múltiplas contradições que se aguçarão ainda mais se desenvolvermos uma dinâmica diferente e conseguirmos triunfos decisi-

vos sobre as forças inimigas. Isso é possível e estamos nesse caminho.

#### *Qual é a etapa actual do processo de unidade do movimento revolucionário?*

— Com a constituição da URNG e a elaboração de um programa revolucionário, patriótico, popular e democrático chegou-se a um acordo político. Esse acordo expressa-se na convergência sobre a necessidade de desenvolver a guerra popular revolucionária.

O processo unitário é irreversível, embora seja necessário continuar a construí-lo na prática, dia a dia.

O governo norte-americano e os outros aliados da reacção guatemalteca têm por objectivo amedrontar os vacilantes e estão empenhados em destruir o processo unitário. Mas enfrentaremos qualquer subterfúgio ou manobra.

Para resolver as divergências internas não existem soluções já prontas. Contudo, sem a unidade revolucionária, sem a unidade de todo o povo, a vitória é impossível.



“A política repressiva e intervencionista não é o caminho para as classes dominantes atingirem os seus objectivos”



vel. É preciso fugir dos esquemas e das ideias dogmáticas. A dialéctica foi descoberta para sermos criativos, para construir e não para destruir. Concretamente, as FAR realizam esforços visando a contribuição, da melhor maneira possível, ao processo de unidade das forças revolucionárias e de todo o povo.

#### O apoio de Israel

*Diversas fontes acusam Israel de ser um dos maiores fornecedores de armas ao regime guatemalteco. Que pode nos dizer a esse respeito?*

— Israel é, de facto, um dos mais estreitos aliados do regime

guatemalteco. A sua ingerência vai muito mais além da ajuda e do assessoramento em matéria militar e de informações. O armamento do exército guatemalteco é fundamentalmente israelita (espingarda “Galil” e pistola-metralhadora “Uzig”). O principal avião na luta contra a guerrilha é o “Aravá”. O treino dos Kaibiles (tropa de elite) baseia-se, em grande medida, na “experiência” dos soldados israelitas contra o povo palestino e os povos árabes em geral. O serviço de informações e contra-informações actua com computadores instalados no Palácio Nacional, um sistema que é também produto da tecnologia do sionismo. Mas a penetração israelita na

Guatemala é muito mais profunda. Está presente na organização social, através de supostas cooperativas, que não o são, mas mecanismos descarados de controlo da população. A experiência de Israel com os *kibuts* foi transferida para a Guatemala há mais de dez anos. Nas chamadas “aldeias modelo” também está presente a experiência israelita nos campos de refugiados palestinos.

*Onde é que as forças revolucionárias adquirem as armas?*

— O nosso princípio é tomar as armas do inimigo. Reconhecemos que os níveis de recuperação não são ainda os necessários. Resolvemos o problema também, na medida do possível, com a compra. Inclusive, em ocasiões bastante frequentes, fazemo-lo através dos próprios militares guatemaltecos.

*De que forma influem no movimento revolucionário guatemalteco os acontecimentos da América Central?*

— A política dos Estados Unidos — que apoia e alimenta a contra-revolução na Nicarágua, mantém e assessora o governo e o exército salvadorenho, ocupa militarmente as Honduras e apoia a ditadura guatemalteca — dá certa segurança às classes dominantes no nosso país convencendo-as de que poderão deter o movimento revolucionário. Mas, ao mesmo tempo, contribui para aguçar as contradições. As acções de Reagan estão a gerar uma consciência nacional.

Por outra parte, os êxitos já alcançados pela Revolução Sandinista — tanto económica, política, social como militarmente — somados ao avanço do movimento revolucionário salvadorenho, fortalecem a disposição de luta do nosso povo. Amplos sectores das classes dominantes convencem-se que a política repressiva e intervencionista não é o caminho para atingir os seus objectivos.

Nós não desejamos nem provocamos a generalização da guerra. Mas preparamos-nos para enfrentar uma intervenção militar norte-americana se esta vier a ocorrer. Se o governo dos Estados Unidos cometer esse erro grave, terá de pagar um custo político, económico, militar e social muito alto. E será derrotado.

*Depois do triunfo do movimento revolucionário na Guatemala, quais seriam os principais pontos programáticos?*

— Primeiro, a instauração de um governo revolucionário popular e democrático que comece a tomar as medidas económicas, políticas e sociais para tirar o país da crise e reconstruir tudo aquilo que foi destruído pela guerra.

Restaurar todos os direitos políticos de participação do nosso povo, dando liberdade de organização às grandes maiorias. Assumir uma política internacio-



“A revolução garantirá a igualdade entre indígenas e nativos”

nal de não-alinhamento, de relação com todos os países do mundo, abstraindo do sistema político e económico que eles tiverem.

A partir daí, a realização dos restantes pontos programáticos da URNG:

1. “A revolução porá fim à repressão contra o povo e garantirá aos cidadãos a vida e a paz, supremos direitos do ser humano.”

2. “A revolução assentará bases para solucionar as necessidades fundamentais das grandes maiorias do povo, ao acabar com o domínio económico e político dos repressores nacionais e estrangeiros que governam a Guatemala”.

3. “A revolução garantirá a igualdade entre indígenas e nativos, acabando com a opressão cultural e com a discriminação”.

4. “A revolução garantirá a criação de uma nova sociedade onde estejam representados no governo todos os sectores patrióticos, populares e democráticos”.

5. “A revolução garantirá a política de não-alinhamento e de cooperação internacional que os países pobres necessitam para se desenvolverem no mundo de hoje, sobre a base da autodeterminação dos povos”.



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO  
DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO  
COM PAÍSES DE EXPRESSÃO  
PORTUGUESA

Seminários de Gestão

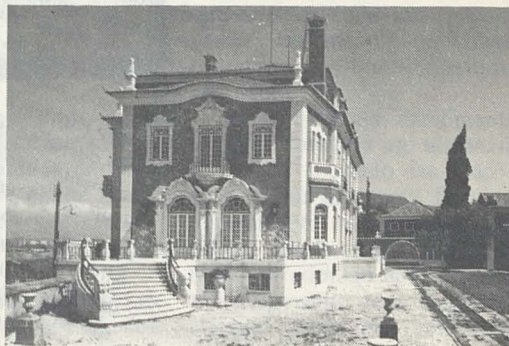
Cursos de Formação Profissional

Consultoria em Recursos Humanos

Organização Administrativa

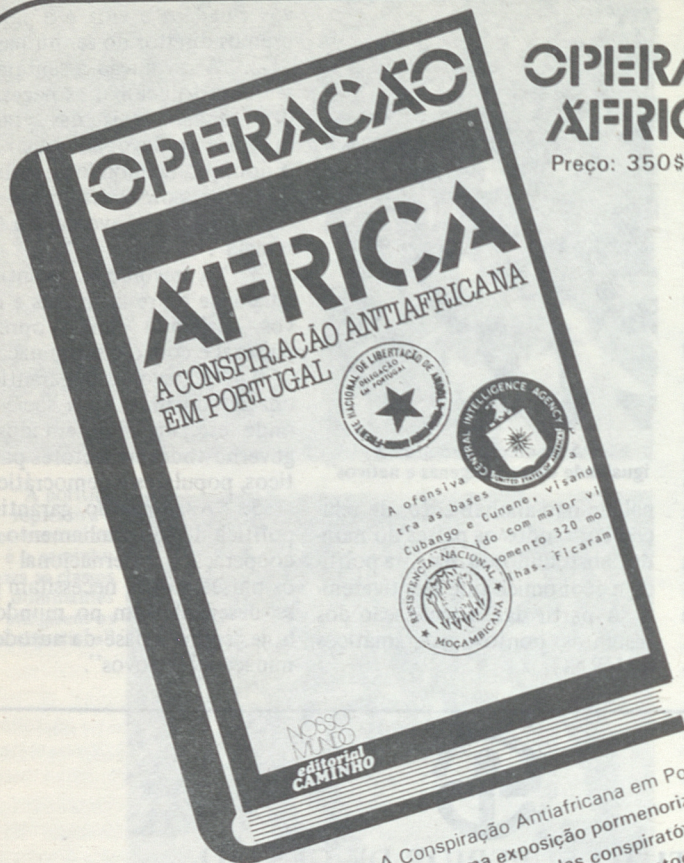
Estágios de Formação Teórico-Prática

Formação “in job”



Estrada da Ameixoeira, 114 e 116 1700 LISBOA

Telefones: 7583849 7583811/2



## OPERAÇÃO ÁFRICA

Preço: 350\$00

Operação África. A Conspiração Antiafricana em Portugal, apresenta ao leitor uma exposição pormenorizada, rica, multifacetada, das actividades conspiratórias desenvolvidas em Portugal pelos grupos fantoches africanos das antigas colónias portuguesas. Os autores do livro, Fernando Semedo e João Paulo Guerra, jornalistas portugueses bem conhecidos do leitor, fizeram uma aprofundada investigação jornalística, que mostra de forma evidente a ligação desses grupos com a CIA e o BOSS (serviços secretos sul-africanos), bem como, antes do 25 de Abril, com a PIDE. Uma atenção especial é dedicada ao esclarecimento do papel da direita portuguesa, e nomeadamente de alguns governantes após o 25 de Abril, no quadro da conspiração contra os actuais regimes democráticos dos países africanos de expressão portuguesa. Operação África é um livro de denúncia, e também uma reportagem viva e plena de actualidade sobre um tema central da vida política portuguesa de hoje.

na estrada do futuro

**editorial  
CAMINHO**

## “A conspiração anti-africana em Portugal”

# Um livro útil e oportuno

Uma reportagem sobre os meandros da actividade conspiratória contra África e que lembra o “quem é quem” dessa “operação”

Foi publicado recentemente em Lisboa um livro que chegou às bancas no momento oportuno: “Operação África. A conspiração anti-africana em Portugal”, dos jornalistas Fernando Semedo e João Paulo Guerra. A sua leitura é muito útil para quem pretenda compreender o estado actual das relações entre os governos angolano e português.

Essas relações atingiram ultimamente uma fase de tal modo crítica que, segundo alguns observadores, estiveram à beira do rompimento diplomático. A gota que ia fazendo transbordar a água do copo aconteceu em Maio passado quando a televisão portuguesa se preparava para exibir uma reportagem sobre a UNITA que incluía uma longa entrevista com Jonas Savimbi. Através dos canais diplomáticos, o governo angolano protestou energicamente e por interferência do próprio primeiro-ministro, Mário Soares, a transmissão foi suspensa, ou, conforme justificativa da administração da RTP, “adiada por efeitos de programação”. Certos meios políticos e de imprensa portugueses levantaram



uma onda de protestos contra aquilo que classificaram de “atentado à liberdade de informação” e o governo de Soares foi acusado de se ter deixado sujeitar a pressões do governo de Luanda.

Estes indignados protestos escamotearam, entre outros, dois dados importantes referidos na própria imprensa portuguesa. A equipa da RTP entrou ilegalmen-

te em território angolano pela Namíbia, portanto, com apoio da África do Sul que ainda ocupa o sul de Angola; a reportagem, segundo já se sabia nas redacções da capital portuguesa, era uma espécie de “promoção” da organização de Savimbi efectuada com meios de duvidosa origem que o seu controverso autor nunca conseguiu explicar convincentemente. Por outro lado, era natural que o governo angolano não pudesse deixar de associar a transmissão dessa reportagem na televisão estatal portuguesa como um novo episódio da campanha anti-angolana movida pela comunicação social portuguesa de direita.

Também em Maio, e a propósito do julgamento de traficantes de diamantes que decorria em Luanda e no qual 58 dos 124 réus envolvidos são de nacionalidade portuguesa, alguns jornais de Lisboa não hesitaram em afirmar que o maior processo judicial da história da RPA seria o pretexto montado pelas autoridades angolanas para colocar Portugal no banco dos réus e preparar a ruptura com o ex-colonizador. Nessas violentas diatribes foi também ignorado o facto de que entre os acusados angolanos se encontravam, além de vários tripulantes da TAAG (Linhas Aéreas Angolanas), um oficial superior das FAPLA e dois membros do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, o que torna estranha essa “preocupação” do governo de Luanda em criar o “bode-expiatório” português.

Ainda em Maio, ao comentar numa entrevista a um semanário de Lisboa o estado das relações entre o seu governo e Portugal, o presidente José Eduardo dos Santos declarou que elas se tinham deteriorado após a formação do governo de Soares tendo atingido a sua pior fase desde sempre. Para ouvir a resposta do lado português, o jornal em questão entrevistou na edição se-

guinte o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, o que foi considerado em editorial da agência noticiosa oficial angolana, *ANGOP*, uma manobra desleal de deplorável ética jornalística.

Os motivos do desagrado repetidas vezes manifestado pelas autoridades angolanas sobre a forma como os assuntos do seu país são abordados em Portugal não se dirigem apenas aos reflexos neo-colonialistas detectados em determinados sectores da comunicação social da ex-metrópole.

Eles vêm sobretudo da liberdade de movimentos, apoios declarados e da impunidade de que usufruem os agentes das organizações anti-angolanas no interior das fronteiras portuguesas nos últimos anos. Esses elementos da contra-revolução angolana ou moçambicana e também cabo-verdeana, guineense e santomenense dispõem muitos deles de passaportes portugueses embora se declarem de nacionalidade africana, têm escritórios com endereço, telefone e código postal que exibem livremente e dão conferências de imprensa previamente anunciadas, sem terem de

recorrer a qualquer tipo de disfarce. Alguns desses encontros com jornalistas são por vezes proibidos pelas autoridades portuguesas, mas na ausência de vigilância policial acabam normalmente por se realizar sem dificuldade de maior para os seus promotores.

O último desses casos deu-se em 19 de Junho passado num hotel de Lisboa com um auto-denominado "delegado para a Europa" da RENAMO (com passaporte português), organização militar anti-moçambicana promovida pela África do Sul. A conferência de imprensa foi interrompida pela polícia mas continuou tranquilamente minutos depois, em redor da mesa de um café.

Todo o intrincado aparelho que liga em Portugal, grupos de pressão, antigos colonos saudosistas, homens-de-mão na comunicação social, ex-agentes da PIDE, políticos de direita, e "pombos correios" da CIA ou do BOSS, a essas organizações contra-revolucionárias africanas, não é de criação recente. Tem origens e raízes que vêm do início da revolução do 25 de Abril de 1974 e noutros casos do período colonial. Os seus mentores e financia-

dores podem ser antigos grandes colonos que em Portugal ou no estrangeiro conservam ainda muito do seu poder para conspirar.

Quando a memória da imprensa ou da opinião pública são curtas convém avivá-las, retomando nomes e factos que foram manchetes de jornais no passado recente, mas depois esquecidos na torrente dos acontecimentos. É este o grande mérito e utilidade de "Operação África".

Ao longo das 100 páginas do seu livro, Fernando Semedo e João Paulo Guerra, relacionam centenas de nomes, siglas, organizações, empresas de cobertura, acompanham os percursos de nebulosas personagens, num paciente trabalho de investigação. Mais do que a revelação de factos novos, ligam-nos e esclarecem.

Entre várias, uma conclusão se retira da leitura deste documento: a evidência da união íntima entre muitas fases da conspiração anti-africana e a acção contra a revolução portuguesa do 25 de Abril.

Cara e coroa da mesma moeda que, como dizem os autores, juntam "amigos de longa data". (Carlos Pinto Santos). ●

cadernos do

# terceiro mundo

## Portugal

anual (12 números) ..... 650\$00  
 semestral (6 números) ..... 400\$00

Espanha (12 números) ..... 900\$00

## Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe  
 23 dólares USA,

Restantes Países ..... 28 dólares USA

## Assinaturas

### Contacto telefónico directo Portugal/Angola

Uma curta conversa entre o ministro do Equipamento Social de Portugal, Rosado Correia e o ministro angolano dos Transportes e Comunicações, Bernardo de Sousa, marcou no dia 9 de Julho último o início da ligação telefónica directa entre Portugal e Angola.

O tráfego de telecomunicações de Portugal para Angola, é feito pela companhia portuguesa "Radio Marconi", via satélite "Intelsat", a partir do Centro de Telecomunicações de Sintra.

Este sistema põe fim ao anterior que consistia na marcação prévia de uma chamada de Portugal para Angola, e que ainda vigora no sentido Luanda-Lisboa.

Portugal junta-se assim à Bélgica e ao Brasil, países cuja ligação telefónica é directa, porém mantem-se ainda a marcação prévia de Angola para esses países.

Estiveram presentes à inauguração da ligação telefónica directa o embaixador de Angola em Lisboa e o director da empresa angolana de telecomunicações (EPTTEL).

### Prensa Latina comemora seus 25 anos

A agência cubana de notícias *Prensa Latina* comemorou a 16 de Junho passado, os seus 25 anos de fundação, reunindo em Havana um grande número de directores de agências de notícias e outros jornalistas, cujos órgãos em que trabalham são usuários dos seus serviços.

Na sessão comemorativa, em que estiveram presentes, além dos directores e funcionários da PL, os ministros cubanos, Isidoro Malmierca, dos Negócios Estrangeiros e Armando Hart, de Educação, o secretário de Imprensa do governo mexicano, sr. Alonso, e outras autoridades, foi posto em relevo o êxito da *Prensa Latina*, que hoje tem os seus serviços implantados em dezenas de países, em todos os continentes.

Simultaneamente com os actos comemorativos, PL reuniu os seus correspondentes no exterior, realizando com os mesmos uma avaliação do trabalho.

### Moçambique: AIM inaugura serviço de telefotos

A agência informativa moçambicana AIM inaugurou um serviço de distribuição de telefotos com equipamentos próprios instalados na sua sede em Maputo.

A primeira foto, com a imagem de uma menina ferida pelos bandos armados em Namaacha,

foi transmitida por linha telefónica ao diário sul-africano *Beeld*, por volta das 9,30 h do dia 12 de Junho passado. O equipamento para a transmissão de telefotos foi financiado pela organização canadiana Cuso (*Canadian University Service Overseas*) com o apoio dos *Afrika Groups* da Suécia, grupos militantes que participam também na cooperação para o desenvolvimento do departamento fotográfico da AIM.

A aquisição do equipamento representa para a agência moçambicana um passo importante na sua automatização e na prestação de serviços.

### Sri Lanka: proibido o emprego de pseudónimos

A decisão do governo de Sri Lanka de proibir o uso de pseudónimos nos meios de comunicação e na imprensa escrita provocou uma onda de críticas dos jornalistas independentes da ilha.

O governo decidiu emendar a lei do Conselho de Imprensa de 1973 a fim de obrigar os jornais e revistas, impressores e editores, a publicar todos os artigos com o nome do seu autor. O porta-voz governamental, Anandatissa de Alwis, declarou aos jornalistas que a decisão do governo foi resultado de muitos protestos recebidos por declarações irresponsáveis publicadas pelos diários sob pseudónimo.

A emenda que agora deverá ser aprovada pelo parlamento considera um delito qualquer escrito publicado sob pseudónimo. As infracções a esta nova norma têm prevista como pena máxima uma multa de 2.000 rúpias de Sri Lanka (80 dólares) ou um ano de prisão, ou ambos. Os impressores e editores podem também ser considerados responsáveis.

O diário independente em língua inglesa *The Island* considerou a decisão "outro golpe à liberdade de imprensa". A lei do Conselho de Imprensa foi estabelecida pelo governo da ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike.

*The Island* acusou o regime de querer controlar a imprensa e afirmou que esta lei servirá para silenciar os críticos que no interior do governo empregam o pseudónimo para expressar suas opiniões. O *Sun*, outro jornal independente em língua inglesa, afirmou que "na realidade a lei é, na sua essência, uma afronta ao processo democrático e à garantia de poder expressar livremente as opiniões". O diário conclui advertindo que a nova lei "terá inegavelmente um novo impacto sobre a própria imagem democrática do governo e dos ideais que lutou por estabelecer no país".

# QUANDO EDITAMOS, PENSAMOS EM SI

Por isso lhe apresentamos obras que vão do livro prático ao didáctico, passando pela ficção científica, pelo policial, pelas grandes obras de literatura e pelos livros infanto-juvenis.

Escolha o seu entre os lançamentos do último semestre

## LIVROS PRÁTICOS

- 1 - Doenças de Cães e Gatos Transmissíveis a Crianças 350\$  
*Prof. Silva Leitão*
- 2 - Como Tratar o Seu Filho com a Simples Pressão de Um Dedo 495\$  
*Dr. Tan Poh Choon*
- 3 - A Contracepção em 10 Lições 420\$  
*Jacqueline Kahn-Nathan*

## MEDICINA E SAÚDE

- 4 - Anestesia, Reanimação e Cuidados Intensivos 560\$  
*D. Campbell e Alastair A. Spence*
- 5 - Manual de Farmacologia 670\$  
*Eduardo M. P. Gomes*
- 6 - As Doenças Venéreas 380\$  
*Prof. Paul Laugier*
- 7 - O Cancro 380\$  
*Prof. Gustave Riotton*
- 8 - Manual Médico da Família 530\$  
*David Kellett Carding*

## CIÊNCIA E TÉCNICA

- 9 - A Microelectrónica 295\$  
*John Shelley*
- 10 - O Audiovisual 260\$  
*Jean-Jacques Matras*
- 11 - História da Geografia 295\$  
*René Clozier*

- 12 - O Sono e o Sonho 260\$  
*Charles Kayser*
- 13 - História do Teatro 260\$  
*Robert Pignarre*
- 14 - Os Direitos do Homem 260\$  
*Jacques Mourgeon*

## GRANDES OBRAS

- 15 - O Silmarillion 590\$  
*J. R. R. Tolkien*
- 16 - O Despir da Névoa 460\$  
*José Manuel Mendes*
- 17 - O Pacto - I 890\$
- 18 - O Pacto - II 890\$  
*James A. Michener*
- 19 - Ventos de Guerra - I 415\$
- 20 - Ventos de Guerra - II 415\$  
*Herman Wouk*
- 21 - Caetés 260\$  
*Graciliano Ramos*
- 21 - Um Perigoso Entardecer 390\$  
*James Jones*

## ROMANCES POLICIAIS

- 23 - Castigo Adiado 200\$  
*C. S. Forester*
- 24 - Um Estudo em Escarlata 190\$  
*Sir Arthur Conan Doyle*
- 25 - Receita Diabólica 230\$  
*Ellery Queen*

## FIÇÃO CIENTÍFICA

- 26 - Robot Completo - I 590\$
- 27 - Robot Completo - II 600\$  
*Isaac Asimov*

- 28 - 2010, Segunda Odisseia 570\$  
*Arthur C. Clarke*
- 29 - O Dia depois de Amanhã 235\$  
*Robert A. Heinlein*

## TEMPOS LIVRES

- 30 - A Horta em 10 Lições 390\$  
*Louis Giordano e Daniele Puiboube*
- 31 - A Pesca em 10 Lições 350\$  
*Pierre Beaumel*
- 32 - O Andebol 490\$  
*Karl Martini*
- 33 - O Voleibol 420\$  
*Barrie McGregor*

## DICIONÁRIOS

- 34 - Dicionário Inglês-Português de Economia 620\$  
*F. Nogueira dos Santos*
- 35 - Dicionário Português-Inglês de Máquinas e Ferramentas 1200\$  
*Joaquim Alves Martins*

## LIVROS INFANTIS

- 36 - A Trepadeira Que Quer Ver o Céu Azul 320\$  
*Maria Eugénia Neto*
- 37 - Os Filhos dos Outros 320\$  
*Pedro Alvim*
- 38 - A Criança e a Vida 375\$  
*Maria Rosa Colaço*

Recorte este cupão e envie-o directamente ao editor

Desejo que me enviem, contra reembolso, os livros indicados com

- |                              |                               |                               |                               |                               |                               |                               |                               |
|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> - 1 | <input type="checkbox"/> - 6  | <input type="checkbox"/> - 11 | <input type="checkbox"/> - 16 | <input type="checkbox"/> - 21 | <input type="checkbox"/> - 26 | <input type="checkbox"/> - 31 | <input type="checkbox"/> - 36 |
| <input type="checkbox"/> - 2 | <input type="checkbox"/> - 7  | <input type="checkbox"/> - 12 | <input type="checkbox"/> - 17 | <input type="checkbox"/> - 22 | <input type="checkbox"/> - 27 | <input type="checkbox"/> - 32 | <input type="checkbox"/> - 37 |
| <input type="checkbox"/> - 3 | <input type="checkbox"/> - 8  | <input type="checkbox"/> - 13 | <input type="checkbox"/> - 18 | <input type="checkbox"/> - 23 | <input type="checkbox"/> - 28 | <input type="checkbox"/> - 33 | <input type="checkbox"/> - 38 |
| <input type="checkbox"/> - 4 | <input type="checkbox"/> - 9  | <input type="checkbox"/> - 14 | <input type="checkbox"/> - 19 | <input type="checkbox"/> - 24 | <input type="checkbox"/> - 29 | <input type="checkbox"/> - 34 |                               |
| <input type="checkbox"/> - 5 | <input type="checkbox"/> - 10 | <input type="checkbox"/> - 15 | <input type="checkbox"/> - 20 | <input type="checkbox"/> - 25 | <input type="checkbox"/> - 30 | <input type="checkbox"/> - 35 |                               |

NOME \_\_\_\_\_

PROFISSÃO \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

C. POSTAL \_\_\_\_\_

LOCALIDADE \_\_\_\_\_

PAÍS \_\_\_\_\_



**PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA**  
 Apartado 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX



## Reunião de Cartagena

# Nada de novo

Apesar das expectativas criadas em torno de uma conferência que podia ter aprofundado as discussões da reunião de Quito, os resultados não estiveram à altura do que se esperava

*Maluza Stein*

T rês dias após o término da Reunião de Cartagena, em que onze países da América Latina se reuniram e protestaram conjuntamente contra as altas taxas de juros internacionais, a taxa preferencial (*prime rate*) subiu novamente nos Estados Unidos. No dia 25 de Junho, pela quarta vez consecutiva em quatro meses, a *prime* aumentou de 12,5% para 13%, fazendo com que a taxa de juros sobre a qual é calculada a dívida externa do Terceiro Mundo ficasse no nível mais alto desde Outubro de 1982.

Para a América Latina, o novo aumento de meio ponto na *prime* significa um desembolso adicional de quase dois mil milhões de dólares. Para o Terceiro Mundo, no seu conjunto, a sangria é de mais de cinco mil milhões anuais.

Considerado "provocador", "acintoso" e "alarmante", o novo aumento da *prime* veio, entretanto, comprovar que não são suficientes os protestos enérgicos, porém retóricos, dos países endividados para que se estabeleçam mudanças importantes nos actuais esquemas económicos e políticos manejados pelas nações industrializadas.

Como já foi demonstrado e denunciado reiteradas vezes, a política de elevar os juros está ligada ao gigantesco défice público do governo dos Estados Uni-

dos e, em geral, à orientação programática da administração de Ronald Reagan. Os republicanos, ao assumirem o governo em 1981, optaram por uma política económica definida segundo os interesses estratégicos dos Estados Unidos, visando a recuperação de um poder hegemónico único do sistema capitalista. Para alcançar esse objectivo, de acordo com a nova óptica neo-conservadora, era necessário fortalecer a economia interna norte-americana e "enfrentar o poder da União Soviética" em todas as partes do mundo. O diálogo Nor-

te-Sul, apesar de tudo esboçado durante o governo Carter, foi substituído pelo confronto Leste-Oeste na administração Reagan. Uma nova Guerra Fria começou a imperar no mundo, com repercussões negativas em todas as áreas, inclusive nos próprios países aliados de Washington.

Na questão da economia interna norte-americana, a administração republicana optou por diminuir os impostos cobrados às grandes empresas e ao capital em geral, diminuir os gastos do Estado com a previdência social, mas elevá-los de forma muito significativa para as actividades de defesa, segurança e informação. Paralelamente, optou-se por uma política monetária restritiva. Em resumo, o *Welfare State* (Estado Assistencial) foi substituído pelo *Warfare State* (Estado Belicista).

Tudo isso não seria tão grave se os Estados Unidos não fossem emissores de uma moeda, o dólar, que tem curso internacional, ou seja, é moeda de reserva do resto do mundo capitalista. Desta maneira, inevitavelmente qualquer medida de política económica que adoptem os Estados Unidos repercute-se de forma



O presidente colombiano Belisario Betancur abre a reunião dos países devedores em Cartagena

imediate ou retradadora, nos restantes países do sistema.

Em geral, a principal fonte de recursos internos financeiros de um governo provém da arrecadação fiscal ou da emissão de moedas. Este último recurso, por ser considerado inflacionário, foi deixado de lado. Mas, ao optar por uma política fiscal branda, o governo Reagan passou a ter que procurar financiamento no mercado público de acções, colocando à venda cada vez maiores quantidades de títulos do governo. No mercado concorrem também, além de outros governos, as empresas e pessoas físicas. Para atrair compradores para os seus títulos, o governo norte-americano começou a oferecer lucros superiores aos que oferecem os títulos privados. Essa prática faz subir todas as taxas do mercado, além dos outros factores que também influem. Para dar um exemplo, os actuais bónus do Tesouro norte-americano estão a ser negociados a aproximadamente 14%, ou seja, uma taxa bastante superior aos 13% cobrados pelos bancos.

Para que os milionários norte-americanos não tenham que pagar com impostos os custos gigantescos da sua guerra planetária e as actividades da CIA na América Central e outras partes do mundo, os Estados Unidos descarregam nos demais países o peso financeiro da sua política económica. Para diminuir a sua taxa de desemprego (de 11,5% em 1981 passou a 7,5% em 1984, que é considerada quase de pleno emprego para uma economia como a norte-americana), Reagan elevou as barreiras proteccionistas, prejudicando sobretudo os países do Terceiro Mundo que realizam a maior parte do seu comércio com os Estados Unidos. E, para manter uma taxa de inflação não superior aos 5% anuais, a FED (Banco Central norte-americano) implementa uma política monetária restritiva e exporta para o resto do mundo

uma moeda não convertível ("papel pintado", como dizia Charles De Gaulle), um dólar supervalorizado que corrói as demais economias.

Enquanto isso, os Estados Unidos, com o poder dos votos e da sua contribuição maioritária no FMI, instruem essa instituição para que obrigue os países do Terceiro Mundo a fazerem exactamente o que eles não fazem. As receitas recessivas do Fundo Monetário Internacional obrigam os governos dos países endividados a contrair substancialmente as despesas públicas, reduzir os salários a níveis abaixo da inflação e abrir as portas para os investimentos e produtos estrangeiros.

#### A Reunião de Cartagena

Quando já estava instalada a Comissão Técnica, preparatória do encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros latino-americanos em Cartagena, o Departamento do Comércio dos Estados Unidos divulgou os resultados da expansão da economia norte-americana no primeiro trimestre do ano. O crescimento do PNB em 9,8% — muito superior aos cálculos mais optimistas —, teria de ser acompanhado, de forma quase automática, da elevação da *prime*, pois se não fosse aumentado o custo do dinheiro (juro) alimentar-se-iam pressões inflacionárias internas. Porém, os países da América Latina estavam reunidos justamente para discutir a dívida externa regional em função dos tremendos problemas criados pelos sucessivos aumentos nos juros internacionais.

Se se decretasse uma elevação da *prime* naquele momento, o resultado poderia ser a radicalização dos países que estavam a actuar como moderadores e moderados (Brasil, México, Peru, Chile e Uruguai). Poderia também radicalizar ainda mais os que já estavam em franca posi-

ção de confronto com o FMI e bancos internacionais (Bolívia e Argentina), e, por outro lado, levar o Equador a juntar-se à Bolívia. Com tal raciocínio, pensava-se que a elevação da *prime* naquele momento iria desfazer o cuidadoso trabalho de pressão que os bancos e governos dos países ricos vinham exercendo sobre os países reunidos em Cartagena. Os bancos decidiram esperar. Afinal, a reunião só duraria dois dias.

No entanto, os representantes latino-americanos em Cartagena sabiam o que estava a acontecer. Ou, pelo menos, deveriam sabê-lo.

Os receios dos países ricos em torno da Reunião de Cartagena eram basicamente três: que se formasse um cartel dos devedores; que se optasse pela negociação conjunta que, sem formar propriamente um clube dos devedores, pressupunha não desconhecer a dívida; ou, finalmente, que se optasse pela declaração de moratória unilateral.

Para espantar esses fantasmas, foi montado um forte esquema de pressões contra os países que já estavam radicalizados e contra aqueles que se mostravam inclinados a seguir esse caminho. Argentina, Bolívia, Equador, Colômbia e República Dominicana foram vítimas dessa actuação. A Bolívia chegou a denunciar manobras no sentido de evitar a presença dos seus representantes na reunião. Paralelamente, aos países bem comportados e moderados foram oferecidas melhores condições para as renegociações futuras das suas gigantescas dívidas. O Brasil e o México foram os principais beneficiários dessa estratégia. O Chile e o Uruguai, governados por ditaduras militares dóceis aos Estados Unidos, não ofereciam qualquer perigo.

O resultado final de Cartagena foi um documento moderado que em certos aspectos é menos incisivo e infinitamente

menos comprometido que a Declaração de Quito, feita há um ano e meio atrás e assinada por 23 países da América do Sul e das Caraíbas.

Quando foi convocada a Reunião de Cartagena, pensou-se que seria uma continuação e aprofundamento dos protestos conjuntos que se haviam feito — por iniciativa da Argentina — nas cartas de 19 de Maio e de 7 de Junho, esta última enviada aos países ricos reunidos em Londres. Pensava-se também que como continuação histórica da Conferência Latino-Americana de Quito (“o último esforço antes da moratória conjunta”, segundo se lia na declaração final) realizada em Janeiro de 1984 (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 63), o Encontro de Cartagena deveria levar à formação de um cartel dos devedores (ainda que não fosse de forma imediata) como contrapartida lógica do cartel dos credores, desde sempre existente.

O resultado, porém, foi outro. Deram-se alguns avanços. Mas, em definitivo, foram menores que os que seriam possíveis de obter.

Os avanços conseguidos estão relacionados com a própria dinâmica de discussão intensa gerada a partir da convocatória da reunião, o questionamento interno das autoridades económicas em alguns dos países envolvidos e o estabelecimento de um organismo consultor permanente para as futuras discussões sobre a dívida externa. De facto, a partir da nota conjunta de protesto dos governos do Brasil, México, Argentina e Colômbia, divulgada no dia 19 de Maio passado, toda a imprensa passou a dar destaque ao tema do endividamento externo, que antes era quase somente conhecido e discutido por especialistas. Houve, por assim dizer, uma politização e democratização da discussão de um tema altamente prioritário para os países latino-americanos. Essa mes-



Zuazo optou pela moratória

ma discussão levou a que fossem mais conhecidas as posições entreguistas e irresponsáveis de certos funcionários tecnocratas, que até então conduziam as negociações da dívida e as condições de contratação. Isso ficou muito patente sobretudo no Brasil.

O terceiro avanço relaciona-se com a decisão de criar um fórum permanente de consultas inter-regionais, cuja próxima sede será em Buenos Aires, em Agosto. Ali, antes da reunião anual do FMI em Setembro, os governos latino-americanos voltarão a se encontrar para discutir e analisar as suas posições.

Os outros aspectos do Documento de Cartagena, ainda que positivos, não significam nenhum progresso com relação à Declaração de Quito, como já referimos. Em alguns deles, contudo, é mais conciliador. Como exemplo, podemos citar os parágrafos iniciais dos dois documentos:

“Reafirmamos a irmandade e a solidariedade dos nossos povos e sua aspiração a viver nos parâmetros dos princípios democráticos (...). A fim de dar maior autonomia à região, estamos dispostos a mobilizar o potencial de recursos humanos e materiais com que contam a América Lati-

na e as Caraíbas para *articular uma resposta conjunta* ante a crise que nos afecta, impulsionando e coordenando a gestão das instituições regionais a cujo propósito comprometemos toda a nossa determinação política”, diz a Declaração de Quito.

O Documento de Cartagena diz: “Para continuar a examinar a situação económica internacional, especialmente no que se refere aos problemas do endividamento externo e aos obstáculos que isso provoca na reactivação do desenvolvimento económico dos seus países e propor iniciativas e formas de acção adequadas que resultem em *soluções satisfatórias para todas as partes em questão...*”

Os restantes pontos contidos no segundo Documento estão presentes no primeiro, tais como a caracterização política do problema da dívida, a afirmação da necessidade de introduzir reformas no sistema económico e financeiro internacional para que se tome mais equitativo na distribuição dos custos do reordenamento, a chamada de atenção para as graves consequências do proteccionismo e das altas taxas de juros e a sugestão de ampliar o diálogo com os governos dos países ricos, até agora pouco presentes nas negociações dos endividados com os bancos internacionais e o FMI.

#### Havia alternativa?

Pode-se deduzir, contrariamente ao argumento anterior, que — além da criação de um clube dos devedores ou da declaração de moratória unilateral — pouco mais poderiam fazer os representantes latino-americanos presentes em Cartagena.

Esse argumento, no entanto, carece de fundamentos reais, ainda que tenha sólidas raízes de cunho ideológico. Dentro do que seria possível, ficou a pergunta de porque motivo não se discutiu em Cartagena a possibilidade

alternativa de incrementar o comércio com os países da área socialista, que inclusive aceitam o sistema de trocas comerciais (não uso da moeda) como já fazem com o Peru, por exemplo. No mesmo sentido, porque não se insistiu no aperfeiçoamento dos organismos latino-americanos já existentes como forma de incrementar o comércio regional, que também pode ser regido amplamente pelo sistema de trocas, que o Brasil e o México já puseram em prática de maneira ainda limitada? Porque não se insistiu também na proposta para que os países desenvolvidos socializem internamente alguma fracção da dívida externa do Terceiro Mundo ou seja, que as sociedades ricas no seu conjunto, paguem também uma parte dos custos do reordenamento do sistema?

Ao contrário, a perspectiva assumida em Cartagena cedeu terreno desde o princípio com base num pré-julgamento sobre a relação de forças, tanto materiais como subjectivas, que é avaliada

como negativa para o Terceiro Mundo. Ainda mais: a omissão no Documento de Cartagena a organismos genuinamente latino-americanos como o SELA (Sistema Económico Latino-Americano), e menção do BIRF (organismo dependente ao Banco Mundial), como possível fórum de análise e discussão dos governos da América Latina em torno da dívida externa, deixou claro para muitos observadores que a decisão não era de aprofundar o conteúdo da Declaração de Quito, senão retroceder.

Do mesmo modo, a Bolívia — ainda que aceite como participante — viu recusado o seu pedido de que se considerasse, no Documento final, a sua posição especialmente delicada. Sendo o único país latino-americano que decretou moratória unilateral de pagamentos, e devido à precariedade do seus meios económicos e à instabilidade das instituições democráticas, sempre ameaçadas pelos golpistas, a Bolívia deveria ter merecido um tratamento especial na reunião ministerial de

Cartagena. A sua pretensão não foi atendida.

Espera-se, contudo, que o próprio curso dos acontecimentos — no qual os países ricos têm demonstrado o seu reduzido interesse pelos problemas latino-americanos — e a firmeza dos governos argentino e boliviano na defesa da soberania nacional frente ao FMI e aos bancos credores, leve a que os restantes governos do continente compreendam a necessidade de fortalecer os mecanismos regionais para que se obtenham frutos mais positivos em termos de democracia e bem-estar nacionais.

“Os países da América Latina endividam-se porque estão presos ao subdesenvolvimento, depois emprestam-lhes dinheiro com a condição de que não se desenvolvam», disse o presidente Raúl Alfonsín da Argentina.

Cabe a todos esses países latino-americanos romper o círculo vicioso. Os países ricos jamais o romperão, porque é da sua conveniência que tudo permaneça como está. ●

## CIÊNCIA actual

Para o professor  
Para o aluno  
Para toda a gente

Distribuidora:  
ELECTROLIBER

Uma publicação portuguesa  
de divulgação e informação científica

**Assinaturas (1 ano — 6 números)**

Continente e ilhas	550\$00
Espanha, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe (via aérea)	690\$00
Europa	US\$5.50
Outros países	US\$9.50

Pagamento adiantado

**CIÊNCIA ACTUAL**

R. Carlos Pereira, 3-4.º D. 1500 LISBOA

LISBOA - MAPUTO  
BY NIGHT

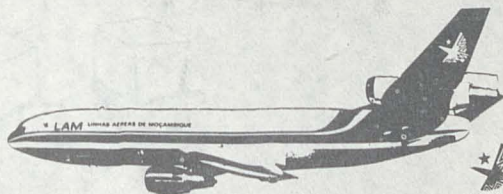


## O TEMPO VOA NUM SONHO

De Lisboa para o Maputo, o tempo voa, marcado pela comodidade. Tranquilo, repousado, V. pode ainda deslocar-se do Maputo para Johannesburg, Harare, Lusaka e Dar-es-Salaam.

V. escolheu um DC 10 wide body da LAM.

Mais do que uma companhia aérea moderna – uma equipa atenta que rodeia o seu voo de simpatia e bem estar.



**LAM**  
Linhas Aéreas de Moçambique

R. Joaquim A. Agular 69-B 1000 LISBOA Telef. 65 61 18/9 Telex 16713 DETA P.




# Angola, terra da liberdade.



**TAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
Ao Serviço da Reconstrução Nacional



UM  
GOSTO  
DE  
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel: 23621 2/3 CP. 342  
Telex: IN CAFE LUANDA